

Encontros no Encontro

PARTICIPAÇÃO SOCIAL
DA REDE NACIONAL
DOS PONTOS DE CULTURA



Encontros no Encontro



Encontros no Encontro

PARTICIPAÇÃO SOCIAL
DA REDE NACIONAL
DOS PONTOS DE CULTURA

Carta de São Jorge



Brasil, que pulsa diversidade, está atento à onda conservadora que assola o país e promove uma crise civilizatória. Setores reacionários atacam nossa juventude por meio da redução da maioridade penal e do genocídio da juventude negra e agridem povos de terreiro, mulheres e membros da comunidade LGBTT com o crescente fundamentalismo religioso. Indígenas, quilombolas e povos tradicionais sofrem uma ofensiva do grande capital contra seus territórios. Fica claro para nós que as conquistas sociais e econômicas dos últimos anos não são suportadas pelas elites do nosso país, que se unificam no Congresso Nacional, alimentadas pela grande mídia, em uma ofensiva não somente contra a presidenta eleita, mas contra a democracia, afrontando os princípios constitucionais brasileiros.

Não aceitamos o imobilismo do governo, que opta por não enfrentar o debate político e recua em pautas estruturantes e urgentes para a nação. Repudiamos a política de ajuste fiscal, que ataca direitos do povo brasileiro e interrompe o ciclo de redução das desigualdades sociais vivido na última década.

Entendemos que a cultura deve estar na centralidade do modelo de desenvolvimento do país. Ademais, um governo que tem como lema Pátria Educadora deve reconhecer as sabedorias, os conhecimentos e os ensinamentos próprios de seu povo. Deve reconhecer também que quem faz cultura, quem produz cultura não são gestores em gabinetes, mas o povo no seu viver, conviver, sobreviver, existir e resistir.

A Política Nacional de Cultura Viva (Lei n.13.018/2014) é a afirmação de que, sem diversidade com base nos direitos humanos, não há cidadania. Essa política é essencial para combater o avanço conservador em marcha e construir uma sociedade emancipada. Chamamos os governos federal, estaduais e municipais a assumir o compromisso com a política e o cumprimento das metas do Plano Nacional de Cultura.

Mais do que resistir, convocamos o movimento cultural brasileiro a exercer protagonismo na luta, organizando a sociedade nas redes e nas ruas por mais democracia e mais direitos, unificando esforços de mobilização.

**COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA,
REUNIDA ENTRE OS DIAS 28 DE JULHO E 1º DE AGOSTO DE 2015
NA VILA DE SÃO JORGE, CHAPADA DOS VEADUIROS, ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO**



ISBN 000-00-00000-00-0

© 2016 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

É permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823 Brasil. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
Encontros no encontro: participação social da rede nacional dos pontos de cultura/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. – Goiânia: Editora IFG, 2016.
176 p. il.
ISBN 000-00-00000-00-0
1. Cultura. 2. Diversidade. 3. Antropologia. 4. Extensão.
I. Título.
CDD 306

Catálogo na publicação:
Suzane Gonçalves Duarte – CRB /1–2746

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Editora IFG
Rua T-46, 166, Setor Oeste
Goiânia/GO | CEP 74.125-200
(62) 3240-7761
editora@ifg.edu.br

IMPRESSO NO BRASIL

Sumário

1	O processo de constituição do Sistema Nacional de Cultura e a centralidade da Rede Cultura Viva	13	Apresentação	9	
2	A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura	37	Percursos da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura: entre propostas e desafios	38	
3	A participação social no âmbito da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura	57	Análise conjuntural das perspectivas da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura	48	
	Polifonias participativas nos Pontos de Cultura	64	4	Temáticas de enfrentamento: Pontos de Cultura em defesa da sociobiodiversidade	131
	Espaços de reunião: audiência pública e os grupos de trabalho da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura	92		A Política Nacional de Cultura Viva e o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros	134
	Considerações finais	154			
	Recomendações	158			
	Referências	161			
	Índice de Imagens	165			



Apresentação

Este livro apresenta o *Relatório de acompanhamento da Reunião da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC)*, realizada na Vila de São Jorge, em 2015, e o *Relatório de avaliação das políticas para reconhecimento e potencialização das manifestações e expressões da diversidade cultural e das comunidades e povos tradicionais no Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros*. Expõe-se, além disso, um breve percurso analítico sobre fatos e momentos que marcaram os dez anos do Programa Cultura Viva,¹ e uma imersão nos acontecimentos que recentemente delinearam os novos rumos desse trajeto.

Em julho de 2015, cerca de setenta membros da CNPdC chegaram a Brasília para a primeira audiência pública com o então ministro Juca Ferreira e a secretária Ivana Bentes, da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural. Depois, a programação seguiu para o município de Alto Paraíso de Goiás/GO, onde foi realizada a reunião entre essa Comissão e diferentes dirigentes do MinC, durante o XV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, sediado no Ponto de Cultura Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge,² na Vila de São Jorge.³

1 O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva foi criado e regulamentado por meio das portarias n.156, de 6 de julho de 2004, e n.82, de 18 de maio de 2005, do Ministério da Cultura. Surgiu para estimular e fortalecer no país uma rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura.

2 A Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge foi criada em 1997. Além de sede anual do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, essa instituição realiza, periodicamente, várias atividades socioculturais, tendo em vista o incentivo ao exercício da cidadania, à qualidade de vida, à proteção do meio ambiente e à preservação da diversidade cultural.

3 O acesso ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros se dá através desse vilarejo, pertencente ao município de Alto Paraíso de Goiás/GO. A maior parte de seus cerca de 300 habitantes é formada por antigos homens do campo e garimpeiros do cristal, organizados por meio da Associação Comunitária Vila de São Jorge (Asjor). A origem da Vila de São Jorge remonta ao começo do século XX, em 1912, quando foram descobertas as primeiras jazidas de cristal na região, o que marcou o início do povoamento e da atividade garimpeira na área.

Desde sua criação, o apelidado “Encontrão” vem se consolidando como um espaço híbrido, ancestral,⁴ plural e multiétnico, no qual ocorrem a confluência de manifestações culturais e o debate sobre políticas públicas voltadas para a área da Cultura, em suas diversas vertentes de atuação. A dinâmica construída entre os momentos de efervescência cultural e o comprometimento da agenda política reflete um importante capítulo na construção desse espaço de diálogo e de participação democrática.

A Carta de São Jorge, que abre esta publicação, é um manifesto que define, ilustra e sintetiza a plataforma política que estruturou as atividades realizadas (debates, vivências e relatos) durante a reunião da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC). Tal plataforma reconhece e valoriza as potencialidades da cultura por compreender o Brasil como um país sincrético, múltiplo e diverso, no entanto social e economicamente desigual. Além disso, demonstra a consciência de que, historicamente, a cultura criada e vivenciada pelas classes populares foi sistematicamente negligenciada pelas políticas culturais, induzindo seu esquecimento.

No contexto de elaboração do Programa Cultura Viva, a CNPdC se constituiu como um grupo autônomo –

nacionalmente articulado por meio da Rede Nacional dos Pontos de Cultura (RNPC) –, tendo por funções representar politicamente as comunidades de *ponteiros* e colaborar para a efetivação da participação popular na formulação de políticas públicas na área da Cultura.

Com o intuito de elucidar a construção do processo decisório em torno das políticas de Cultura no país, o conceito de participação social ganha vida e fôlego como categoria de análise e exemplo de movimentação social na composição deste relatório. A noção de participação social – também aplicada como conceito-pilar do Programa Cultura Viva – refere-se ao grau de integração e influência dos indivíduos na formação da sociedade ou na ação social consciente. Nesse âmbito, a Carta de São Jorge merece um novo destaque no que concerne à perspectiva do todo no qual estamos inseridos.

Após a caracterização do processo de constituição do Sistema Nacional de Cultura, demarcando a centralidade da Rede Cultura Viva, tem-se uma análise dos avanços da participação social na Rede Nacional dos Pontos de Cultura (RNPC) em dois espaços formais: a audiência pública entre a CNPdC e o então ministro Juca Ferreira e a Reunião da Comissão MinC, ambas ocorridas em julho de 2015,

⁴ Valoriza-se a ancestralidade sem perder a conexão com a contemporaneidade. Pelo contrário, entende-se que só é possível se enraizar no cenário atual e local com os olhos abertos ao cenário global e ancestral, simultaneamente. Tal como a ideia de memória, a ancestralidade se constitui pelo movimento histórico-cultural existente nas relações entre o sujeito e a vida cotidiana.

durante o XV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros.

Conforme o conteúdo reunido neste relatório, verifica-se que tanto a audiência quanto a reunião tiveram como objetivo tornar o diálogo com o governo cada vez mais profícuo no que tange aos avanços e desafios dos Pontos de Cultura no Brasil.⁵ Nesse sentido, a atuação da CNPdC nos espaços de debate representou mais um passo democrático para o processo de

participação social da RNPC na formulação e efetivação das políticas públicas culturais do país.

Nesse panorama, o ambiente que propiciou esses encontros, ou seja, o XV Encontrão permitiu ampla experimentação e audições fundamentais durante as reuniões – e intervalos –, que acabaram colaborando para a confluência de ideias e deliberações em torno da vasta e diversa demanda social da Cultura no Brasil.

⁵ O Ponto de Cultura é a entidade cultural ou o coletivo cultural certificado pelo MinC. Tendo em vista o quanto é fundamental que o Estado promova uma agenda de diálogos e de participação, os Pontos de Cultura constituem uma base social capilarizada com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis. Trata-se de uma política cultural que, ao ganhar escala e articulação com programas sociais do MinC e de outros ministérios, pode partir da Cultura para fazer a disputa simbólica e econômica na base da sociedade. Essa base social também se amplia para outros segmentos sociais, alcançando os setores médios, em especial a juventude universitária urbana e periférica, os jovens artistas, os novos arranjos econômicos e produtivos, toda uma nova economia que vem sendo inventada e experimentada por aqueles que encontram no fazer cultural uma alternativa de trabalho, vida e inserção social. O Plano Nacional de Cultura (Lei n.12.343/2010) estabelece em seu plano de metas o fomento de 15 mil Pontos de Cultura até 2020. Para atingir essa meta, seria necessário fomentar 1.750 novos Pontos de Cultura por ano até 2020, com um investimento anual de 113 milhões de reais, considerando o valor de 60 mil/ano para cada Ponto de Cultura. O Pontão de Cultura é a entidade certificada como tal pelo MinC, de natureza ou finalidade cultural ou educativa, que desenvolva, acompanhe e articule atividades culturais em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de Pontos de Cultura e outras redes temáticas que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes Pontos de Cultura, que poderão se agrupar em nível estadual, regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas (BRASIL, 2015c).



O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA E A CENTRALIDADE DA REDE CULTURA VIVA

No período de 2003 a 2016, o Estado brasileiro passou por importantes transformações no marco legal e na estrutura organizacional em diversas áreas de atuação. No âmbito da Cultura, o conjunto de modificações responsáveis pela reelaboração das atribuições do Ministério da Cultura (MinC) iniciou-se no ano de 2003 com a criação de um sistema em rede cuja existência se estende deste momento até os dias atuais. A análise seguinte apresenta, em linhas gerais, quais os passos mais importantes para a constituição desse sistema e realiza uma avaliação sobre as transformações do conceito de cultura e de política pública para a Cultura ocorridas durante o governo Lula, sob as gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira (GONÇALVES, 2011). Esse processo se desenrolou no período de 2003 a 2010 e teve a sua culminância em 2015.

Embora já exista um acúmulo histórico sobre o debate entre os diversos movimentos sociais, o início oficial desse novo percurso, em termos de política de Estado, começa quando, nos primeiros meses do governo Lula, mais precisamente em junho de 2003, o então ministro da Cultura, Gilberto Gil, lança o Seminário Cultura para Todos. Trata-se de um evento realizado entre os dias 16 e 22 de agosto desse mesmo ano abrangendo a participação de diversos segmentos da sociedade civil, setores artístico-culturais, movimentos sociais e vários entes federados, com o objetivo principal de estabelecer as bases de uma metodologia de trabalho de médio e longo prazo, voltada para a modificação estrutural e estratégica na área da Cultura.

Essa metodologia pautou-se pelo uso de instrumentos da democracia participativa, instituída por meio da garantia de participação popular direta



de caráter deliberativo. Assim, “o processo de descentralização ganhou ares de democratização tendo como elo a perspectiva de participação e controle social da ação do governo” (LUBAMBO; MIRANDA, 2007, p.10). Visto de outro modo, esse processo histórico resultou na criação de:

Trata-se da criação de uma política pública de caráter nacional, sistematizada por meio do compromisso coletivo firmado entre os movimentos sociais, os segmentos artísticos e culturais nacionais, a sociedade civil e o próprio governo federal por meio do MinC, como órgão coordenador das ações.

De lá para cá, muitos passos foram dados: a assinatura pela União, estados e municípios do Protocolo de Intenções, visando criar as condições institucionais para a implantação do SNC; a realização das Conferências de Cultura (municipais, intermunicipais, estaduais e nacional), que mobilizaram o setor em todo o país; a criação do Sistema Federal de Cultura; a reorganização do Conselho Nacional de Política Cultural e o ciclo das Oficinas do Sistema Nacional de Cultura; a elaboração do Plano Nacional de Cultura e o seu debate público, com Seminários realizados em todos os estados e Distrito Federal; a implementação de programas e projetos do governo federal, em especial o Programa Mais Cultura, em parceria com estados e municípios; a redefinição, no plano

nacional, da política de financiamento público da cultura como a apresentação e debate da nova legislação que instituiu o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Procultura. (BRASIL, 2011, p. 40).

Para seguir esses passos, o governo federal criou e viabilizou, entre 2003 e 2010, espaços de participação social e deliberação direta – orçamento participativo, conselhos, conferências, referendos, plebiscitos, consultas públicas, audiências públicas etc. – a fim de construir e sistematizar um amplo debate nacional capaz de subsidiar a formação de uma política que acomodasse ao máximo as demandas e necessidades existentes (Quadro 1).

uma grande rede de articulação entre os sistemas municipais, estaduais e federal, entidades e movimentos da sociedade civil, sistemas setoriais como os de museus ou de arquivos, estruturando mecanismos e processos que permitam o compartilhamento de informações, gestão, fomento, com a participação social na definição e fiscalização das políticas (BRASIL, 2006, p.9).

Esses são os primeiros passos do longo processo de estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Nesse contexto, o MinC, por meio do documento que referencia a criação do SNC, apresenta sua perspectiva acerca dos passos mais significativos desse histórico:



FIG. 5

FIG. 6

QUADRO 1

Espaços de participação social previstos na Administração Pública Federal

ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIÁLOGO	DESCRIÇÃO
Conselhos de política pública	São espaços participativos que podem ser tanto consultivos como deliberativos, nos quais é prevista certa permanência no tempo. São compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, esta podendo ser dividida em diferentes segmentos. Os conselhos têm como finalidade incidir nas políticas públicas de determinado tema, e suas atribuições variam nos diversos contextos.
Conferências de políticas públicas	São eventos que ocorrem com periodicidade específica (geralmente bianual) nos quais são determinados as principais questões e direcionamentos normativos de áreas temáticas em políticas públicas. As conferências ocorrem geralmente nos três níveis de governo, municipal, estadual e nacional. A cada nível, problemáticas correlatas são discutidas e, conforme o avançar das negociações, levadas ao próximo nível. A participação é aberta ao público, ainda que, em geral, nos níveis estadual e nacional, apenas delegados escolhidos no âmbito das conferências do nível anterior tenham poder de voto.
Ouvidoria pública	Deve ser compreendida como uma instituição que auxilia o cidadão em suas relações com o Estado. Deve atuar no processo de interlocução entre o cidadão e a Administração Pública, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços públicos prestados. A existência de uma unidade de ouvidoria na estrutura de um órgão público pode estreitar a relação entre a sociedade e o Estado, permitindo que o cidadão participe da gestão pública e realize um controle social sobre as políticas, os serviços e, indiretamente, os servidores públicos. A ouvidoria tem por propósitos, portanto, buscar soluções para as demandas dos cidadãos; oferecer informações gerenciais e sugestões ao órgão em que atua, visando ao aprimoramento da prestação do serviço e contribuir para a formulação de políticas públicas.
Audiências públicas	São encontros públicos presenciais promovidos pelo governo em torno de temáticas específicas, com o objetivo de discutir aspectos concernentes a uma determinada política. São abertos à participação dos indivíduos e grupos interessados. É muito comum, por exemplo, a realização de audiências públicas na área ambiental, quando, em geral, o governo está obrigado a analisar os impactos não apenas ambientais mas também sociais de determinados projetos e, por isso, resolve consultar a sociedade acerca de suas principais opiniões e demandas para o caso específico.

(CONTINUA)

QUADRO 1

Espaços de participação social previstos na Administração Pública Federal

ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIÁLOGO	DESCRIÇÃO
Consultas públicas	São instrumentos bastante semelhantes às audiências públicas, principalmente no que tange à compreensão das principais demandas e reclamos da sociedade em questões específicas. No entanto, a principal diferença da consulta pública é que sua estruturação não se dá presencialmente, mas através de ferramentas de votação e colaboração a distância, como internet e telefone. Grosso modo, é possível observar sua utilização relativamente frequente por parte de agências reguladoras e também na área da saúde. A Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça tem utilizado processos de consulta online para viabilizar o debate com e entre todos os cidadãos interessados nas propostas legislativas em análise naquele órgão. Desde 2009, já foram objeto de consulta nesse novo formato o marco civil da internet, os temas de classificação indicativa, a proteção de dados pessoais, o Código de Processo Civil e o Código Comercial.
Grupos de trabalho	São espaços de debate e proposição sobre um tema específico ou de acompanhamento político. Podem existir grupos de trabalho estritamente governamentais (com a presença de representantes da sociedade civil como convidados); grupos de trabalho paritários e grupos de trabalho cuja maioria dos integrantes são representantes da sociedade. Em geral, são criados por algum instrumento normativo (decreto, portaria etc.) que define seus objetivos, prazo de funcionamento e composição. Dois exemplos de grupos de trabalho: grupo de trabalho formado para organizar a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que produziu diretrizes para a construção do III Programa Nacional de Direitos Humanos, e Grupo de Trabalho sobre o Marco Legal das organizações da sociedade civil.
Reuniões	São espaços comuns de participação não institucionalizada nos quais organizações da sociedade civil, sindicatos, movimentos sociais, empresários, entre outros, estabelecem um diálogo presencial com representantes do poder público sobre determinada agenda. Esses espaços permitem a interação com grupos específicos, apresentação de demandas, negociação, recebimento de informações etc.

(CONTINUA)

QUADRO 1

Espaços de participação social previstos na Administração Pública Federal

ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIÁLOGO	DESCRIÇÃO
Mesas de negociação ou mesas de diálogo	Essa nova interface estabelecida entre os âmbitos do Estado e da sociedade constitui, via de regra, iniciativa do próprio governo em resposta à representação e/ou às demandas de entidades ou movimentos sociais com fins de solucionar conflitos eventuais e/ou potenciais. Esse tipo de experiência tem caráter de ineditismo no país. Três tipos de mesa ocorreram no governo Lula, variando tanto em temática quanto em desenho e/ou dinâmica: a Mesa Nacional de Negociação Permanente com os Servidores Públicos, instituída em 2003; a Mesa de Negociação do Salário Mínimo, instituída em 2005, e a Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, instituída em 2008.
PPAs participativos	Em 2003, o governo federal estabeleceu, em conjunto com diversas redes e fóruns de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, um processo pioneiro de participação popular no Plano Plurianual (PPA 2004–2007). Foram realizadas plenárias nos 27 estados da federação. Em 2011, iniciou-se um novo processo participativo na formulação da dimensão estratégica e no estabelecimento de uma sistemática de monitoramento participativo do PPA 2012–2015. Esse processo tem se dado por meio da criação de um espaço de participação chamado Fórum Interconselhos, que conta com a presença de representantes da sociedade civil de diversos Conselhos Nacionais, assim como de outras organizações, redes e movimentos sociais.

(CONCLUSÃO)

Fonte: Adaptado de Brasil (2013b).



Na época, o conjunto de ações no formato participativo com maior destaque – pelo grau de centralidade e pelos desdobramentos de suas ações – remeteu-se à realização das Conferências Nacionais de Cultura. Seja pela importância e profundidade de seus ensinamentos práticos, seja pela possibilidade de participação e controle social efetivo, as Conferências podem ser vistas como significativos pontos de inflexão para mudanças no papel do Estado como provedor e incentivador da Cultura no país.

Iniciadas em etapas estaduais e municipais em todos os territórios da Federação, as Conferências de Cultura encontram seu ponto alto na realização da etapa nacional, momento no qual as definições das primeiras etapas tornam-se “objeto de deliberação da Conferência Nacional, da qual participam delegados das etapas anteriores e da qual resulta, em regra, um documento final contendo as diretrizes para a formulação de políticas públicas na área objeto da conferência”. (POGREBINSCHI; SANTOS, 2010, p.100)

Durante a fase de criação do SNC, ocorreram duas Conferências Nacionais de Cultura, cada qual tendo desafios e objetivos próprios. Na 1ª Conferência Nacional de Cultura, com o tema “Estado e sociedade – construindo políticas públicas de Cultura”, realizada em Brasília/DF entre os dias 13 e 16 de dezembro de 2005, o objetivo principal era estabelecer as diretrizes gerais de um sistema participativo de caráter nacional. De acordo com as palavras do então ministro da Cultura, Gilberto Gil: “O Sistema Nacional de Cultura é a grande teia que visa unir Bacias Culturais do Norte, do Centro-Oeste, do Nordeste, Sudeste e Sul, dando-lhe personalidade e capilaridade neste país continental” (BRASIL, 2005b, p.6).

Um dos passos mais importantes desse planejamento foi trilhado antes da realização da própria Conferência com a promulgação do Decreto n.5.520, de 24 de agosto de 2005, cujas finalidades foram garantir a participação social representativa da

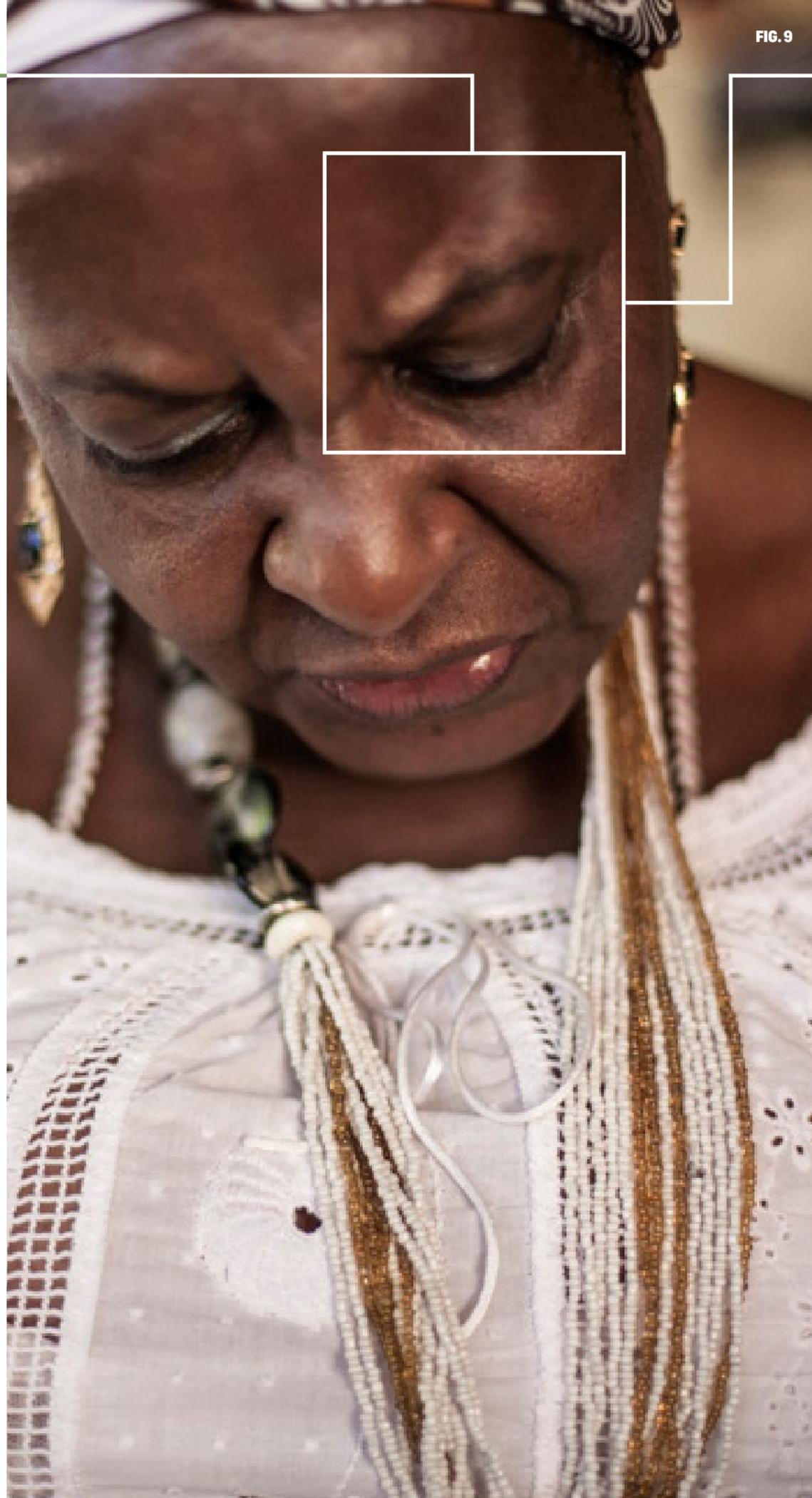


FIG. 9

sociedade civil, gerar o controle social nas diversas fases de condução do processo e permitir a existência da própria Conferência. Trata-se da lei que instituiu o Sistema Federal de Cultura (SFC) e estabeleceu a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

De acordo com o Decreto n.5.520/2005, o SFC deve ser coordenado pelo MinC, observadas as diretrizes sugeridas pelo CNPC. É no papel desempenhado por esse conselho que o controle social e a participação da sociedade civil pretendem-se efetivos, tal como é definido em artigo 5º do decreto:

O CNPC, órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura, tem por finalidade propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional. (BRASIL, 2005a).

Delimitados o desenho geral do sistema e a garantia da participação popular na formulação da política cultural do país por meio do CNPC, priorizou-se, em seguida, a institucionalização das políticas culturais com as consequentes proposições de programas direcionados para esse fim e ainda a combinação entre eles. Para cumprir esse objetivo e proporcionar a efetivação de programas organizados em rede com dimensão nacional, o governo federal deu início ao processo de realização da 2ª Conferência Nacional de Cultura.

Realizada entre os dias 11 e 14 de março de 2010, em Brasília/DF, com a temática “Cultura, diversidade, cidadania e desenvolvimento”, a 2ª Conferência Nacional de Cultura foi primordial devido ao destaque que obtiveram diversas questões referentes à “descentralização e desconcentração das ações culturais, ao mapeamento da realidade brasileira (cultural e social), ao fomento à diversidade cultural, à formação e à educação, ao estabelecimento de diálogos



FIG. 10

intersetoriais, intergovernamentais e com a sociedade” (ZIMBRÃO DA SILVA, 2013, p.12).

Se a 1ª Conferência Nacional de Cultura se voltou para a criação dos espaços de deliberação, bem como para o delineamento inicial do SNC, a 2ª Conferência concentrou-se na solução de dois desafios centrais para o planejamento da cultura: 1) financiamento público e 2) transformação das políticas culturais setorialmente específicas em políticas públicas gerais, ordenadas por um sistema nacional capaz de integrar e compor os subsistemas estaduais e municipais.

Ao tratar dos desdobramentos da Conferência Nacional de Cultura em suas duas edições iniciais e das modificações provocadas no marco legal do MinC entre os anos de 2003 e 2012, Zimbrão da Silva (2013, p. 13) destaca alguns de seus aspectos práticos:

Nesse período, tramitaram (com aprovação) na Câmara e no Senado propostas referentes ao planejamento de médio-longo prazo de políticas culturais (Emenda Constitucional n. 48/2005 e Lei n. 12.343/2010); à criação de mecanismos de cooperação entre municípios, estados e União na gestão conjunta de políticas públicas de cultura (Emenda Constitucional n. 71/2012);

a ações de garantia de acesso de trabalhadores de baixa renda ao “consumo cultural” (Lei n.12.761/2012); a medidas para assegurar percentual mínimo de veiculação de produções com conteúdo nacional nas TV por assinaturas (Lei n.12.485/2011); ao estabelecimento de formas de ampliação de recursos financeiros para a área audiovisual (Lei n.12.485/2011); a dispositivos para redução da carga tributária para produções da área cultural (Lei n.133/2009); a estratégias de desconcentração e descentralização do mercado de salas de

exibição cinematográfica no Brasil (Lei n.12.599/2012); e ao estabelecimento de nova fonte de recursos para a cultura (artigo 47 da Lei n.12.351/2010).

Esse conjunto de modificações, gestadas em duas Conferências Nacionais de Cultura e executadas ao longo dos últimos anos, provocou a ressignificação do papel do Estado como provedor do desenvolvimento de diversas ações estratégicas na área de Cultura. Concorde-se com tal ressignificação percebida da seguinte forma:

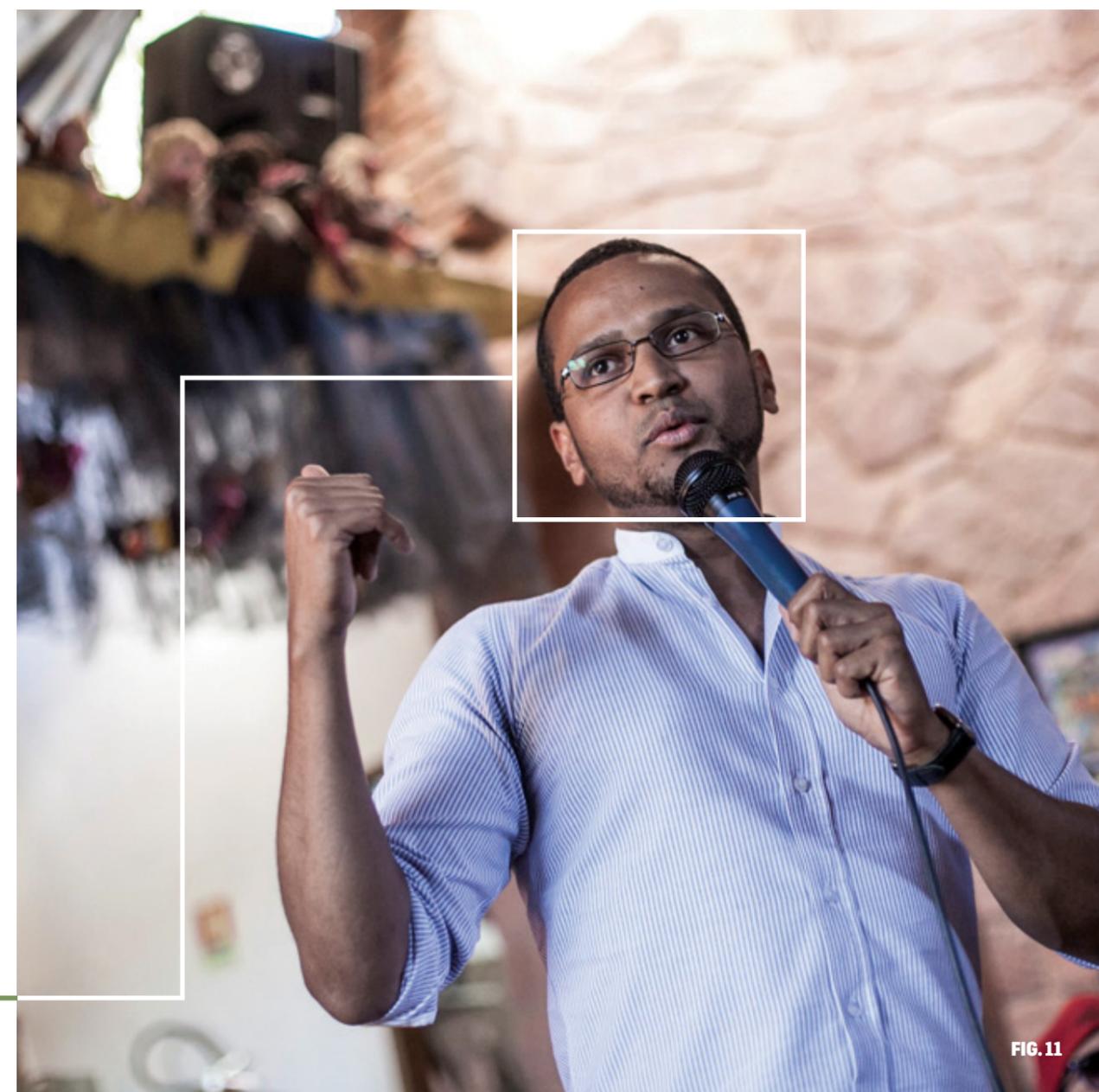


FIG. 11



O Estado não leva cultura ao povo, mas formula e executa políticas para a criação de um ambiente propício e motivador para o livre desenvolvimento das tecnologias socioculturais existentes na sociedade brasileira – os Pontos de Cultura. (GONÇALVES, 2011, p.5).

Nesse sentido, a proposição e a efetivação dos Pontos de Cultura como modelo de participação popular direta nos rumos definidos pelo Estado e nas suas políticas culturais correspondem a uma via que possibilita a construção de uma nova mentalidade em relação ao exercício da democracia participativa.

De modo geral, desde os anos 1990, o Brasil e outros países da América Latina passaram pela ampliação e pelo fortalecimento dos espaços participativos diretos na consolidação dos Estados nacionais. Embora distante do ambiente desejável de participação social plena, com enormes desafios para a popularização/efetivação dessa prática – sobretudo dos seus trâmites burocráticos –, identifica-se a manutenção do diálogo entre a administração pública e os movimentos sociais (condensados em agendas políticas) de forma mais persistente e concatenada.

Ao tratarem da influência das agendas populares e dos caminhos tomados pela democracia participativa na América Latina, Leonardo Avritzer e Boaventura Santos (2002, p.54) destacam:

Na América Latina e no Brasil, a influência dessas agendas pôde ser observada nos últimos 30 anos do século XX por meio de três características: “a mudança no debate democrático entre procedimento e prática democrática; a redefinição sobre a adequação da solução não participativa e burocrática ao nível local; a inclusão do problema da relação entre representação e a diversidade social e cultural do país”.

Com base nesse novo entendimento do papel e da importância da democracia participativa no Estado e de sua aplicação na área da Cultura, o governo federal implantou, a partir do ano de 2004, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Se, por um lado, as Conferências Nacionais de Cultura podem ser consideradas momentos de debate e sistematização desse novo momento para a participação social direta, por outro, o Programa Cultura Viva pode ser apresentado como o campo de experimentação e o eixo central desse novo formato utilizado para a área da Cultura.

Desenvolvido pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC),¹ o Programa Cultura Viva foi organizado para empoderar e fomentar iniciativas culturais de diversos segmentos sociais, pertencentes às mais diversas regiões do país. Dentre esses segmentos, destacam-se: povos indígenas, quilombolas, movimento negro, artistas, populações ribeirinhas, comunidades tradicionais, grupos culturais, comunidade LGBT, populações periféricas das grandes e pequenas cidades.

¹ Essa secretaria foi substituída pela Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) por meio do Decreto n.7.743, de 31 de maio de 2012.

ESPACO DE DIALOGO





PART ICIPAC ÃO

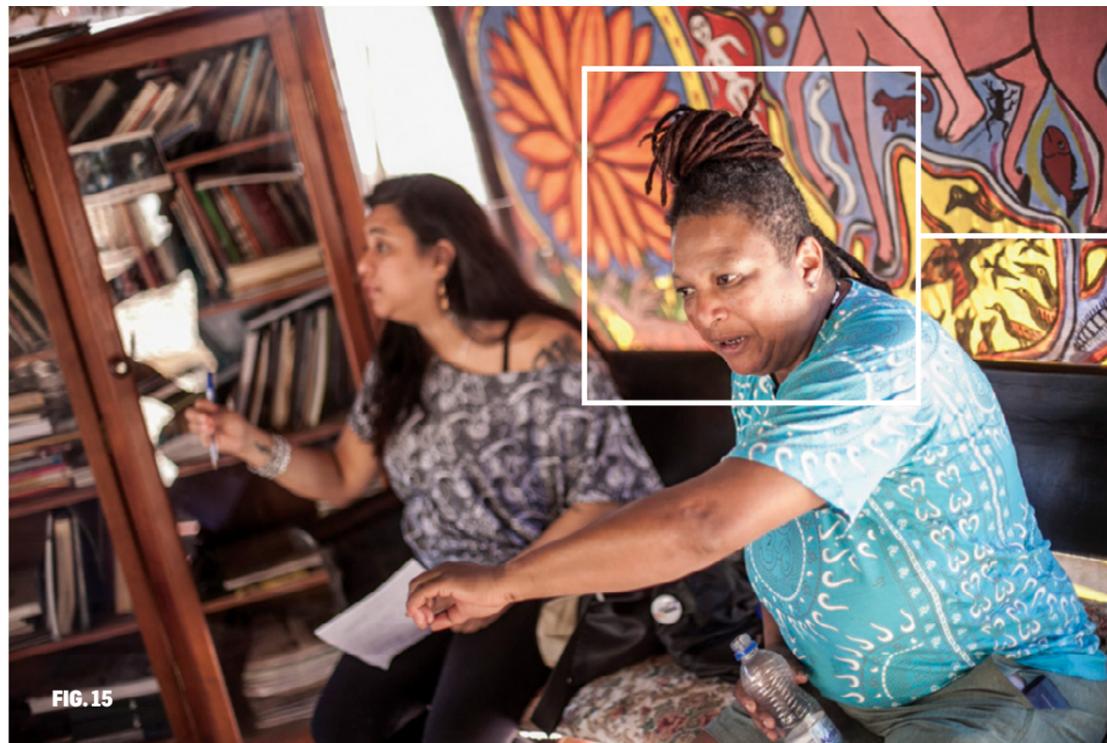
De acordo com Gonçalves (2011, p. 19), o Programa pretende simplificar a forma de aporte a essas iniciativas: “quando selecionadas, firmam convênios diretamente com o Estado, que repassa recursos financeiros em parcelas, mediante a aprovação da prestação de contas das etapas contidas no plano de trabalho”.

Para realização da tarefa de inclusão de segmentos historicamente marginalizados quanto às formas de fomento e participação social, foi preciso, além de reconhecer e organizar em rede o Programa Cultura Viva, considerar a cultura a partir de novas dimensões conceituais. De acordo com o ministro da Cultura à época, Gilberto Gil: “Nos primeiros dias de gestão, definimos que a ação do MinC se daria a partir de um conceito com três dimensões articuladas: cultura como usina de símbolos,

cultura como direito e cidadania, cultura como economia” (BRASIL, 2005b, p.8).

A fim de dar vida a essas três dimensões indissociáveis no planejamento estabelecido para a Cultura, organizaram-se ações em cinco áreas básicas de atuação: 1) Pontos de Cultura; 2) Cultura Digital; 3) Agente Cultura Viva; 4) Escola Viva e 5) Ação Griô. Por meio do documento orientador do Programa, o MinC apresentou o significado de cada uma dessas ações:

o *Ponto de Cultura* como espaço de sedimentação da macrorrede *Cultura Viva* de organização da cultura em nível local e de mediação na relação entre Estado e sociedade e entre os outros Pontos, constituindo redes por afinidade; a *Cultura Digital* como um instrumento de aproximação entre os Pontos, que desencadeia um novo modo de pensar a tecnologia, envolvendo generosidade intelectual e trabalho



colaborativo (por isso, o software livre, adotado como opção tecnológica e filosófica); os *Agentes Cultura Viva* como protagonistas de um processo que integra inclusão social, econômica, cultural, digital e política na construção de uma cidadania emancipatória; a *Escola Viva* como uma ação que integra o Ponto de Cultura à escola, apontando para um outro modelo de envolvimento social com a educação, que vai além dos muros escolares e ganha a cidade. Definidas essas quatro ações (*Ponto de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva e Escola Viva*), observamos que faltava uma integração dialética entre tradição, memória e ruptura. Tradição enquanto ponto de partida, memória enquanto reinterpretção do passado e ruptura enquanto invenção do futuro. Assim, incluímos uma quinta ação, o *Griô*, que [...] oferecerá bolsas para os velhos mestres do saber popular. Cada um receberá um salário mínimo por mês para formar jovens aprendizes e continuar fazendo exatamente o que já fazem (BRASIL, 2005b, p.17, grifos do autor).

De acordo com o delineamento das ações, percebe-se que o formato das atividades apresenta como eixo estruturante a formulação da Rede Cultura Viva, composta por diversos Pontos de Cultura disseminados pelo país. Para Gonçalves (2011), os pontos são “iniciativas culturais locais já existentes por todo o território brasileiro e não possuem um modelo único, tanto em instalações, quanto em programação e atividade” (GONÇALVES, 2011, p.19). Portanto, são as próprias atividades culturais que ocorrem cotidianamente nos mais diversos rincões do país, o que pressupõe a consideração de uma cultura viva e atuante em todo território nacional.

No contexto do Programa Cultura Viva, o objetivo da Rede Cultura Viva é garantir a interação entre diversos Pontos de Cultura, contemplando as

necessidades locais e globais nos aspectos que tangem a uma gestão cultural compartilhada e transformadora. Para proporcionar essa forma de gestão das políticas culturais, foram criadas, no seio da sociedade civil, a Rede Nacional dos Pontos de Cultura e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC). De acordo com as informações fornecidas por seu site oficial, “a Rede Nacional de Pontos de Cultura é um movimento autônomo que cobra do Estado e, ao mesmo tempo, contribui com ele, abrindo canais de diálogo para avançar nas políticas públicas” (CNPdC, 2015a). Por sua vez, a Comissão

tem como objetivo geral garantir o fortalecimento dos Pontos de Cultura em todo o território brasileiro, sendo instância permanente de atuação e representação político-cultural, identificação de demandas e elaboração de propostas para o desenvolvimento de políticas públicas e de ações culturais no país. (CNPdC, 2015a).



FIG. 17



FIG. 19



FIG. 21



FIG. 18



FIG. 20



FIG. 22

Trata-se, nesses termos, de duas instâncias com ampla participação da sociedade civil e capilaridade em todo território nacional. Tanto a Rede, como núcleo de discussão e mobilização política, quanto a Comissão, como espaço oficial reconhecido pelo Estado, cumprem a função de assegurar que os interesses regionais e específicos de cada Ponto de Cultura sejam reconhecidos, tratados e respondidos pelo governo federal no âmbito de atuação nacional do MinC. Para os Pontos de Cultura, isso significou o reconhecimento oficial de que “a interação entre o global e o local deve respeitar o crescimento das ações desenvolvidas em cada Ponto de Cultura, de modo que eles ganhem musculatura e estrutura óssea e conquistem sua sustentabilidade e emancipação” (BRASIL, 2005b, p.16).

Ao se compararem as proposições do Sistema Nacional de Cultura e do Programa Cultura Viva, percebe-se que os

objetivos de ambos se unificam quanto aos princípios fundamentais. Seja pela formação da Rede Cultura Viva, seja pela garantia da participação e controle social ou pelo financiamento direto do Estado, é notório o surgimento de um novo modo de democratização da Cultura no Brasil.

No entanto, esse esforço não foi contínuo durante toda a trajetória do Programa. Os investimentos para a criação da Rede Cultura Viva se mantiveram no foco da política cultural oficial entre os anos de 2003 e 2010. Entretanto, esse as ações realizadas em prol dessa rede, bem como os espaços deliberativos e as atividades culturais a ela relacionados, perderam lugar no MinC entre os anos de 2010 e 2014, tendo sido retomados a partir desta última data.

Durante o período de descontinuidade, verificou-se um processo de desmobilização dos Pontos de Cultura em todo território nacional. Essa situação foi substancialmente alterada em 2014, quando o Programa Cultura Viva deixou de ser um programa específico

do governo federal e transformou-se em lei – reconhecida como Lei Cultura Viva. Nesse momento, as ações da Lei Cultura Viva, da Rede Nacional dos Pontos de Cultura e, principalmente, da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura ganharam novo significado e dimensão política. Ao longo dos períodos seguintes, transformaram-se numa importante política de Estado, pautada na participação e controle social, sob a condução do MinC.

Ao recuperar os aspectos centrais desse processo histórico, com ênfase no fortalecimento gradativo da participação e do controle popular no contexto da democracia participativa, identificaram-se a profundidade e os desdobramentos que esse conjunto de ações trouxe para a área da Cultura. É possível apresentar os significados do encontro da Comissão – realizado durante o XV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros – para o caminho até aqui trilhado. Esse é o percurso que será traçado a partir de agora.



FIG. 24



FIG. 25



2

A COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

Criada em 2007, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) é uma instância de participação social¹ e representação dos Pontos de Cultura. Compõe-se de representações estaduais (subdivididas em temáticas) dos mais diversos setores da diversidade cultural brasileira. Trata-se de um espaço de organização autônoma da sociedade civil em torno de uma importante política pública para a área da Cultura, o Programa Cultura Viva. A Comissão teve papel fundamental no processo de mobilização e participação

social referente à aprovação da Lei Cultura Viva (Lei n. 13.018/2014).

A CNPdc também é um órgão colegiado responsável por acompanhar as demandas do Fórum Nacional de Pontos de Cultura (FNPC). Os membros da Comissão são parceiros e colaboradores na construção de políticas que organizam diversas ações como as já realizadas: os quatro Fóruns Nacionais dos Pontos de Cultura, as cinco Teias, os diversos fóruns estaduais, entre outros. A Comissão é representativa não apenas para os Pontos de Cultura, mas para a diversidade

¹ Em 2003, o governo federal estabeleceu, em conjunto com diversas redes e fóruns de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, um processo pioneiro de participação popular na elaboração do Plano Plurianual (PPA 2004–2007). Foram realizadas plenárias nos 27 estados da Federação. Em 2011, o governo federal iniciou um novo processo participativo na formulação da dimensão estratégica e no estabelecimento de uma sistemática de monitoramento participativo do PPA 2012–2015. Esse processo se deu por meio da criação de um espaço de participação chamado Fórum Interconselhos, que conta com a presença de representantes da sociedade civil de diversos Conselhos Nacionais, assim como de outras organizações, redes e movimentos sociais.

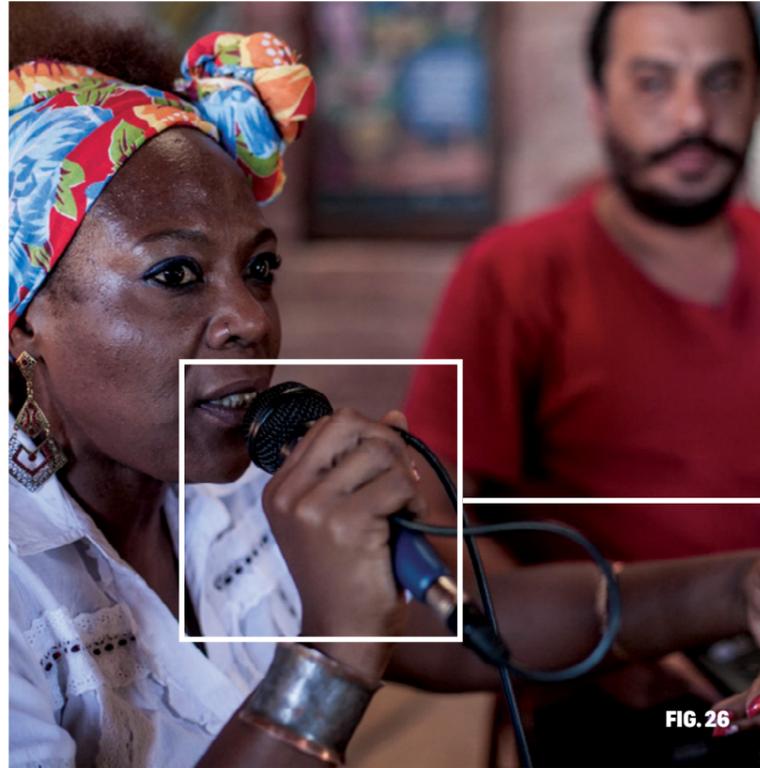
de atores de vários segmentos e linguagens da cultura.

Esse grupo de representantes, que se articula por meio da *Rede Nacional de Pontos de Cultura*, é um movimento autônomo que mantém diálogo permanente com o poder público, abrindo canais de atuação para colaborar com o avanço e a efetivação das políticas públicas na área da Cultura.

Percursos da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura: entre propostas e desafios

O estudo acerca do histórico da composição do Sistema Nacional de Cultura possibilita a identificação de marcos fundamentais, tal como se demonstra, sucintamente, ao longo desta publicação. Apesar de terem ocorrido diferentes formas de condução desse processo, é possível dimensionar o papel central do Programa Cultura Viva na concretização das mudanças em curso, que levaram, por exemplo, à promulgação da Lei Cultura Viva. A reunião da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) reflete um pouco essa síntese.

Por ser fruto de tal conjunto de mudanças, a atuação da CNPdC traz em si os desafios, erros e acertos acumulados nos últimos anos pelos movimentos sociais. Por isso, o encontro da Comissão, seu formato e os temas nele debatidos, mesmo que de forma indireta,



representam as modificações iniciadas na área da Cultura em 2003, sobretudo pela tentativa de se constituir um canal permanente de comunicação entre os gestores e os ponteiros, essencial para uma efetiva experiência de participação democrática.

Desde o seu primeiro encontro, em 2009, a Comissão adota uma metodologia que visa garantir espaços de discussão de caráter deliberativo, aberto e horizontal. Em 2015, além da realização de uma audiência pública em Brasília/DF, com a participação do então ministro da Cultura, Juca Ferreira, outros espaços de diálogo foram construídos para a condução dos trabalhos do Encontro na Vila de São Jorge.

As atividades da reunião foram divididas entre Grupos de Trabalho (GTs) estaduais e temáticos. Esses GTs

representam as redes e fóruns estaduais reunidos no *eixo regional*, com objetivo de garantir o seu fortalecimento e a maior aproximação entre eles (CNPdC, 2015b). No Encontro, cada GT fez parte de um eixo de discussão

previamente delimitado e o resultado de suas deliberações foi apresentado e aprovado em plenária pela totalidade da Comissão. A divisão dos GTs se dispôs em eixos como apresentados pelo Quadro 2:

QUADRO 2

Grupos de Trabalho (GTs) por eixo

EIXO	GRUPOS DE TRABALHO
Educação, Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual	Escola Viva; Gênero; Juventudes; Sexualidades; Cultura de Paz; Acessibilidade.
Povos, Comunidades e Territórios	Matriz Africana; Cultura e Saúde; Culturas Populares; Indígenas; Rurais (Agricultores Familiares e Assentados e Reassentados); Amazônico e Sustentabilidade; Patrimônio Imaterial; Ação Griô.
Patrimônio, Memória e Museologia Social	Patrimônio Material; Capoeira; Museologia Social.
Linguagens Artísticas	Teatro; Dança; Circo; Cultura e Arte Negra; Literatura; Música; Hip Hop; Artes Visuais (Audiovisual).
Infraestrutura e Economia da Cultura	Pontões; Legislação; Integração Latino-Americana; Economia Solidária; Cultura Digital.

Fonte: CNPdC (2015b).

Essa organização em eixos com seus respectivos GTs permitiu aos participantes da Reunião aprofundar o debate e tratar de temas extremamente relevantes para a formulação de políticas públicas. Dessa forma, o papel da Comissão de apontar os principais desafios enfrentados segue acompanhado da necessidade de construir respostas para eles; esses percalços, que muitas vezes barram o aprimoramento da cultura como fator de desenvolvimento socioeconômico e humano (BRASIL, 2005).

Do conjunto de problemas identificados, alguns se destacam em

razão da dimensão de seus efeitos para a totalidade das atividades. Nesse sentido, foram recorrentes análises quanto ao abandono que o Programa Cultura Viva sofreu entre os anos de 2010 e 2014 por parte dos governos estadual e federal.

Nesse período, houve a substituição dos principais gestores do Ministério da Cultura, o que acarretou uma mudança de orientação quanto às pautas precedentes. Dessa forma, o Programa Cultura Viva deixou de ser colocado como prioridade pelo governo federal e passou a ter um papel secundário nos

objetivos estratégicos do MinC. Evidentemente, por se tratar de um processo coordenado por esse ministério, a construção política do Programa, quando ele perdeu importância no âmbito federal, também enfraqueceu em âmbito estadual.

Entre os anos de 2003 e 2010, ou seja, nas gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira, o Programa Cultura Viva adquiriu centralidade tal que se tornou uma ação específica no Plano Plurianual de Investimentos do governo federal, fato que garantiu recursos próprios para sua execução.

Foi frequente, durante as reuniões da Comissão, essa retrospectiva quanto à aproximação entre o governo federal e os ponteiros, sempre percebida como um processo precocemente descontinuado. Cita-se, como exemplo disso, o fato de que, no triênio 2012–2015, o Programa não foi pautado como eixo estruturante, deixando de ser contemplado com recursos específicos da União, o que gerou desmobilização e descontentamento em sua rede de Pontos de Cultura. Obviamente, as temáticas referentes ao financiamento e às formas de aplicação dos recursos constituem parte da problemática central dessa relação.

Paradoxalmente, o intervalo que pode ser considerado o de maior dificuldade desse percurso (2012–2015) também é um momento de resultados para participação social fomentada por meio do Programa Cultura Viva.



Em larga medida, a sociedade civil organizada se mostrou capaz de dar respostas definitivas e eficazes a suas próprias demandas. Ante o recuo do Programa no âmbito do governo federal, a saída apontada pelos movimentos sociais, apoiada por diversos setores da sociedade brasileira, foi sua transformação em lei.

De certa maneira, verifica-se que a promulgação da Lei n. 13.018 em 22 de julho de 2014 – que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva – teve como finalidade, entre outras, beneficiar comunidades carentes e em situação de vulnerabilidade social, mediante a ampliação da rede de Pontos de Cultura, organizada por meio da Rede Nacional de Cultura Viva. Os principais instrumentos de intervenção estão expressos no artigo 4º, incisos I e II, da referida lei:

Art. 4º: A Política Nacional de Cultura Viva compreende os seguintes instrumentos: I – Pontos de Cultura: entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades; II – Pontões de Cultura: entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de Pontos de Cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes Pontos de Cultura que poderão se agrupar em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas. (BRASIL, 2014a).

A criação de lei específica para assegurar a continuidade do Programa

Cultura Viva, compreendido como política nacional, foi capaz de garantir, em tese, algumas soluções importantes, conforme avaliação da reunião da CNPdC: 1) retomada e continuidade da descentralização de recursos oriundos do governo federal para estados e municípios; 2) criação de uma agenda única entre os diversos entes federados e a União; 3) proposição de projetos e programas em escala cada vez mais ampliada; 4) fortalecimento do protagonismo dos movimentos sociais na definição das estratégias adotadas; 5) alargamento do conceito de cultura utilizado pelo Estado brasileiro; 6) fortalecimento de mecanismos de participação popular e democracia participativa e, principalmente, 7) garantia de continuidade dos trabalhos independentemente da equipe gestora à frente do MinC.

A efetivação da Lei Cultura Viva proporcionou a retomada de diversas demandas relegadas a segundo plano pela administração central entre os anos 2010 e 2014, as quais entraram novamente para a agenda do governo federal em suas formas de instância deliberativa, como a própria participação da CNPdC. Todavia, o fato de o Programa Cultura Viva ter perdido centralidade entre os objetivos estratégicos da União durante o triênio 2012–2015 deixou gargalos quanto à execução das atividades anteriormente pactuadas.

A lei sinalizou uma mudança de perspectiva, mas não ofuscou o fato de que muitas ações previstas no



FIG. 28

início do Programa não foram realizadas e de que outras se encontravam em processo de disputa. Embora a instituição da Política Nacional de Cultura Viva preconize a articulação entre as esferas federal, estadual e municipal na promoção dos bens e atividades culturais, a experiência de desarticulação ao longo dos últimos anos pôs em evidência a necessidade de não se restringir a efetivação das atividades à divisão de responsabilidades entre os entes federados. Pelo contrário, torna-se cada vez mais nítida a necessidade de considerar a participação e o controle social como guias para uma ação governamental efetiva, proposta em três níveis fundamentais: “1) o reconhecimento das lideranças e de organismos populares; 2) a criação de novas

formas de representação em nível local e 3) um certo espaço para os movimentos influenciarem a definição de algumas prioridades, no âmbito das políticas públicas.” (LUBAMBO; MIRANDA, 2007, p.15).

O interesse em cumprir essas três dimensões estruturou o encontro da CNPDC e todo o seu processo de deliberação. Entre os temas de grande relevância tratados durante as atividades, encontra-se aquele que diz respeito ao aprimoramento e às mudanças na forma de participação popular tanto na Comissão quanto no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), e no inter-relacionamento entre essas instâncias.

Em termos de avaliação para políticas públicas, o ano de 2015 trouxe novos desafios para as instituições e

instâncias gestoras do Sistema Nacional de Cultura. De maneira geral, os desafios colocados para a Política Nacional de Cultura Viva se dividem em dois grupos principais: a) aqueles diretamente ligados ao passivo deixado pelo Programa Cultura Viva e b) aqueles ligados à criação, à reordenação e à estruturação da Rede Nacional de Cultura Viva como sistema integrado, abrangente e descentralizado de atuação nos sistemas culturais locais.

Como desafio relacionado ao primeiro grupo, tem-se aquele de levar adiante o processo eleitoral do CNPC, ampliando a participação popular nessa instância mediante a ressignificação da dinâmica de interação entre o Conselho e a Comissão. Isso implica realizar mudanças na cultura política de participação popular, negada durante muitos anos pelo Estado brasileiro, apesar de ser garantia essencial para consolidar políticas públicas democratizantes e práticas sociais participativas.

Nesse sentido, a proposta apontada pela CNPDC, formulada durante seu encontro na Chapada dos Veadeiros, é promover a abertura de um espaço permanente da Comissão no CNPC, com a perspectiva de executar uma agenda de trabalho periódico entre os dois colegiados. Para que a realização desse intento tenha êxito, é necessário garantir o empoderamento dos movimentos sociais e das comunidades: possível com o avanço das experiências de participação popular direta.

Outro grande desafio, objeto de debate da Comissão para a consolidação da Lei Cultura Viva como política nacional, compreende a modificação da cultura jurídica que rege a organização da prestação de contas dos projetos. Atualmente, segundo levantamento da própria Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), menos de 10% dos processos em análise financeira de prestação de contas dos Pontos de Cultura conveniados desde 2005 foram concluídos. Para tentar diminuir esse passivo, a CNPDC propôs duas saídas:

Considerando o precedente da Portaria Ministerial n.86, de 26 de agosto de 2014, que rege sobre prestação de contas de projetos oriundos da Lei n.8.313/1991, estabelece que a análise das prestações de contas para projetos de até R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) seja efetuada de forma simplificada, aprovando-as a partir da comprovação da execução física dos projetos, sem a necessidade de análise da prestação de contas financeiras. Solicitamos a edição de uma portaria regulamentando de forma isonômica a Portaria Ministerial n.86, que a análise de prestação de contas dos repasses de até R\$350.000,00 para os Pontos de Cultura seja aprovada a partir da comprovação da execução física dos projetos, sem a necessidade de análise da prestação de contas financeiras, para reduzir o elevado estoque de projetos culturais pendentes de análise conclusiva de prestação de contas. E que, em caso de reprovação, que a devolução do recurso seja realizada através da realização de atividades culturais, conforme prevê a Lei n.13.018/2014. (CNPDC, 2015b).



FIG. 30

A realização dessa proposta alternativa visa, a um só tempo, dar celeridade às ações de controle por parte do governo federal e promover o aprimoramento das práticas de transparência e prestação de contas das atividades dos Pontos de Cultura. Se, em um contexto de adversidade, a descentralização do Programa Cultura Viva foi o segredo para a sua sobrevivência, atualmente, já com a lei aprovada, em um contexto de retomada e ampliação das atividades, o desafio principal está no fortalecimento institucional por meio das diretrizes nacionais. Isso poderia, por um lado, revigorar o alinhamento jurídico, político e estratégico das políticas culturais promovidas pelo poder público com as demandas da sociedade civil e dos movimentos sociais e,

por outro, garantir a consolidação da Rede Cultura Viva.

Para tanto, é preciso considerar o segundo grupo de desafios: aqueles ligados à criação, à reordenação e à estruturação de Rede como sistema integrado, abrangente e descentralizado de atuação nos sistemas culturais locais. Isso implica recuperar a mística de participação social e empoderamento presente no início do Programa, além de fortalecer a cogestão entre as várias instâncias do Estado e da sociedade civil.

Tendo como propósito a superação desse conjunto de desafios em prol da viabilização da Rede, as discussões e deliberações realizadas pelo encontro da CNPdc indicaram uma série de demandas para os próximos anos.

Dentre a infinidade de temas tratados alguns se destacam: 1) criação de uma rede nacional de “amigos” da cultura com a presença de advogados, parlamentares e diversos profissionais liberais; 2) difusão e apropriação dos conceitos e atividades relacionados à economia solidária e à economia criativa e colaborativa no desenvolvimento das tecnologias sociais e dos arranjos produtivos locais pelos Pontos de Cultura; 3) publicação, em fluxo contínuo, de editais e chamadas públicas promovidos pelo MinC; 4) proposição de um trâmite simplificado para a autodeclaração de Ponto de Cultura.

Os resultados da reunião da CNPdc deixam claro que as demandas ora apresentadas, além de serem centrais

para a consolidação da Lei Cultura Viva, servirão como referência para as ações de médio e curto prazo propostas pelos gestores de políticas públicas. Considera-se que a consciência da dimensão dessas demandas por parte de todos os envolvidos é o primeiro passo na direção de sua resolução. Em seguida, busca-se efetividade nas ações.

Parte desse processo se fundamenta na compreensão da conjuntura do país, sem a qual o desenvolvimento dos trabalhos pode ser seriamente inviabilizado. Atividades de planejamento, proposição e avaliação devem considerar a memória histórica diante do panorama atual de desequilíbrio político e econômico. Trata-se, portanto, de reconhecer de maneira íntima, sobretudo



FIG. 31



MULTI ETNIA

nas formas de valorizar o ambiente da cultura, o potencial da participação social para o equilíbrio e a dinamização das políticas culturais.

Análise conjuntural das perspectivas da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

No contexto de enfrentamento das dificuldades estruturantes do Programa Cultura Viva, a resposta dos movimentos sociais e da equipe gestora do MinC foi a recondução e a avaliação do processo, o esforço em compreender os desafios postos às partes envolvidas e a transformação dessa política pública em lei. Destarte, a atual conjuntura política e econômica exige respostas coletivas tão inovadoras e eficazes quanto aquelas apresentadas anteriormente.

O controle social, a descentralização das decisões e a participação cada vez mais ampla e qualificada da sociedade civil e dos movimentos sociais nas diversas instâncias de deliberação política – como na CNPdC e no CNPC – são imperativos norteadores para a continuidade e o desenvolvimento pleno da Política Nacional de Cultura Viva e para a criação de uma rede nacional de sustentação dessa iniciativa.

O agravamento da crise econômica nos últimos anos e as dificuldades do governo federal em manter a meta de

superávit primário e de controle da inflação têm provocado uma política de austeridade caracterizada pelos cortes de gastos e pela consequente retração nos recursos normalmente alocados para as diversas áreas de atuação da administração pública. Somado a esse cenário de incertezas econômicas, assiste-se ao acirramento da crise política acarretada por um processo de avanço e recrudescimento da agenda conservadora no país, com o doloroso desmonte de diversos direitos sociais duramente adquiridos.

Ante esse quadro, a participação e o controle social próprios da democracia, que estão presentes em parte das políticas implementadas pelo MinC, sobretudo por meio da Política Nacional de Cultura Viva, são alvo de questionamentos de diversas ordens. Tais críticas provêm dos segmentos sociais contrários ao empoderamento dos povos que tradicionalmente estiveram à margem do envolvimento direto na vida política nacional.

As resistências que se fazem notáveis não ocorrem de forma aleatória; pelo contrário, estão arraigadas no que há de mais arcaico em termos de política de Estado. O discurso de oposição à participação popular direta na definição e na orientação de políticas públicas traz à tona o caráter elitista que parte dos segmentos sociais tenta imprimir às formas de governo. Essas resistências contrárias ao avanço da participação popular apresentam-se, sobretudo,



como resultado de uma herança cívica desfavorável, ainda presente em muitas regiões e localidades do país, como os pequenos municípios do Norte e do Nordeste brasileiro. Por um lado, assiste-se a uma reduzida credibilidade no Estado, abalada por uma sucessão de governos descomprometidos com o bem-estar da população e, por outro, a uma ausência de experiências locais de associativismo (baixo capital social). Quer dizer, expressam-se os limites de se trabalhar com burocracias acostumadas aos antigos modelos e resistentes a qualquer estratégia de reformar o Estado e, também, mesmo nos casos em que se costumam identificar instrumentos de participação social, questiona-se a identificação dessas instituições enquanto portadoras de real significado associativo, quando a tradição, a prática e o registro de associativismo são ainda recentes no país. (LUBAMBO; MIRANDA, 2007, p. 8)

Em vista do atual cenário de incertezas em relação ao futuro das políticas participativas e associativas no país, a busca de alternativas viáveis e eficazes contra a tendência de refluxo das conquistas sociais constitui-se no desafio mais abrangente e urgente apontado pelos membros da CNPdC e por toda a rede de Pontos de Cultura que dá sustentação ao Cultura Viva.

Na tentativa de garantir respostas efetivas a essa demanda, a Coordenação de Articulação e Mobilização do Ministério da Cultura, juntamente com diversos segmentos da sociedade civil, desenvolve um trabalho integrado aos Pontos de Cultura. O objetivo central dessa iniciativa é fortalecer a participação e o controle social no interior dos próprios pontos, a fim de

promover a formação de uma Rede Cultura Viva verdadeiramente aberta, abrangente e participativa.

As experiências vivenciadas durante o encontro da CNPdc na Vila de São Jorge mostraram que, embora esse objetivo ainda esteja longe de ser concretizado de maneira satisfatória, os debates realizados nos espaços participativos são alternativas democráticas promissoras para o alcance do empoderamento, da descentralização e de democratização do financiamento e do acesso à cultura em todas as regiões do país.

Isso significa reconhecer que as tarefas de consolidar as instâncias participativas e de garantir um planejamento estratégico democrático para as políticas públicas não devem ser relegadas ao segundo plano, uma vez que esse tipo de política “não poderá prescindir da construção de mecanismos institucionais sólidos de modo a reduzir os efeitos da colisão de interesses estreitos de grupos poderosos, capazes de empernar o sistema” (LUBAMBO; MIRANDA, 2007, p.11).

No caso das políticas públicas na área da Cultura, entre os diversos mecanismos fundamentais capazes de sustentar esse processo, constituindo-se em um contraponto à tendência conservadora e elitista, destacam-se: a própria CNPdc e o Conselho Nacional de Política Cultural.

Assim, no âmbito do governo federal, por meio da Secretaria de Gestão Pública (Segep) do Ministério do



FIG. 34



FIG. 35

Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), na Carta de Serviços instituída pelo Decreto n.6.932, de 11 de agosto de 2009, e no documento *Participação e controle social: instrumentos jurídicos e mecanismos institucionais* (BRASIL, 2013a), identificam-se os caminhos que a participação e o controle social devem necessariamente trilhar para garantir, no âmbito da administração pública direta, a governança democrática como prática rotineira na proposição e efetivação de políticas públicas. Constam nessas diretrizes os principais momentos do processo de construção de uma política pública, quais sejam:

1) Definição da estratégia: o que se quer atingir? Qual a visão política, princípios e fundamentos que irão nortear a construção de programas, ações e a prestação do

serviço público?; 2) Formulação da política: é a tradução da estratégia formulada em programas, objetivos, iniciativas e ações orçamentárias. Essas ações conterão metas e resultados esperados destinados a promover direitos assegurados no quadro normativo vigente; 3) Prestação dos serviços: quando se dá a implementação da política pública, com a entrega de bens e serviços à população e 4) Avaliação e aprendizado. (BRASIL, 2013b, p.18).

De acordo com as proposições sistematizadas no âmbito do MPOG, a Política Nacional de Cultura Viva encontra-se, após a promulgação da lei, em via de retomar seus objetivos originais, somados aos novos desafios, limites e descontinuidades acumulados ao longo de sua trajetória. Ao considerar os caminhos propostos pela União e compará-los com o percurso trilhado, verifica-se que a definição estratégica dos objetivos,



os princípios norteadores, a efetiva prestação de serviços e a delimitação orçamentária são conquistas vislumbradas desde o início da execução da política, em meados de 2005. Já a delimitação normativa, que definiu claramente as atribuições e as metas para seu desenvolvimento, é uma conquista recente que está diretamente ligada à aprovação da Lei n.13.018/2014.

Embora essas etapas se constituam em avanços significativos, representando vitórias compartilhadas pelo conjunto da sociedade, ainda há desafios estruturais para a consolidação e o aprofundamento da política Cultura Viva. Seguem elencadas, nesse sentido, as principais demandas em torno do processo em curso: 1) efetivação e aprimoramento dos serviços prestados às comunidades; 2) estabelecimento de novas formas de prestação de contas e, principalmente, 3) melhoria das formas de avaliação coletiva dos trabalhos realizados, o que tangencia a proposição estratégica de novos espaços de integração entre as instituições promotoras dessa política.

Nesse contexto, o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros é promovido com o propósito de induzir a resolução dessas demandas, recorrendo à articulação e à integração

dos canais participativos, bem como ao estabelecimento de uma visão sistêmica e integrada da dinâmica cultural, da mesma forma que são percebidas na construção da Rede Cultura Viva. Trata-se de movimentos interligados, frutos de uma fruição cultural provocada pelas mesmas utopias, pelo mesmo sentimento de que é possível *olhar* a cultura de forma diferente. As experiências trocadas durante a realização da XV edição do Encontro tiveram como tônica fundamental a necessidade de sustentar uma política inovadora e transformadora num contexto político adverso, num ambiente cada vez mais reacionário acerca da manutenção das conquistas populares.

Para tanto, requer-se retomar e aprofundar a mística de empoderamento, presente desde os primeiros passos do Programa, com o fortalecimento da Política Nacional de Cultura Viva, no âmbito do Estado e também no seio da sociedade civil. Se os desafios que se apresentam na ordem do dia são cada vez maiores, a experiência vivida na reunião da Comissão durante o XV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros deixa transparecer que essa vontade dos povos e comunidades do Brasil é ainda maior.





PLUR ALIDADE



FIG. 38



A

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) compreende a participação social como direito fundamental de todos os seres humanos, pois considera o sujeito, individual e coletivamente, como alguém responsável e ativo no processo de tomar consciência da realidade, decidir e influenciar políticas públicas e impactar na formulação destas por meio de articulações e espaços de voz, respeito, consideração e escuta. Esse sujeito cidadão é quem gera a dinâmica da participação social mediante a constituição de instâncias formais para sua atuação individual e coletiva.

Para que a participação ocorra, em vez de deixarem toda a responsabilidade a cargo dos representantes eleitos, os cidadãos devem cotidianamente demandar, formular, propor, criticar, reclamar, inclusive exercendo o que Gilberto Gil chamou de o direito e o dever de divergir.¹ É também o que Juca Ferreira enfatizou ao afirmar que “não há governo que funcione fora da pressão popular e da contribuição que a sociedade tem no sentido de empurrá-lo para frente” (FERREIRA, 2013b, p. 488).

De acordo com Carlos R. S. Milani (2008), a participação social pode ser denominada ainda como participação cidadã, popular, democrática, comunitária,

¹ “A celebração consensual da diversidade significa que temos o direito e, às vezes, o dever de divergir” (GIL, 2013a, p. 23). Podemos dar como exemplo o fato de que o valor da sociobiodiversidade, celebrado pelo XV Encontro de Culturas Tradicionais, exige, para sua defesa e implementação concreta, a produção de dissenso, resistência, divergência, rebeldia em relação a todas as forças que atacam e conduzem ao extermínio (seja o ecocídio ou o etnocídio) as nossas inestimáveis riquezas naturais e culturais.

entre outras expressões similares. É uma reivindicação histórica dos movimentos sociais e é coessencial à emergência de diversos movimentos sociais brasileiros, de modo que, segundo a avaliação de Milani (2008), a partir dos anos 1990, a participação social atingiu um grau mais amplo e intenso de institucionalização:

A participação social tornou-se, nos anos 1990, um dos princípios organizativos, aclamado por agências nacionais e internacionais, dos processos de formulação de políticas públicas e de deliberação democrática em escala local. Fomentar a participação dos diferentes atores políticos e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as políticas públicas são, hoje, peças essenciais nos discursos de qualquer política pública (auto) considerada progressista. Os anos 1990 foram marcados pela institucionalização da consulta da “sociedade civil organizada” nos processos de formulação de políticas públicas locais. [...] Os modelos de participação social tendem a incluir estratégias de descentralização, a adoção de mecanismos de responsabilização dos gestores (*responsiveness* e *accountability*), o incremento do controle social, além de dispositivos que visam chamar cidadãos e organizações cívicas para atuarem como atores políticos da gestão pública (MILANI, 2008, p. 553).

No mundo contemporâneo, são inúmeras e díspares as organizações e entidades que apoiam o *princípio participativo*, valor celebrado por atores bem dessemelhantes, entre os quais o



FIG. 40

Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas, a União Europeia, o Fórum Social Mundial. Mais importante que comunicar a definição conceitual de *participação social* para cada um desses atores, será demonstrar a relevância de sua operacionalidade – no caso específico das políticas públicas culturais no Brasil atual – assim como (re) apresentar os mais diferentes dispositivos constitucionais e legais que dão base às iniciativas de controle social e participação social.

Conforme o Quadro 1 (ver página 16), os principais espaços de participação social e diálogo existentes na administração pública federal são: 1) reuniões, 2) conselhos, 3) consultas, 4) conferências, 5) ouvidorias e audiências públicas, 6) grupos de trabalho, 7) mesas de negociação ou mesas de diálogo e 8) planos plurianuais participativos. Além disso, podemos elencar os recursos jurídicos que, com base no direito à informação e no poder de denúncia, garantem o controle social, tais como: petições, certidões, ação popular, mandado de segurança individual e coletivo, ação civil pública, mandado de injunção, entre outros.

Pode-se adicionar ainda os referendos e plebiscitos como estratégias de participação social. Embora no Brasil esses recursos sejam raramente utilizados, sua legitimidade e eficácia foram demonstradas em 2002, durante

o plebiscito de iniciativa popular sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Com um total de 10.149.542 votantes,² tal plebiscito foi aceito pelo governo federal na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Sobre o tema dos plebiscitos e sua baixíssima frequência no país, o filósofo Vladimir Safatle (2012, p. 51–53, grifos nossos) aponta:

A democracia depende de um aprofundamento da transferência de poder para instâncias de decisão popular que podem e devem ser convocadas de maneira contínua. [...] Com o desenvolvimento das novas mídias, é cada vez mais viável, do ponto de vista material, certa “democracia digital” que permita a implementação constante de mecanismos de consulta popular. [...] O verdadeiro desafio democrático consiste em criar uma dinâmica plebiscitária de participação popular. Tal dinâmica é desacreditada pelo pensamento conservador, pois ele procura vender a ideia inacreditável de que o aumento da participação popular seria um risco à democracia – como se as formas atuais de representação fossem tudo o que podemos esperar da vida democrática. Contra essa política que tenta nos resignar às imperfeições da nossa democracia parlamentar, devemos dizer que a criatividade política em direção à realização da democracia apenas começou. Há muito ainda por vir.

A concepção político-ideológica da transferência de poder para espaços de decisão popular está em consonância com os princípios e valores das políticas públicas culturais brasileiras

² Saiba mais na reportagem da CNBB Pastoral Social, “Plebiscito sobre a Alca” (2002).

presentes, especialmente, no Programa Cultura Viva. Afinal, entender a participação social como um espaço de direito à diferença e de construção coletiva e efetiva de *tomadas de decisão* significa compreender que todas as formas de diversidade cultural, natural e humana devem ser respeitadas e empoderadas. Dessa forma, os conceitos pilares da configuração epistemológica e metodológica da política cultural em questão são: diversidade, alteridade, autonomia e partici-



pação social. Segundo Zimbrão da Silva (2013, p.6),

é no governo Lula que se percebe um aumento da frequência (por sua diretrizes e legislação assegurarem periodicidade), da abrangência (por englobarem número maior de temas) e da amplitude (por envolverem número cada vez maior de pessoas) desses espaços participativos. [...] Na pasta da Cultura houve no governo Lula uma mudança conceitual significativa de política pública, tanto no que se refere ao papel do Estado, quanto à construção de novos paradigmas que dizem respeito à abertura à participação de “todos os públicos

que fazem e vivem a cultura” na elaboração e gestão das políticas culturais. Nesse sentido, desde 2003, todo o processo de reelaboração da atuação do MinC foi e vem sendo arquitetado com intensos diálogos com a sociedade. (ZIMBRÃO DA SILVA, 2013, p.6).

Verifica-se que o desenvolvimento social não pode escapar às práticas de diálogo e empoderamento. Com base nos valores e diretrizes do Programa

Cultura Viva e na apropriação dos espaços de diálogo e participação social, consolidados pelos movimentos sociais, é imprescindível formular o problema também em termos de *cidadania cultural*. A filósofa Marilena Chauí (1995) caracteriza a cidadania cultural como uma postura que se contrapõe a outros modelos – liberal, populista, autoritário, entre outros – em prol da utopia por um mundo mais justo e livre e menos violento.

Temos de estar movidos, assim, pela necessidade de construir uma nova modalidade de relação entre o Estado



e a cultura, modalidade essa que deve se contrapor à versão liberal, que vê a cultura como belas-artes; a do Estado autoritário, que se autoidentifica como produtor oficial de cultura; a populista, que entende a produção cultural do povo como artesanato e folclore; e, por fim, a neoliberal, que vincula cultura e evento de massa, consagra todas as manifestações do narcisismo desenvolvidas pela grande mídia e tende a privatizar as instituições públicas de cultura, deixando-as sob a responsabilidade de empresários culturais (CHAUI, 1995).

Por meio da noção de cidadania cultural e de participação social, parece possível conceber formas contrárias à mercantilização da cultura e a compreensões reforçadas pelo modelo ca-

pitalista de cunho neoliberal. As ações culturais estão diretamente associadas ao patrimônio imaterial e material de um povo, mantendo laços estreitos com a formação das identidades e estimulando o desenvolvimento da autonomia de tal povo.

É nesse sentido que vale apresentar, numa perspectiva contra-hegemonica, o trabalho de *cidadãos culturais* – denominados *ponteiros* – responsáveis por articular um cotidiano singular nos Pontos de Cultura. Suas histórias de vida – e de persistência – são singulares, no entanto conectam-se aos fatos que foram tratados até aqui. Percebe-se que a (inter)ação dos ponteiros alinha a tomada de consciência da luta pelo reconhecimento a um contexto sociopolítico mais amplo.



CONFÉLUCÊNÇA

Polifonias participativas nos Pontos de Cultura

Mediante a compreensão dos conceitos de participação social e cidadania cultural, entremeados com os relatos dos ponteiros e ponteiras representantes da CNPdc, revelar-se-á que, de fato, a multiplicidade de sujeitos sociais, além de anunciar o grau de consciência quanto ao salto qualitativo rumo a uma autêntica democracia participativa, deslinda como é construída cotidianamente a trajetória da diversidade cultural brasileira.

Nesse sentido, a noção de cidadania cultural exposta por Marilena Chaui (1993) pode ser combinada com a categoria de análise principal deste relatório – a participação social – equacionando assim uma nova expressão, representativa da atuação da CNPdc e de toda a RNPC, a *participação polifônica*.

Para Célio Turino (2010),³ o aprimoramento da democracia só acontecerá com o estabelecimento da *polifonia*, pois, quando aspectos como diversidade, pluralidade, diferença, alteridade e hibridismo estiverem presentes na

³ Sob os auspícios de Milton Santos, Luiz Gonzaga, Patativa do Assaré, Antonio Conselheiro, Mário de Andrade, entre outras figuras notáveis da cultura brasileira, Turino (2010) empreendeu em seu livro uma tentativa de mapeamento das diversas expressões culturais que pulsam pelo Brasil afora e foram potencializadas pelos Pontos de Cultura.

vida dos cidadãos, ter-se-á contínua construção de um espaço ético-político pautado por diálogo, autonomia, empoderamento, comunhão e emancipação social.

No Brasil, as dimensões continentais e os fenômenos cada vez mais *glocais*⁴ (isto é, a um só tempo locais e globais) carregam uma multiplicidade de expressões culturais, que pode e deve manifestar-se num coro polifônico no qual “a voz do nosso povo se faz ouvir com toda sua diversidade” (TURINO, 2010, p.16).

Com base em tal entendimento, algumas experiências de polifonias participativas foram selecionadas para dar vida a esse coro. Trata-se de relatos que ilustram diferentes perspectivas de atuação dos Pontos de Cultura no país, com as narrativas de ponteiros e ponteiras representantes da CNPdc, entrevistados no decorrer do XV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros.⁵

Sem a pretensão de sistematizar tais narrativas ou de esgotar seus sentidos, propõem-se agrupamentos a fim de aproximar o leitor das experiências vivenciadas em diferentes

⁴ Termo proposto pelo antropólogo Massimo Canevacci (1996) para se referir à interseccionalidade das realidades contemporâneas locais e globais.

⁵ Essas informações foram transcritas de gravações de vídeo, pertencentes à SCDC/MinC.

FIG. 44



Pontos de Cultura, que, claramente imbuídos de suas concepções epistemológicas e metodológicas, revelam os princípios básicos do Programa Cultura Viva e do Plano Nacional Cultura Viva (BRASIL, 2012b, 2014a).

Apresentam-se quatro proposições de análise e apresentação das experiências, quais sejam: Ponto de Cultura como ponto de futuro; Ponto de Cultura como ponto de memória; Ponto de Cultura como ponto de vida; Ponto de Cultura como ponto de encontro.

Ponto de Cultura como ponto de futuro

O Ponto de Cultura, na narrativa de muitos ponteiros e representantes da CNPdc, aparece potencialmente investido de uma ideia de instituição formativa capaz de receber, acolher e transformar as possibilidades de vida de crianças empobrecidas que vivem em situação de alta vulnerabilidade social – denominadas pelo sociólogo José de Souza Martins (1991) como “crianças sem infância”.

O relato de trabalhos desenvolvidos com tais intencionalidades se apresenta com a crença de que as crianças, quando convidadas a recordar suas ancestralidades político-culturais, através, por exemplo, do Tambor de Crioula, vivenciam experiências de apropriação de um passado gerador de diferentes ressignificações do presente e, desse modo, de reinvenções dos futuros possíveis.

Catatau, ponteiro maranhense, explica que a imersão nas práticas estéticas, cul-



turais, políticas, artísticas e ancestrais do Tambor de Crioula transformam as crianças em potenciais adultos cidadãos. Ao viverem a experiência de pertencimento à história, elas obtêm, de acordo com o ponteiro, a oportunidade de *inserção social* pela via cultural.

Para o educador Paulo Freire (1982), tornar-se parte do mundo é movimentar-se rumo ao ato de parir-se, de autorizar-se a ser autor de seu próprio destino, de sua história, seu território e, portanto, de suas experiências de pertencimento social. Por meio de

vivências formativas articuladas ao fazer cultural, as crianças podem escapar, ainda que por uma fração no tempo, à dura condição a que estão submetidas – a de não infância – e, desse modo, sonhar com outras possibilidades de futuro. A experiência subjetiva não gera mudanças rápidas e/ou diretas na condição objetiva, contudo defender o direito à educação e à cultura, como almejam os ponteiros, implica lutar para que as crianças não tenham sua infância negada e possam usufruir de fato o passado, o presente e o futuro.

O que torna essas vivência ainda mais interessantes é o fato de elas se apresentarem intimamente interconectadas com o respeito à diversidade, ou seja, com a resistência contra toda forma de intolerância e de desrespeito a qualquer tipo de cultura. O que se deve compreender, diante dessa forma de trabalho, é que a prática da cidadania e da autonomia só é possível se cada sujeito puder ser protagonista de seu próprio destino. Para isso, é preciso que ele se aproprie de seu passado, ressignifique seu presente e sonhe com futuros próprios, desejosos e possíveis. Em suma, ser si mesmo é ser único, portanto diferente e diverso dos demais. Trata-se de uma meta comunitária, uma meta amorosa, como revela Catatau (2015):

Nosso Ponto de Cultura é um ponto de amor, um ponto de afeto e de cultura que constrói já, desde hoje, uma sociedade que pode vir a brotar no futuro. Uma sociedade em que todo esse povo do gueto, da periferia, os excluídos da pirâmide social, tenha vez e tenha voz.

Essa experiência de participação social – “ter vez” e “ter voz” – atende àquilo que o Ponto de Cultura, inserido no bojo do Programa Cultura Viva, busca estimular: a inserção dos sujeitos abandonados e/ou negados no contexto da criatividade, da mitologia, da narrativa, do legado coletivo, da experiência de pertencimento, apropriação, recombinação e reinvenção de si. Há, na relação dos ponteiros e ponteiros,

algo que se aproxima de uma comunidade de vida e de discurso, uma ação de aprendizagem artesanal, um saber que se pode compartilhar com proveito. Isso é o que se pode chamar propriamente, segundo Walter Benjamin (apud GAGNEBIN, 1994), de uma experiência pedagógica, ou seja, um percurso de vida marcado por desafios, uma travessia (CASSALI, 2012).

Essa trajetória, que demanda formação ético-política, necessária e intrínseca a cada cidadão, surge nos depoimentos de diferentes ponteiros e ponteiras. São significativas experiências compartilhadas que compõem um cenário em que os Pontos de Cultura se posicionam como espaços convidativos na construção de autênticos e potentes projetos de vida, ou seja, trabalhos voltados para o cuidado com cada sujeito e cada comunidade, simultaneamente. Estudar e dançar a história, trançada com a pedagogia do afeto, parece ser uma das grandes metas desses Pontos de Cultura que, quando perguntados sobre a arte de educar, respondem que ensinar uma criança e um jovem a falar a verdade, a olhar no olho e a respeitar um ao outro é unir amor e política (CATATAU, 2015).

Uma educação emancipatória implica, de acordo com Hannah Arendt (1992), promover a responsabilidade pelo mundo, ou seja, levar o sujeito a se comprometer com seu passado e sua história pessoal e coletiva,

de modo a ressignificar seu presente e, assim, renovar o mundo. São muitas as dificuldades para atingir objetivos amplos como esse. No entanto, no que tange à tentativa de viabilizar um processo de subjetivação – forma fundamental para a existência dos indivíduos –, ocupar um lugar no mundo significa ocupar um lugar na vida de outro, como afirma Ferreira (2012, p. 224–225):

Na tentativa de aprender com os alunos e, em especial, com as culturas juvenis, entendi que é no manejo da agressão que se depreende, em certa medida, a capacidade criativa e construtiva do sujeito. Mas como conceber uma expressão criativa e até mesmo agressiva do inconformismo com a injustiça e a desigualdade social? Afinal, o indivíduo não consegue alcançar existência se não ocupa um lugar diante de um outro, se não pertence a uma história, se não tem onde morar, uma família que o ampare, uma cidade na qual se sinta tratado como cidadão. É preciso pertencer a um mundo compartilhado por outros homens e mulheres. Ocupar um lugar no mundo é ocupar um lugar na vida de um outro. Somente a partir dessa experiência é que o olhar poderá voltar-se para o mundo com curiosidade e desejo. Contudo, o que se observa nas comunidades-favela é que o sentimento de pertencer ao mundo parece abalado em sua constituição; os jovens referem-se a si mesmos como parte de uma categoria inferior de pessoas, como indivíduos que não podem ser vistos na sua humanidade, e sim despersonalizados sob – por exemplo – o rótulo de favelados.

Cabe ressaltar novamente a congruência dessa perspectiva de educação com a concepção de mundo

presente nos estudos e práticas de Paulo Freire (1982, 2001a, 2001b, 2004), sobretudo por compreender a educação/formação como “parto de si mesmo”, ou seja, como um espaço de exercício do empoderamento, do diálogo, da emancipação e da autonomia, que contribuem com o nascimento político de cada sujeito por meio da construção de projetos de vida autênticos, criativos e autorais. Ainda que a *parturição* de si ocorra no âmbito individual, o processo *gestacional* é, necessariamente, coletivo. Em outras palavras, o ser humano como um ser social só é capaz de se humanizar na relação com o outro e através desse outro, que, indubitavelmente diferente, é quem reconhece a humanidade no sujeito e, conseqüentemente, em si. As experiências do olhar do outro, da alteridade e, portanto, da diversidade são intrínsecas às formas de subjetivação de cada sociedade. Logo, um sujeito é individual

e social ao mesmo tempo, necessária e inegavelmente.

Assim, quando se referencia o valor da diversidade humana e cultural, é fundamental salientar que a *preservação* das comunidades e povos tradicionais não representa o seu *congelamento* e/ou a sua estagnação. Afinal, toda cultura viva é metamórfica, ainda que mantenha firme no solo suas raízes. Nenhum povo ou cultura existe isoladamente, em separado, de modo estanque e incomunicável, pois está sempre em situação de interculturalidade e inter-relação.

Diante de algumas reflexões do ex-ministro Gilberto Gil, compreendemos a ampliação do conceito de cultura presente nas políticas públicas culturais no período de 2003 a 2016. Há muitas dimensões presentes nessa concepção expandida de cultura, que inclui dimensões simbólicas, políticas e econômicas:



FIG. 47

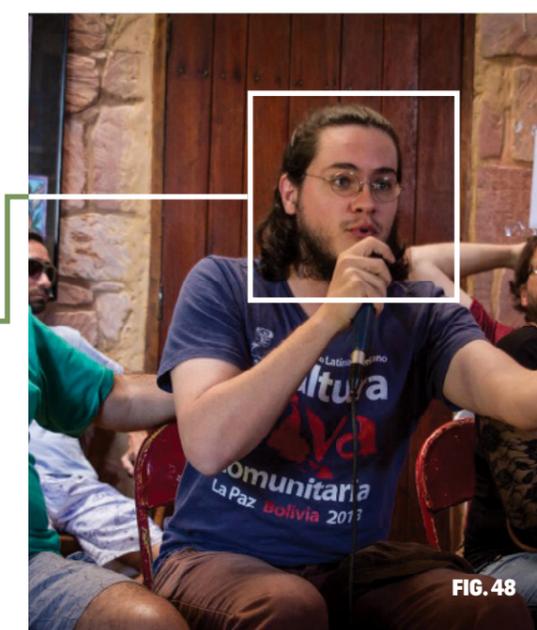


FIG. 48

VALLO RITZA CAO



Trata-se, agora, de abrir o leque, de ampliar o raio das discussões e intervenções, de modo que possamos entrelaçar política, economia, educação, cultura etc. [...] Cultura em seu sentido pleno, antropológico. *Vale dizer: cultura como a dimensão simbólica da existência social brasileira. Como usina e conjuntos de signos de cada comunidade e de toda a nação. Como eixo construtor de nossas identidades, construções continuadas que resultam dos encontros entre as múltiplas representações do sentir, do pensar e do fazer brasileiros e a diversidade cultural planetária. Cultura como espaço de realização da cidadania e de superação da exclusão social, seja pelo reforço da autoestima e do sentimento de pertencimento, seja, também, por conta das potencialidades inscritas no universo das manifestações artístico-culturais com suas múltiplas possibilidades de inclusão socioeconômica.* Sim, cultura também como fato econômico, capaz de atrair divisas para o país – e de, aqui dentro, gerar emprego e renda. Assim compreendida, a cultura se impõe, desde logo, no âmbito dos deveres estatais. É um espaço onde o Estado deve intervir. Não segundo a velha cartilha estatizante, mas mais distante ainda do modelo neoliberal, que faliu. Vemos o governo como um estimulador da produção cultural. (GIL, 2013b, p.239, grifo nosso).

Nota-se o propósito de valorizar a construção de um novo modelo para a Cultura. É válido retomar o fato de que o Programa Cultura Viva foi concebido como uma rede orgânica de criação e gestão cultural mediada pelos Pontos de Cultura – sua principal ação. Nesse sentido, os Pontos de Cultura são entendidos como intervenções agudas nas profundezas do Brasil ur-

bano e rural, voltadas para despertar, estimular e projetar o que há de mais singular e criativo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias etc. – intervenções em prol da eflorescência da cultura local. Eis a perspectiva do *do-in antropológico*, anunciada desde o discurso de posse do ministro Gilberto Gil em 2003.



FIG. 50

Os Pontos de Cultura são pensados, assim, como amplificadores das expressões culturais de suas comunidades; como potentes espaços de mobilização coletiva e transformação social; como agentes capazes de propiciar e acentuar novas, plurais e polifônicas oportunidades de voz, de comunicação e de vida.

Ponto de Cultura como ponto de memória

Diversos depoimentos de ponteiros e ponteiros apontam para experiências formativas pautadas pela interseccionalidade entre cultura e educação. Trata-se de Pontos de Cultura voltados para manifestações tradicionais afro-brasileiras,

como a capoeira, o jongo, os batuques e outras danças das populações de matriz africana que foram secularmente excluídas socialmente e que hoje marcam presença no cenário cultural brasileiro. É o que aconteceu no Vale do Paraíba e em diversas localidades no Espírito Santo, em Goiás e Minas Gerais.

Fatinha, ponteira do sudeste brasileiro, apresenta relatos sobre sua vivência com o jongo:

O jongo foi sendo passado de geração em geração, são muitas as famílias de jongueiros. A partir do final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, a gente entendeu que precisava se organizar enquanto grupo, para manter viva a tradição, e aí fundamos a União Jongueira que trabalha a história do povo negro desde que veio da África até os dias atuais. Acho essencial que aqueles que agem em prol da salvaguarda das tradições culturais negras possam agir também nas escolas, no sentido de trabalhar a autoestima da criança negra e mostrar a elas toda a contribuição do povo negro para a formação do Brasil. Lá na época da escravidão, os negros usavam o jongo para se organizar, para cantar saudades da África, para namorar... tudo acontecia na roda de jongo! Mas, infelizmente, a sociedade brasileira faz de tudo para anular as nossas raízes, de modo que o jongo, para nós, continua sendo uma arma (FATINHA, 2015).

Os espaços de memória são armas de resistência e enraizamento, salvaguarda e atualização de uma história que se prolonga no presente. Na visão de Fatinha, a escola *tradicional* deve abrir-se à ação dos griôs, dos mestres afro-brasileiros, das parteiras e rezaadeiras e de todos os baluartes da cultura *afro-indígena*, que transmitem e mantêm vivas as tradições e os saberes por provocarem em cada sujeito em formação a coragem e a ousadia para encontrar seu modo de ser, viver e se expressar no mundo. Pressupõe-se que,

na transmissão de um passado ancestral, transfere-se o que é de mais essencial para a vida, a saber: o ser si mesmo, a autonomia e a emancipação.

Por meio de edital, em 2005, nasceu o Ponto de Cultura em Pinheiral, com recursos que vieram *aparelhar e equipar* a casa onde está sediada a iniciativa, hoje conhecida como Centro de Referência do Jongo de Pinheiral. Ali, valorizam-se e estimulam-se não somente a expressão corporal, com o jongo, mas também a literatura e a culinária afro-brasileiras, que são incentivadas, reconhecidas e renovadas. Fatinha (2015) explica que, desde o nascimento do Ponto, diversas mudanças aprimoraram suas experiências:

O Programa Cultura Viva foi importantíssimo para nós que trabalhamos com cultura popular. Nossas dificuldades eram muito maiores, e os obstáculos muito mais difíceis antes da chegada de Gilberto Gil ao Ministério da Cultura, em 2002. Os avanços foram enormes devido à estrutura e maiores condições de trabalho. Conseguimos desde então transmitir muita coisa aos mais jovens, formando inclusive um quadro de lideranças juvenis, que assumem a responsabilidade de manter viva a sabedoria dos mestres-griô.

Retirando do bolso um smartphone de última geração, Fatinha mostra um pouco do potencial da tecnologia para tornar presentes os passados. Um aplicativo para celular, fruto do trabalho do Ponto de Cultura, oferece ao visitante um excelente portfólio para conhecer a história de Pinheiral: são doze locais



FIG. 51

indispensáveis para se visitar, incluindo mirantes e estações ferroviárias, além das capelas e festas de jongueiros, todas elas capazes de ensinar história às gerações vivas. Na “telinha” do celular, a ponteira mostra imagens e narra a história como alguém que recupera da ancestralidade uma força latente no presente, mas ainda pouco representada na voz dos próprios sujeitos afro-brasileiros. Fatinha evoca os barões do café de São José do Pinheiro, que viviam em verdadeiros *palácios*, cujo luxo derivava da escravização, da opressão imposta e sustentada sobre os negros, reduzidos à mercadoria, à coisa, à “besta-de-carga”. No seu próprio dizer:

Ali em Pinheiral foi um celeiro dos escravizados, né? Então a gente conta a história dos latifundiários do café de São José do Pinheiro, proprietários de uma casa que era considerada um palácio, que eram grandes donos de escravos. Para narrar esta nossa história, nós já montamos uma exposição a céu aberto, e nela o jongo, os negros jongueiros são também protagonistas (FATINHA, 2015).

A narrativa curiosa sobre a fazenda de café que foi transformada em parque pela ação do Ponto de Cultura e sobre o luxo palaciano da classe dos latifundiários, atualmente ao som do jongo, compõe o esforço consciente e contínuo da apropriação da própria história, do exercício de autorizar-se a narrar sua versão e ser si mesmo – é uma celebração dotada de luta e resistência. Diante do celular de Fatinha do Jongo,

não há como questionar a potência das pontes que podem ser inventadas entre o passado e o futuro, a ancestralidade e a digitalidade, a tradição e a inovação, a resistência e a sobrevivência e, por fim, entre os agentes culturais e a cultura, que é sempre viva.

Em uma das narrativas de Fatinha e suas companheiras na CNPDC, é possível observar que a tomada de consciência é uma tarefa de resistência e sobrevivência que se dá na interface da educação com a cultura, da subjetividade com a objetividade, do passado com o presente. Evidencia-se que é necessário se posicionar diante da opulência de uma classe proprietária de latifundiários escravocratas, contrastante com a condição de opressão que marca até hoje os sujeitos da diáspora do “Atlântico Negro”. Esse é o título do livro de Paul Gilroy, que, versando sobre o tema das sobrevivências africanas, considera que:

antropólogos do “sincretismo” brasileiro tiveram insights que sugerem que os preciosos fragmentos que celebramos e veneramos sob o nome de “sobrevivência” nunca serão intactos ou completos, e mais que isso: as sobrevivências podem se tornar mais interessantes, estimulantes, prazerosas e profundas através dos profanos processos que os amalgamam com elementos imprevisíveis e não planejados, vindos das fontes mais diversas. Nesta contracultura, o prazer da combinação é aumentado por um senso da distância cultural que está sendo ultrapassada, sendo a Afrociberdelia o exemplo mais recente disso. (GILROY, 2012, p.21).

Com isso, corrobora-se a necessidade de compreender os aspectos criativos dos processos culturais. Não se trata de sobreviver por sobreviver, mas de recriar espaços e paradigmas. Lê, jogueira, ponteira do município de Campinas (SP) e membro da CNPDC, conta que sua trajetória cultural partiu do seu “reencontro” com a tradição do jongo. Assumindo o compromisso de reanimar algo que estava adormecido em seu contexto familiar, ela foi buscar conhecer na cidade quem tocava tambor, mantendo viva a cultura de matriz africana:

Sou de uma família de negros que, apesar de terem sido escravizados na geração de minha tataravó, haviam se integrado à cultura campineira e se diziam católicos apostólicos romanos, iam à missa, cantavam no coro da igreja. Aos poucos foi ecoando em mim a pergunta: por que minha família

parou de tocar tambor? A partir dela, entendi, primeiro, que a vida, assim como a cidade, impõe, desde cedo, uma decisão sobre de que lado você vai sambar. Campinas foi uma das últimas cidades a abolir a escravidão no estado de São Paulo. No campo das políticas públicas culturais, uma vasta população ficou excluída e percebeu desde cedo que ou se organizava para buscar melhorias, ou ficaria abandonada à margem. Hoje existem coletivos que se falam amplamente entre si. O ano de 2008 foi um grande marco na nossa prática, a primeira vez em que, enquanto comunidade, tomamos a decisão política de dar um salto, da roda de jongo no quintal de casa para um espaço público, na fazenda “Rosê”. Foi diretamente desse processo que comecei a entender que, mais que participar da política, é importante a gente intervir nela. Nesse processo de tensão, em que fomos definindo nosso território de atuação, fomos entendendo todos os processos de como se tornar um bem registrado, como era



FIG. 52



FIG. 53

dialogar com o Iphan, com o MinC, o que era o Cultura Viva. O Cultura Viva é central na transformação da nossa existência enquanto comunidade. Foi o que nos possibilitou entrar em diálogo com outras pessoas que faziam coisas próximas e, estando juntos, ganhamos força. Além disso, nos proporcionou toda uma autoestima, pois o Programa nos vê como protagonistas, dotados de autonomia. Aquilo que eu estava fazendo no meu quintal, achando que eu chorava e ninguém via, transformou-se em algo que eu percebi que era importante para o Brasil. O Cultura Viva faz isso: ele vai até o seu quintal e diz que aquilo que você faz tem conexão com a comunidade e com o coletivo, importa pro Brasil, e que você é o Brasil vivo. Isso é fantástico, é uma mudança de paradigma! Antes o Estado sempre teve uma posição de “cortar”, de minimizar tudo o que fazíamos nós, populações comuns, culturas populares; culturas periféricas, nós que estávamos por fora daquela ideologia que diz que o que

vem de fora é sempre melhor do que está dentro. Agora recebemos desse mesmo Estado um desenvolvimento, uma política que te coloca como elemento central. O Cultura Viva permitiu que milhares de pessoas percebessem que aquilo que faziam era importante e hoje olhamos para este Ministério da Cultura sentindo que tivemos um avanço revolucionário histórico. *E isso também só foi possível pois, em algum momento, esse grande coletivo de cultura começa a se fazer presente para além de suas práticas, mas vai também discutir a política, colocar o que quer, ajudar a transformar, nesse caminhar-caminhando.* Foi através do jongo, por estar vinculada e comprometida com esse bem registrado, que é parte central na minha vida e na minha relação com a comunidade, que pude pensar sobre questões históricas, territoriais, culturais. *Cresci desprovida da noção de que o que eu trazia guardado dentro de mim era importante, e que passei a entender a afirmação disso como parte de um*

movimento político-cultural de empoderamento. E aí vi que outros detentores de culturas historicamente relegadas podiam ser incentivados a que se empoderassem (LÊ, 2015, grifos nossos).

Observa-se que essas propostas educativas, além de inovar e amplificar o modo de compreender as problemáticas da realidade brasileira, enunciam a potência de um trabalho cultural imbuído da vontade de manter viva a tarefa de renovar a tradição. Nelas, verifica-se, retomando os pressupostos freireanos, que história e memória são ferramentas do exercício da autonomia, do empoderamento e da emancipação, o qual, por sua vez, é incumbência da educação.

Como representantes de instituições formativas, ponteiros e ponteiras de diferentes Pontos de Cultura consideram espaços de convívio e transmissão de valores como a família, a igreja e as comunidades tão relevantes e educativos quanto a escola e explicam que se posicionam criticamente em relação a esses espaços, pois, na maioria das vezes, eles estão voltados para a manutenção da desigualdade, a preservação dos privilégios, a alienação, a reprodução dos preconceitos e a perpetuação das discriminações. Daí os depoimentos de Lê e Fatinha serem tão impregnados de memória coletiva, de relatos de vivências preconceituosas e discriminatórias, de tomadas de consciência, de travessias e de elaborações pessoais e coletivas, éticas e políticas.



PONTO DE CULTURA COMO PONTO DE VIDA

Peinha, representante de uma comunidade quilombola e do Ponto de Cultura Olho do Tempo, localizado na zona rural de João Pessoa (PB), reconhece sua atuação como um dos resultados da movimentação em torno do Programa Cultura Viva e aponta:

O projeto aqui começou a partir da percepção de que não sonhávamos mais, não tínhamos mais perspectivas criativas de vida, éramos “goiabadas bichadas”. Foi aí que eu comecei a dançar ciranda, eu tinha 13 anos, comecei a viver algo que estava adormecido, tanto a memória cultural quanto a experiência da vida coletiva e comunitária. (PEINHA, 2015).

Em outro depoimento, um griô cirandeiro do mesmo Ponto compartilha que seu “sonho é poder viver da nossa sabedoria.” Tal afirmação parece tecer as atuações de alguns ponteiros, que compreendem a memória social e a vida comunitária como partes essenciais do que chamam *projetos de vida*. Peinha participou das atividades do

Ponto quando adolescente e, atualmente, oferece oficinas sobre a importância do patrimônio imaterial.⁶ Ela explica que desenvolveu uma metodologia de trabalho própria: “eu provoço as pessoas para elas se relacionarem e compartilharem aquilo que elas sabem”. Viver da própria sabedoria é reconhecer que há várias formas de saber, pensar e existir e que legitimar essa diversidade é compreender e autorizar seu próprio *projeto de vida*. Ou seja, viver do que se acredita, sabe-se e faz-se é descobrir que o sentido da vida de cada um tem valor e poder específicos. Com relação a essa experiência de reconhecimento, Peinha (2015) reflete:

É uma saída para buscarmos nas nossas memórias as formas para vivermos bem hoje. [...] O Programa [Cultura Viva] vai na base, nós não estamos recebendo para fazer cultura, nós já somos e já produzimos a cultura, estamos sendo estimulados e reconhecidos [...], agora precisamos é ocupar a sala de aula, acordar e movimentar a escola, ensinar o diálogo, discutir os problemas do país e respeitar a cultura bra-

⁶ O Decreto n.3.551, promulgado em agosto de 2000, instituiu o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro”, criando também o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. O registro desse patrimônio, gerido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), inclui a salvaguarda de: I) saberes (“conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”); II) celebrações (“rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social”); III) formas de expressão (“manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas”); IV) lugares (“mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas”). A própria Unesco, “braço” da Organização das Nações Unidas (ONU), tem criado nas últimas décadas uma série de empreendimentos no sentido de preservar e celebrar os patrimônios imateriais. O que poucos sabem é que o Brasil serviu de paradigma, em especial com o decreto de 2000, para que a Unesco formulasse as diretrizes para uma convenção internacional, que, lançada em 2003, já conta com mais de 100 países signatários.

DIVERSTADAE





sileira, isso faz bem para o país que vai continuar girando, desta vez considerando a base. O Brasil começou a misturar, por exemplo, nós das comunidades estamos sempre contribuindo com as universidades, oferecendo material de pesquisa etc. Mas agora também estamos entrando na universidade.

“Ir na base” faz referência, uma vez mais, à experiência de reconhecimento e pertencimento à história e aos territórios, aos diferentes espaços sociais e políticos e ao patrimônio imaterial da nação. Quando se ressalta a importância do acesso, do conhecimento e da apropriação das instituições e das novas tecnologias, dando destaque para a compreensão de educação, dentro e fora da escola, apresenta-se um espaço de fala bastante representativo do percurso que se denomina projeto de vida – travessia dotada de sentido. Travessia esta que convoca não apenas a memória social e coletiva, mas as experiências comunitárias e pessoais com vistas à construção e à realização con-

tínua dos projetos necessários à sensação de pertencimento ao mundo.

Outras narrativas, sobre Pontos de Culturas que enfrentam os problemas da minoridade penal e do genocídio da juventude indígena e afro-brasileira, apontam, associando esses problemas à cultura do ódio, da inferiorização do outro e da mentalidade escravocrata preconceituosa e discriminatória, para uma colonização do poder e do saber que anula, persistentemente, as formas de viver, ser e conhecer dessas populações, que contribuíram e contribuem com a formação da nação.

Apesar dos avanços sociais sobre a valorização das diferentes configurações do conhecimento e da existência no mundo, constata-se que a reflexão acerca da diversidade ainda não está sedimentada. O pensamento científico, que se solidificou pelo protagonismo material e pelo discurso modernista, característico na cultura ocidental nos fins do século XIX e início do século XX,

sustentou inúmeros preconceitos quanto ao modo de pensar e agir das comunidades tradicionais. Muitas desapareceram e outras estão próximas de uma perniciosa transfiguração cultural, tal como nos alerta Ferreira (2013b, p. 476, grifo nosso):

Hoje o que consideramos como grande risco é a perda da memória e da história desses povos. Conjuntos inteiros de conhecimentos, fielmente transmitidos de uma geração para outra durante séculos de tradição oral, estão desaparecendo por falta de receptores e de estruturas adaptadas à sua transmissão. Estou pensando em particular no imenso domínio dos mitos e de outras histórias tradicionais, portadores de sabedorias ancestrais e fontes de saberes e de formas de vida incomparáveis. Estou pensando na grande quantidade de línguas ameaçadas. Durante dez mil anos os povos indígenas acumularam valiosos



saberes, culturas, artes e tecnologias extremamente sofisticadas. Aprenderam a viver em seus diferentes ecossistemas, seja a floresta tropical, o cerrado ou os pampas, onde identificaram inúmeros tipos de árvores frutíferas e desenvolveram uma medicina própria a partir dos conhecimentos tradicionais. Também desenvolveram um rico patrimônio artístico que vai desde a cerâmica, a tecelagem e a arte plumária até a arquitetura, os grafismos corporais. Tiveram primazia no campo da astronomia e desenvolveram técnicas de caça, pesca e coleta. Sem nos esquecer de que toda atividade indígena está impregnada de senso estético, o que demonstra o nível de sofisticação e sensibilidade desses povos. Essas manifestações têm despertado interesse crescente da sociedade, envolvendo fins científicos, informativos, educacionais e comerciais. Da mesma forma, as nossas manifestações culturais têm interessado os indígenas, como computadores, internet banda larga, câmera digital, ilhas de edição etc. Gravam seus próprios filmes e CDs. Essa interação é positiva. Afinal, essas trocas constantes e essa antropofagia cultural fazem parte das vitalidades das culturas. Devemos, sim, valorizar suas culturas, mas sem pretender congelá-las, nem preservá-las de uma forma artificial, até porque hoje muitos indígenas precisam recriar linguagens e costumes, ou seja, reinventar-se para criar um presente a partir de um passado.

A proposta do Programa Cultura Viva, assim como as apropriações dos ponteiros, apresenta uma compreensão sobre cultura, memória, passado e tradição que busca potencializar a participação em redes, a formação de encontros e a troca de informações e saberes, conectando tradição e invenção. Esse hibridismo,



TRIA

constituente dos modos de vida das comunidades, deve ser continuamente reforçado para ecoar infinitos diálogos polifônicos, sem fronteiras, capazes de improvisar novos modos de viver, ser, pensar e fazer. Na era da tecnologia digital, o projeto Vídeo nas Aldeias⁷ confirma as possíveis conexões com as fontes e as raízes da cultura. São cineastas indígenas produzindo documentários e filmes de ficção em seus próprios idiomas, com narrativas feitas pela voz de quem faz a própria cultura, e não pela *voz do outro*.

De acordo com Turino (2010), não tapar a voz do “de baixo” é essencial tanto para a construção do Programa Cultura Viva quanto para a consolidação de mecanismos de participação social que fortaleçam a democracia no país:

O conceito e a teoria do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura são resultado, sobretudo, do desejo de que as coisas precisam mudar e da percepção de que as

coisas estão mudando, pois os “de baixo” já não querem ser governados como antes. [O Cultura Viva] busca desvelar, apontar caminhos, compreender realidades. E aproximar. Aproximar pessoas, contextos, formas de interpretação. Ao aproximar, se não tirar o véu, ao menos torná-lo mais transparente, translúcido; quebrar hierarquias e construir novas legitimidades. Os Pontos de Cultura potencializam esse processo de mudança. E o fazem por expressarem a cultura em suas dimensões ética, estética e de economia. O Ponto de Cultura não se enquadra em formas; nem é erudito nem é popular; também não se reduz à dimensão da “cultura e cidadania” ou “cultura e inclusão social”. Ponto de Cultura é um conceito. Um conceito de autonomia e protagonismo sociocultural (TURINO, 2010, p.16).

Entre os 4.500 pontos de cultura no país, já existem cineastas indígenas, editoras de cordel (como a Lira Nordestina), editoras de literatura marginal, sa-raus nas periferias, grupos de teatro em assentamentos, bandas e grupos de rap, rádios comunitárias periféricas, como a favela de Heliópolis, em São Paulo:⁸

⁷ Saiba mais na página do projeto: <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/vna.php?p=1>>.

⁸ “Na maior favela de São Paulo, Heliópolis, a rádio comunitária desempenha um forte papel civilizatório e é Ponto de Cultura. Com a rádio os moradores da favela conseguiram reverter índices de violência, catalisando um processo de melhora do ambiente em que vivem, com suas casas e ruas ganhando nova fachada em pinturas multicoloridas, além de uma consistente biblioteca comunitária. Os recursos para renovar o estúdio e o equipamento de transmissão da rádio foram adquiridos pelo Ponto de Cultura, dinheiro do governo federal, portanto. Porém, a legislação que regulamenta as rádios comunitárias é bastante restritiva e não se ajusta à realidade viva das comunidades que querem se expressar legitimamente. Processos de concessão de rádios comunitárias levam anos para serem autorizados, gerando um descompasso entre a vontade das comunidades de romper com o monopólio da mídia e a legislação. Em Heliópolis, como em muitos lugares, o povo cansou-se de esperar e colocou a rádio no ar. A Polícia Federal lacrou e apreendeu os equipamentos. Sem conseguir entender a essência do processo de transformação em curso, o tratamento da imprensa foi de repreender o fato de os equipamentos terem sido comprados com recursos do Ministério da Cultura e de explorar as contradições no interior do governo. De um lado, um ministério potencializando a polifonia; de outro, instituições da mesma República podando essas novas falas.” (TURINO, 2010, p.21).

A grande mídia e boa parte das universidades ainda não compreenderam essa revolução silenciosa que brota em tantos pontos do Brasil. Vez por outra aparecem notícias destacando o esforço de comunidades pobres fazendo arte, mas são notas desencontradas, que não fazem conexões e não percebem que se trata da emergência de um novo movimento social, de transformação e reinterpretação do Brasil. Por não se aprofundarem no processo tratam casos isolados, ora destacando determinado artista ou personalidade do povo, ora a “responsabilidade social” de empresas patrocinadoras, ora o esforço de comunidades pobres. São interpretações conservadoras, de quem não consegue perceber a mudança em curso. (TURINO, 2010, p.21)

Nesse sentido, a divulgação dessas experiências serve como caixa de ressonância, ou mesmo de amplificação, para que as atividades culturais possam ressoar/manifestar seus ecos; construir uma espécie de mosaico polifônico, que seja ao mesmo tempo relato e retrato, em microcosmo, do *élan vital* da cultura no Brasil.

Os Pontos de Cultura são pontos de vida porque estão interligados à cultura brasileira, em toda a sua ruidosa sinfonia. Esta, por sua vez, não é somente harmonia e ordem, pois comporta doses de cacofonia e discórdia. É preciso

reconhecer as contradições desse processo, avaliar e solucionar problemas. Não se trata de velar os antagonismos escondidos por detrás do mito educador ou edulcorador e “verdeamarelista” – ironizado por Marilena Chaui (2000) –, mas de revelar o país real em sua luta cotidiana, polifônico e travejado de contradições.

Ponto de Cultura como ponto de encontro

O Ponto de Cultura Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge realizou dois festivais de cultura, em 1998 e 1999. A experiência desses dois festivais, que aconteceram sem patrocínio e/ou apoio externo, contou somente com o trabalho voluntário dos membros do Ponto e da comunidade. São considerados os eventos pioneiros, os primeiros passos e alicerces fundamentais do que viria a ser construído ao longo dos últimos 15 anos. Em 2001, a partir dessas experiências prévias, nasceu o I Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, um evento de maior envergadura, já com recursos oficiais e apoio de outras instituições.

Como se vê, o Ponto de Cultura Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge – que desenvolve projetos com objetivo de promoção e difusão dos saberes populares

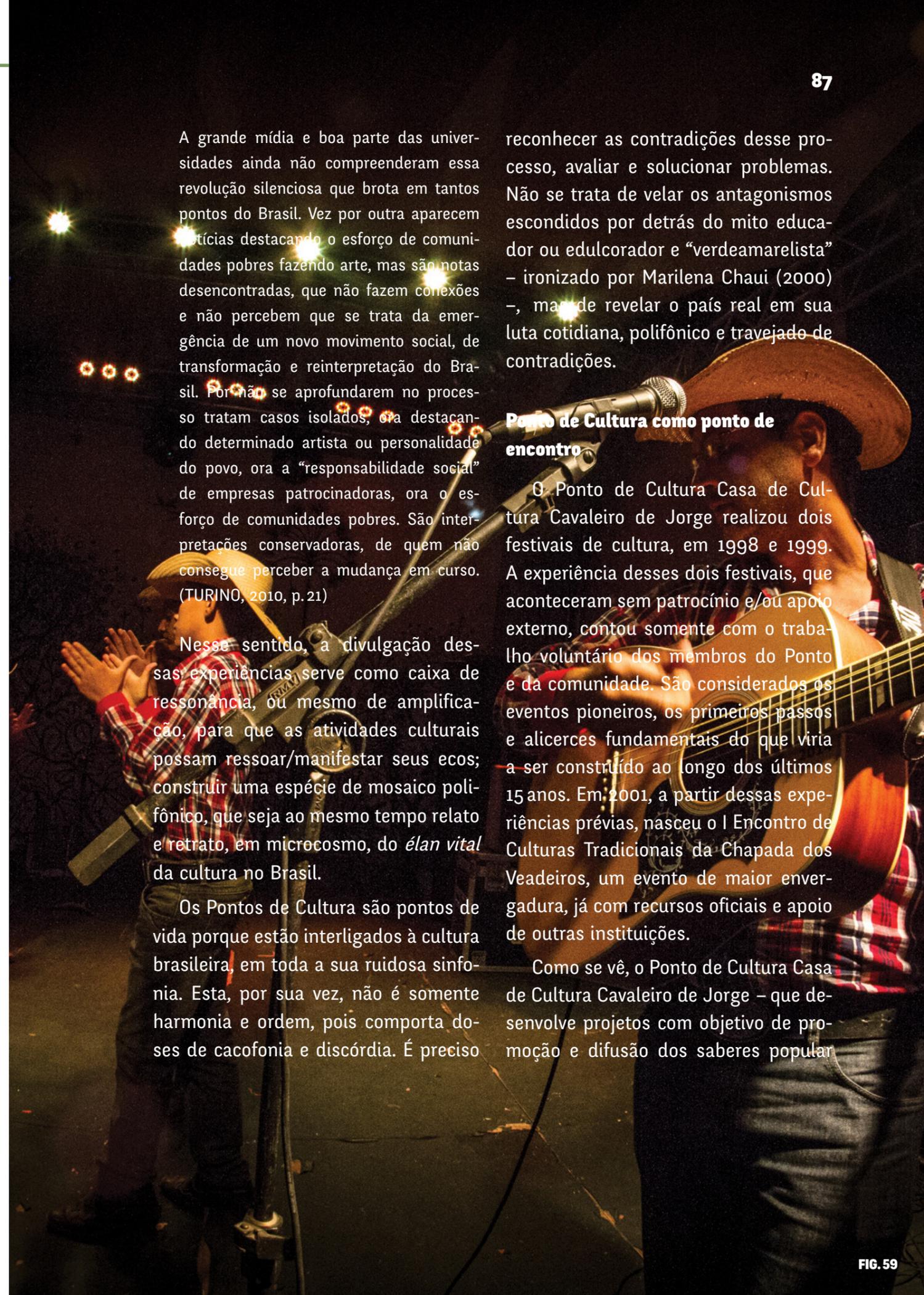
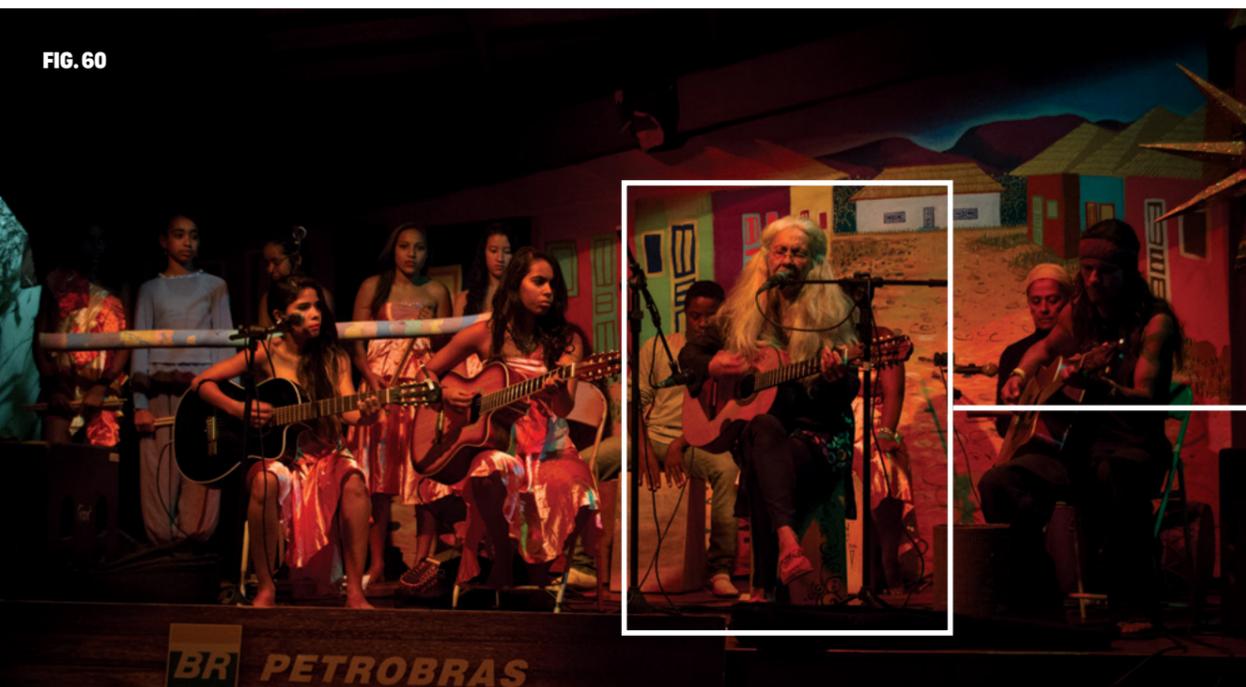


FIG. 60



e tradicional do povo brasileiro⁹ – é a sede oficial dos Encontros de Cultura Tradicionais da Chapada dos Veadeiros. Juliano Basso, ponteiro da Casa de Cultura e idealizador do Encontro, relata o

processo de aprendizado com as comunidades tradicionais, que, para ele, são as “guardiãs da sociobiodiversidade”¹⁰ e podem ser “professoras de conhecimento e tecnologia”:

⁹ O projeto visa propiciar aos participantes experiências significativas que promovam a autoestima, a comunicação, a expressão, a convivência comunitária, o reconhecimento do contexto em que vivem, além da consciência ecológica e patrimonial. Consiste na implementação de atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e ambientais, utilizando a arte e o meio ambiente como linguagem sensibilizadora. Atua com crianças na faixa etária de 7 a 10 anos e adolescentes com idade entre 11 e 19 anos que se encontram em situação de risco social no município de Alto Paraíso e no distrito de São Jorge, em Goiás. São atendidas direta e continuamente 160 crianças nas duas localidades. Atua também no fortalecimento das formas de associação para a resolução de problemas comuns, por meio da demanda de políticas públicas mais efetivas e próximas dos anseios das comunidades locais. Com foco no reconhecimento e na valorização da diversidade local e dos elementos da fauna e da flora do Cerrado, promove uma prática cotidiana de respeito à “sociobiodiversidade” que visa à formação de uma participação social responsável. Uma produção que merece destaque é a “Opereta da Turma”, montagem anual feita pelos participantes do Ponto com o envolvimento de toda a comunidade da Vila de São Jorge, para discutir temas ligados à cultura popular e ao meio-ambiente. O grupo faz uma apresentação pública anual no palco principal do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros para aproximadamente 3 mil pessoas. Além disso, a Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge influi sobre a vida juvenil da região por meio de atividades esportivas (em especial, a capoeira, o futebol e os campeonatos de bolinha de gude) e de aulas de informática.

¹⁰ Este termo será analisado mais adiante.



FIG. 61

Só que a gente tem que reaprender com eles. As cidades brasileiras estão muito inchadas, e nelas as pessoas estão muito frustradas; o povo tem que fazer mais terapia de plantar roça, sabe? Ir pro mato, pegar uma enxada, plantar uma hortinha, ver as plantas nascer, enxergar outros tipos de resultados, porque senão é trabalho, dinheiro, supermercado, shopping... Fica frustrante a vida! A vida tem que ser potencializada na alegria. E a arte é importante pra isso, pois a arte é o que nos conecta na harmonia invisível de todas as coisas. Quando a gente consegue despertar isso no coração das pessoas, é muito bom! E é uma das missões do Encontro e dos Pontos de Cultura isso de despertar

nas pessoas a noção de que a arte e a natureza são grandiosas. (BASSO, 2015).

A crítica que Basso dirige à vida urbana das metrópoles brasileiras, descritas como “inchadas e frustrantes”, incide sobre uma mentalidade que perde a conexão com o mundo natural que integramos. Basso considera que o povo brasileiro se caracteriza pela forte presença de uma tendência “mística” que se manifestaria numa ampla gama de culturas:

A gente, o brasileiro, é super místico; isso está na umbanda, no candomblé,

no povo evangélico, na cultura popular, nas folias... tudo é místico. Acho que temos que alimentar cada vez mais esta mística do povo brasileiro, mas sem intolerância, pois a intolerância causa ódio, e o ódio não faz bem a ninguém. Devemos aceitar toda a religiosidade, pois no fundo estamos falando das mesmas coisas, de reconectar com o Criador, com a Natureza, com as coisas belas da vida, com o amor ao próximo. (BASSO, 2015).

A palavra-chave desse discurso parece ser “reconexão” – cujo sentido se relaciona à palavra “religião” (do latim *“religare”*, ou seja, re-ligar). Nesse empreendimento de reconexão, a cultura desempenha uma função essencial, já que pode servir como “cimento social”, invisível e impalpável, mas não menos precioso por isso. Desse modo, conectam-se os eventos ocorridos na Chapada dos Veadeiros com um cenário global, marcado pela emergência recente das redes digitais e da cibercultura e pela ampliação das convenções internacionais de salvaguarda do patrimônio imaterial.¹¹

11 “É amplamente reconhecida a importância de promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Mas não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. A essa porção imaterial da herança cultural dos povos, dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial. Para muitas pessoas, especialmente as minorias étnicas e os povos indígenas, o patrimônio imaterial é uma fonte de identidade e carrega a sua própria história. A filosofia, os valores e as formas de pensar refletidos nas línguas, tradições orais e diversas manifestações culturais constituem o fundamento da vida comunitária. Num mundo de crescentes interações globais, a revitalização de culturas tradicionais e populares assegura a sobrevivência da diversidade de culturas dentro de cada comunidade, contribuindo para o alcance de um mundo plural.” (UNESCO, 2007).



O Encontro de Culturas Tradicionais, assim como o projeto daquilo que viria a ser o Ponto de Cultura Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge, nasceu em íntima relação com o reconhecimento – por parte do poder público – da necessidade de salvaguardar o patrimônio imaterial brasileiro. Como apontam Maria L. Viveiros de Castro e Maria Cecília Londres Fonseca (2008, p. 7):

Cumprе ressaltar que o processo que antecede o advento do decreto de 2000 [Decreto n. 3.551] se origina na década de 1930, tendo Mario de Andrade como um dos protagonistas no tratamento do patrimônio cultural como um tema complexo e abrangente, passível de ser apreendido em sua totalidade pelo viés antropológico.

Afinado com as diretrizes do Programa Cultura Viva, Juliano Basso parece apostar na noção de uma cultura concebida com o auxílio da metáfora do software livre.¹² Reconhece, dessa

12 Vale lembrar que uma das características do movimento pelo software livre é a aceitação, por parte do programador, do fato de que nenhum programa é posse individual de seu desenvolvedor, mas sim fruto de um trabalho coletivo; além disso, abre-se para a colaboração, já que outras pessoas podem contribuir com atualizações e aprimoramentos em seu “código”, numa lógica colaborativa que está nas antípodas da mentalidade corporativista das patentes. Esse embate é exemplificado pelas diferenças entre as “lógicas”, tanto informáticas quanto sociológicas, dos sistemas operacionais Linux [um software livre] e Windows [da mega-corporação Microsoft]. Poderíamos dizer, portanto, que o Encontro da Chapada está mais afinado com a “lógica Linux” do que com a “lógica Windows”.

maneira, a rede de colaboração humana que torna possível a realização dos encontros místicos, livres e conectados. Afirma que os espaços de diálogo como o Encontro de Culturas Tradicionais e os que ocorreram simultaneamente ao evento, como a Reunião da CNPdc, não são patenteados ou apropriados, mas criam um laboratório aberto para convivência e participação, que pode e deve inspirar “réplicas” em outros territórios do Brasil e do mundo:

A gente criou uma tecnologia social que está funcionando muito bem! Seja com a atuação junto às crianças das comunidades, seja com a Aldeia Multiétnica, que já está madura, seja com o Encontro Quilombola, que quebrou muita coisa da nossa mágoa da escravidão... seja com as edições do Encontro, esta Reunião ou mesmo a audiência. E depois a arte uniu a todos, na diversidade das expressões culturais. Esse espaço têm que ser replicado! Esse é um espaço que não se restringe só à Chapada dos Veadeiros, a gente gostaria que outras pessoas fizessem com que este espaço [do Encontro] fosse replicado pelo Brasil todo e que a gente fizesse muitos encontros de cultura. Temos uma riqueza cultural e mística muito grande e, quando a gente se encontra, a gente se fortalece, se reconecta, se reconhece, cria essa rede



FIG. 64

orgânica, que não é feita só por computador, mas pela harmonia, pela amizade. Não são só as máquinas e a eletricidade que nos ligam, o que nos liga é esse sentimento de amizade e de harmonia, de vontade de viver e de fazer as coisas juntos. Creio que esses sentimentos tem que ser cada vez mais disseminados dentro dos processos criativos e participativos no Brasil. (BASSO, 2015).

Os espaços – ou mecanismos – de participação social podem se configurar de maneira heterogênea e variar de forma significativa de acordo com os diferentes contextos. O depoimento de Juliano Basso (2015) reflete a importância de politização dos movimentos culturais, com a percepção de que os Encontros devem ser acompanhados de ações perenes e formativas. Isso corresponde à constituição de um efeti-

vo processo de participação social, instrumentalizando e potencializando as capacidades criativas e reflexivas das comunidades. Em outras palavras, trata-se da construção da autonomia dos sujeitos sociais.

Espaços de reunião: audiência pública e os grupos de trabalho da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

A análise que segue pretende criar uma base de entendimento comum sobre os formatos dos espaços de participação social, bem como sobre suas características constitutivas. Entende-se,

dessa forma, que a CNPdc, como instância de representação da sociedade civil, ocupa ou compõe um espaço de participação social denominado PPAs (ver Quadro 1 na página). Nesse sentido, a ênfase é dada às seguintes instâncias: a audiência pública com o MinC e a Reunião da CNPdc, organizada por Grupos de Trabalho (GTs).

É importante salientar que o Programa Cultura Viva prevê a formação de um conselho consultivo composto por intelectuais, acadêmicos e artistas, a fim de sistematizar e organizar conceitualmente os parâmetros de compreensão da cultura brasileira contemporânea por meio da experiência dos Pontos de Cultura. De acordo com a descrição dos espaços de diálogo e participação social, verifica-se que os Conselhos de Política Pública podem cumprir essa função, uma vez que são espaços participativos, consultivos ou deliberativos, compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, tendo como finalidade incidir nas políticas públicas de determinado tema.

A audiência pública com o MinC

O espaço de participação das audiências públicas consiste em encontros públicos presenciais, promovidos pelo governo, em torno de temáticas específicas, com o objetivo de discutir aspectos concernentes a uma determinada política. Considerando essa afirmação, analisaremos como o governo



FIG. 65



FIG. 66



FIG. 67



realizou essa consulta à Rede Nacional dos Pontos de Cultura em 2015, acerca das principais opiniões e demandas da sociedade.

A audiência da CNPdc com o então ministro Juca Ferreira e também com representantes da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério de Cultura (SCDC/MinC), como a secretária Ivana Bentes e o diretor Alexandre Santini, aconteceu em Brasília/DF no dia 29 de julho de 2015. A expectativa dos membros da Comissão era abrir uma agenda permanente com o governo e garantir uma instância prioritária dentro do Programa Cultura Viva.

A abertura da audiência deu-se com uma apresentação artística, repleta de batuques e cantorias, com presença de mestres griôs em celebração à cultura afro-brasileira. Um dos represen-

tes dos Pontos de Cultura anunciou: “Que os guerreiros Exu, Ogum e Oxóssi nos protejam nessa nossa luta pela defesa da diversidade cultural e da nossa cidadania cultural”. Invocando a religião afro-brasileira do candomblé, esse participante nomeou seu “ori”, Oxossi (orixá da caça), e disse esperar que os trabalhos da CNPdc possam dar uma “boa caça, uma caça de prosperidade, de fartura, de demandas comunicadas e resultados propositivos”. Na sequência, ocorreu uma dinâmica de grupo em que, de mãos dadas, todos os participantes da audiência disseram em coro: “eu seguro sua mão na minha para que juntos possamos fazer aquilo que eu não posso fazer sozinho”.

Em outra intervenção, uma integrante do GT de Economia Solidária destacou o papel estruturante de pensar a economia solidária como um modo de

dar sustentabilidade aos Pontos de Cultura, já que “a gente ainda se sente muito fragilizado e precarizado dentro da Lei Cultura Viva, afinal ainda não existe fomento para os nossos GTs e essa é uma grande reivindicação nossa”. O debate sobre a sustentabilidade dos Pontos de Cultura e a participação social dos ponteiros e pontieras nessa articulação foi tema central e transversal no conjunto de demandas enumeradas durante a audiência:

Vivemos uma revolução na cultura brasileira e na política cultural brasileira, pois agora começamos a mostrar toda a diversidade da cultura popular e temos buscado, na relação com o Estado, ser protagonista e formuladora na condução da política pública. Neste momento, estamos inaugurando um novo ciclo de relações, após a Lei Cultura Viva ser promulgada em 2014, pois em 2011 houve um declínio e um retrocesso do Cultura Viva, tanto no fomento quanto nas suas ações, e agora na nova gestão de Juca Ferreira ocorre uma oportunidade de retomada, pois o Cultura Viva não são só os Pontos de Culturas (PCs), mas também a Ação Griô, as interações estéticas, as mídias livres, uma infinidade de ações. *De todo modo, o êxito da aprovação da lei é prova de que houve uma vitória da sociedade brasileira, e o reconhecimento dos Pontos de Cultura é parte dessa vitória. Porém, o Cultura Viva tem como princípio e como prática a descentralização de recursos. São coisas fundamentais para um Sistema Nacional de Cultura. É muito importante estabelecer uma agenda envolvendo União, estados e municípios.* No Rio Grande do Sul, há uma lei estadual que fala sobre o papel da participação social

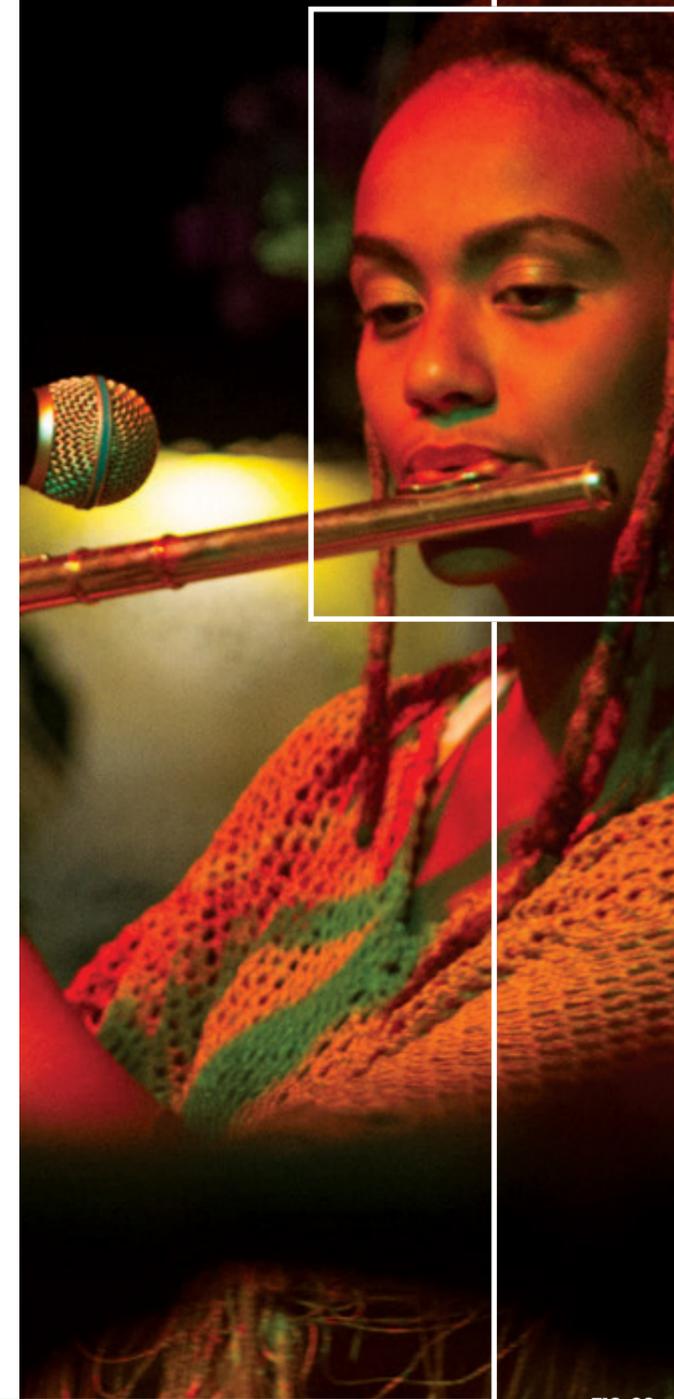




FIG. 70

na elaboração, condução e execução da política Cultura Viva. Nós temos o comitê gestor Cultura Viva, que tem a incumbência de dar certificação às organizações que buscarem cadastro. Temos que discutir também qual a “fatia” do Fundo Nacional de Cultura que o Cultura Viva terá (informação verbal).¹³

Como já mencionado neste relatório, a aprovação da Lei Cultura Viva¹⁴ em 2014 foi um passo bastante importante nesse percurso de maior autonomia, empoderamento e participação social da Rede Nacional dos Pontos de Cultura, cuja função, segundo a SCDC, é:

Mobilizar, articular e agir. Depois de mais de uma década de conferências, fóruns e

conselhos, o acúmulo de propostas das redes culturais é gigantesco. Agora, é preciso implementar. É preciso levar a sério a ideia de um Estado-Rede de co-gestão com a sociedade civil. Escutas estão sendo feitas pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, como Circuito Cultura Viva, debates em redes (hangout) e reuniões dentro e fora da secretaria. Articular é manter o diálogo permanente e direto com as bases sociais parceiras que tenham ou possam ter interface com a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). Para isso os mapeamentos de reconhecimento e organização de dados de atores sociais ou de redes afins às nossas ações e políticas são, juntamente com estratégias de comunicação, ferramentas primordiais para garantir o acesso e a participação de nossos interlocutores governamentais e

da sociedade civil. Com os avanços conquistados pela Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) e sua afirmação como política de base comunitária a partir da regulamentação da Lei n.13.018/2014, a missão de articular e mobilizar torna-se cada vez mais estratégica, tendo em vista que é por meio deste relacionamento permanente com a sociedade civil que se estabelece a escuta necessária para o levantamento dos conteúdos que serão o alicerce dos processos compartilhados de construção de políticas, acompanhamento e fiscalização social do recurso público investido em programas e projetos e valorização de culturas e tradições por meio do reconhecimento e da garantia de direitos. Os processos de mobilização junto às redes da PNCV são realizados presencialmente, de forma capilarizada, visitando territórios e comunidades, e dinamizados por meio de ações de comunicação estratégica no campo da comunicação digital. (BRASIL, 2015a).

Essa citação aborda uma temática polêmica: a construção da articulação entre governo federal, estados e municípios. Por se tratar de uma questão político-ideológica, na visão de ponteiros e ponteiros membros da CNPdc, a dificuldade é maior quando o governo local e/ou estadual são de partidos contrários ao do governo federal. Nesses casos, o diálogo é escasso e as políticas de reconhecimento quase nulas. Uma saída apontada por muitos é a capacitação das representações regionais do MinC, para que sejam o elo do Programa Cultura Viva nas diferentes localidades. Outro membro da CNPdc, ponteiro proveniente do Pará e integrante do GT Amazônico, comunicou:

Segundo o último mapeamento, há 220 Pontos de Cultura apenas na região amazônica, com uma grande e complexa diversidade de práticas e identidades

¹³ Trecho de fala proferida durante a audiência pública da CNPdc com o ministro Juca Ferreira, ocorrida em Brasília/DF no dia 29 de julho de 2015. O trecho em realce é nosso.

¹⁴ Ao fim deste subitem sobre a audiência pública da CNPdc com o MinC, encontra-se a reprodução de uma tabela confeccionada pela SCDC sobre a Lei Cultura Viva e a situação atual da PNCV.



culturais. O Cultura Viva tem desde a sua gênese o ideal de apoiar culturas tradicionais, populares, periféricas, tudo que está na base da cultura brasileira. Precisamos ter cada vez mais reconhecimento dessa diversidade nas políticas públicas. Vemos a necessidade de ter a TEIA amazônica (informação verbal).¹⁵

A importância da realização de um mapeamento que contemple a história, as experiências, as conquistas e os desafios de todos os Pontos de Cultura ativos e inativos do território nacional foi outro tema transversal na audiência, assim como na Reunião da CNPdc durante o Encontro. Já é consensual a necessidade da construção de um portal que abrigue um banco de dados interativo e permita, além do mapeamento/localização dos Pontos de Cultura, a articulação entre eles, ou seja, um portal vivo da Rede Nacional dos Pontos e Pontões de Cultura que viabilize uma conexão social de troca e colaboração.

Um mês antes da audiência, a SCDC/MinC apresentou, no evento I Imersão da Rede Cultura Viva e Políticas Digitais, a primeira versão da ferramenta digital que implementaria o Cadastro Nacional de Pontos de Cultura. Apesar de essa plataforma pretender abarcar o mapeamento e a articulação entre os Pontos e Pontões de Cultura no território nacional, como o próprio nome sugere, percebe-se que seu objetivo principal é desburocratizar o processo de

reconhecimento de um Ponto de Cultura como tal.

Em outro relato, uma ponteira do município de Pirenópolis/GO afirma que a criação desse cadastro e o fim do modelo atual por convênios facilitarão o repasse de recursos para os Pontos de Cultura e deixarão o processo mais simplificado. Desse modo, a relevância do cadastramento parece ser dupla: primeiro, melhora as condições de reconhecimento dos Pontos e, segundo, engendra o embrião de uma rede social fomentada pelo MinC e por todos os fazedores de cultura. Assim, tem-se como demanda urgente a elaboração de uma política digital para o desenvolvimento de um portal dos Pontos de Cultura que componha um banco de dados com interface interativa. Em última instância, trata-se da otimização de informações que serão sistematizadas pelo Mapa Cultura Viva.

Outro aspecto ressaltado durante a audiência foi a descontinuação do Programa Artes Sem Limites, ação vinculada à Funarte. Em suas falas, membros da CNPdc demandaram a retomada desse programa e fundamentaram a importância dele. O GT de Cultura Digital do Paraná argumentou que, na gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira, desenvolveram-se inovadoras políticas de cultura digital e de software livre, que foram descontinuadas: “Queremos ‘beber’ daqueles avanços, afinal foram

¹⁵ Trecho de fala proferida durante a audiência pública da CNPdc com o ministro Juca Ferreira, ocorrida em Brasília/DF no dia 29 de julho de 2015.



ANCESTRALIDADE

diversas experiências. Também temos um desafio que é o das integrações das plataformas. É preciso desafiar a lógica das grandes corporações, como a censura do Facebook, e criar plataformas livres”.

Vale mencionar, nesse sentido, que a Rede de Pontos de Cultura do Mato Grosso do Sul criou, em 2014, um portal na internet – Rede MS Ponto a Ponto

região. Em seu depoimento, uma das idealizadoras do portal explicou que, em 2012, quando era representante dos Pontos de Cultura do MS, notou que havia pouca comunicação entre eles: “Havia três convênios (federal, estadual e municipal) e não havia diálogo mais próximo entre os Pontos dos diferentes convênios”. Além do foco na comunicação, a iniciativa visou aumentar as

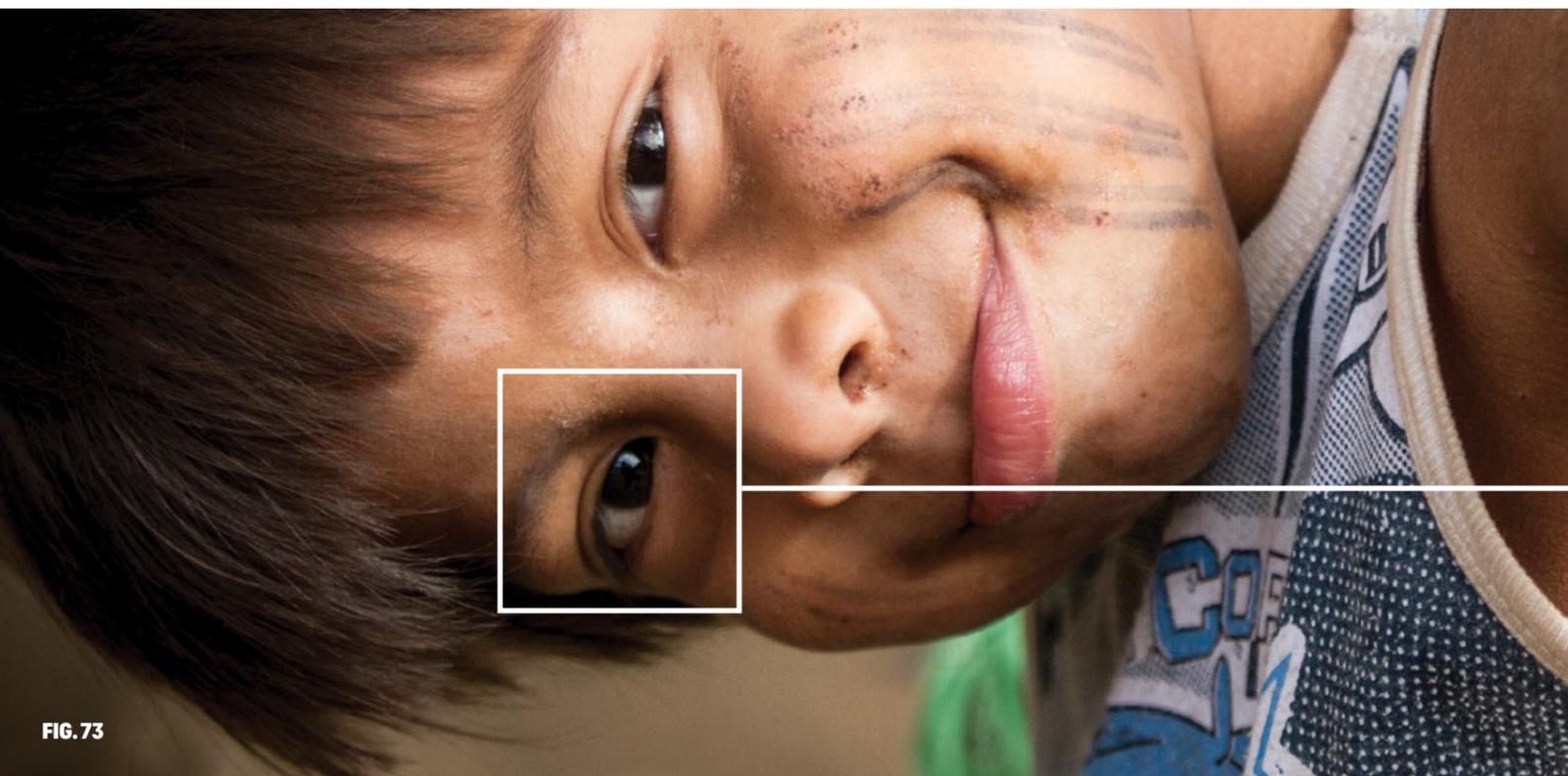


FIG. 73

(<http://www.redemspontoaponto.com.br/home>) – com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da interatividade entre os Pontos de Cultura. Essa plataforma é uma instância de representação político-cultural e um espaço para formular demandas e propostas na área da Cultura. É possível ter acesso a notícias, editais e eventos de interesse para os Pontos de Cultura da

possibilidades de sustentabilidade das iniciativas, incluindo, para tanto, um espaço destinado à comercialização da produção dos Pontos de Cultura, sejam produtos, eventos ou serviços: “A ideia é criar um canal de diálogo positivo, informativo e que gere oportunidade de emprego para gestores do ponto também” (informação verbal).¹⁶

Na audiência, alguns agentes de cultura deram destaque aos 10 anos de reconhecimento, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), das manifestações da cultura afro-brasileira, como o jongo e, particularmente, a capoeira, e demandaram ao MinC posicionamento quanto à dificuldade para regularizar a atuação dos capoeiristas, diante da atual exigência de diploma

tempo está sendo atacada. A capoeira é a cara do Cultura Viva e do povo brasileiro. Peço o auxílio e a intervenção do MinC junto ao Senado e contra o PL 31, que quer transformar a capoeira em esporte. E também demandamos que se publique a setorial da capoeira, do hip hop, pra ocupar as cadeiras do Conselho Nacional de Cultura. Além disso, ainda parecem-me muito pequenos os recursos do Cultura Viva (informação verbal).¹⁶



universitário em Educação Física. Um ponteiro endossou essa demanda discorrendo sobre a importância da capoeira e de suas especificidades:

A capoeira, patrimônio mundial, tem feito um trabalho reconhecido, mas ao mesmo

No mesmo sentido seguiu outra contribuição da CNPdc, um representante do GT de Participação Sócio-Cultural reivindicou o fortalecimento da participação cultural dos povos de matriz africana no Cultura Viva:

¹⁶ Trechos de falas proferidas durante a audiência pública da CNPdc com o ministro Juca Ferreira, ocorrida em Brasília/DF no dia 29 de julho de 2015.

Depois de 10 anos, há ausência de articulação, fomento, sustentabilidade para os povos de matriz africana: ainda não há uma rede nem fórum temático dos Pontos de Cultura de matriz africana. Nós, agentes culturais vinculados às matrizes africanas, estamos disponibilizando nosso conhecimento e nossa produção cultural de modo que a gente consiga mitigar os efeitos do racismo e do fundamentalismo. Para isso, baseamos nosso trabalho na articulação e comunicação dos povos de terreiro, no fomento e sustentabilidade de sua cadeia produtiva e na formação e educação que valorize nossos conhecimentos (informação verbal).¹⁷

Ao se posicionarem contrariamente ao projeto de regularização da profissão de capoeirista com a obrigatoriedade da formação universitária em Educação Física, representantes do MinC apontam para a contradição existente nas políticas de reconhecimento de saberes, assim como nas formulações sobre o que é educação, escola, tradição e conhecimento. Afinal, reconhecer a capoeira como manifestação cultural

afro-brasileira seria, ou deveria ser, reconhecer que há saberes que não são acadêmicos ou conhecimentos que não são sistematizados pela escrita.

Considerou-se, na intervenção de um representante do GT Escola Viva, a importância da contínua luta pela compreensão do termo educação e da expansão da função social da instituição escolar: “A Escola Viva cumpriu uma tarefa e agora a Comissão [CNPdC] tem percebido que é preciso pautar melhor a relação entre educação e cultura. É elogiável a criação da nova secretaria do MinC, a de Educação e Formação Artística e Cultural (Sefac)”.¹⁸ Esse discurso abriu um debate relevante com relação ao Programa Mais Cultura nas Escolas. Os Pontos de Cultura, de acordo com membros da CNPdc, precisam ter uma relação melhor com as secretarias de Educação, municipais e estaduais, para que possam ter atuação mais direta e intensa nas escolas públicas.

A concepção de cultura defendida pela CNPdc anuncia que a relação com

¹⁷ Trecho de fala proferida durante a audiência pública da CNPdc com o ministro Juca Ferreira, ocorrida em Brasília/DF no dia 29 de julho de 2015.

¹⁸ “A Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (Sefac) tem a missão de promover a intersetorialidade das políticas públicas de Cultura com as políticas de Educação e tem a atribuição de formular programas de formação artística, cultural e profissionalizante, assim como a capacitação de professores, agentes culturais, arte-educadores e educadores populares, com o intuito de reconhecer e promover a diversidade cultural brasileira nos espaços educativos formais em cooperação com o Ministério da Educação. Também é atribuição da Sefac desenvolver políticas intersetoriais na interface entre Cultura e Desenvolvimento Social, Ciência e Tecnologia e Inovação, Juventude, Infância, entre outras áreas, nos três níveis federativos, a fim de difundir uma cultura de participação social a partir dos chamados territórios educativos, principalmente em áreas de vulnerabilidade social. A Sefac desenvolve os principais programas intersetoriais entre Cultura e Educação: Mais Cultura nas Escolas; Mais Cultura nas Universidades; Pronatec Cultura.” (BRASIL, 2016a).

a educação pública trata de uma interface intrínseca à formação subjetiva, ética e política dos cidadãos brasileiros. No entendimento da Comissão, a escola é uma instituição formativa relevante, estruturante da sociedade e, portanto, potencialmente conservadora ou transformadora – dependendo, nesse caso, das diferentes formas de apropriação ideológica.

Logo após as contribuições dos ponteiros e ponteiras, o ministro Juca

Ferreira abordou, de maneira geral, as temáticas predominantes defendidas durante a audiência pública e destacou que a participação social é a essência da política pública pretendida pelo processo social simbolizado pelo Cultura Viva:

Quando a Dilma me chamou para retomar o trabalho no MinC, eu pactuei que seria feita uma recuperação do trabalho da gestão Gil/Juca no governo Lula, que tinham sido enfraquecidas nas duas





FIG. 75

gestões posteriores,¹⁹ nas quais houve um enfraquecimento deliberado do processo que estávamos constituindo. Um dos marcos desta retomada é o Cultura Viva e os Pontos de Cultura. É preciso reforçar que o Cultura Viva não pode acenar com a perda de autonomia e protagonismo por parte das organizações culturais da sociedade. É um erro transferir a dinâmica que vocês representam, cada um em seu território e cada um articulado com os assemelhados, para o Estado brasileiro. Não podemos substituir a dinâmica de vocês pois assim estaríamos fragilizando o que queremos fortalecer. O papel do Cultura Viva é fortalecer o protagonismo cultural da sociedade, é o reconhecimento de que a sociedade faz cultura e de que o Estado pode fomentar, auxiliar, fortalecer, mas as redes é que se constituem por afinidades, isso é parte do protagonismo da sociedade. A democracia

representativa tem um problema implícito nela: quando você legitima uma representação, política ou cultural ou de qualquer natureza, há uma transferência de poder, que tem que ser permanentemente devolvido aos que delegaram essa representação, para que a sociedade tenha vitalidade e cresça com esse processo. [...] O significado desta audiência e da CNPdC é o reconhecimento por parte do Estado da grandeza de vocês, de que cada ponto pode dar uma contribuição para a sociedade como um todo. Temos que continuar os diálogos produtivos no sentido de empoderar cada vez mais a sociedade. As estruturas de articulação são de responsabilidade de vocês, de constituírem isso e se reconhecerem em outros como partes do mesmo processo. Uma das coisas mais importantes, que está desde a origem dos Pontos de Cultura, é a consciência de que era preciso um ní-

¹⁹ Referência às gestões, no MinC, de Ana de Holanda e Marta Suplicy, no primeiro mandato de Dilma Rousseff.

vel de articulação até então inexistente na sociedade brasileira. Não basta você, Ponto de Cultura, estar bem implantado no seu território, onde você atua; ao mesmo tempo, você tem que possuir uma capacidade de articulação com aqueles que em outros territórios estão fazendo trabalhos semelhantes, no sentido de gerar processos de libertação, de consciência, de construção de direitos, de subjetivação positiva. [...] Vocês, dos Pontos de Cultura, são representantes desta diversidade cultural que o Brasil é e que precisa ter expressão nas políticas públicas. O Estado precisa dar recursos para que esta estrutura cultural possa se desenvolver. A Lei Cultura Viva é muito positiva pois o reconhecimento institucional é estratégico. Temos que pensar a cultura no contexto que atualmente vivemos, em que o Estado democrático está ameaçado, a redução das desigualdades está ameaçada, a conquista de direitos está ameaçada, e é isso que precisamos reconstituir. Se a Lei Cultura Viva demonstrar imperfeições e limites, vamos avançar e propor processos de aprimoramento! Não podemos abandoná-la ou enfraquecê-la, precisamos compreender que é uma conquista. As políticas culturais têm obrigação de fornecer fomento, incentivo, suporte, para desenvolvimento da capacidade de expressão, já que fazer cultura é da essência da condição humana. E o Estado democrático tem função importante para complementar o que já é feito culturalmente na sociedade (informação verbal).²⁰

Desse modo, após mais de dez anos do Programa Cultura Viva, a Lei Cultura Viva (Lei n. 13.018/2014) instituiu a

²⁰ Trecho de fala proferida durante a audiência pública da CNPdC com o ministro Juca Ferreira, ocorrida em Brasília/DF no dia 29 de julho de 2015.



FIG. 76

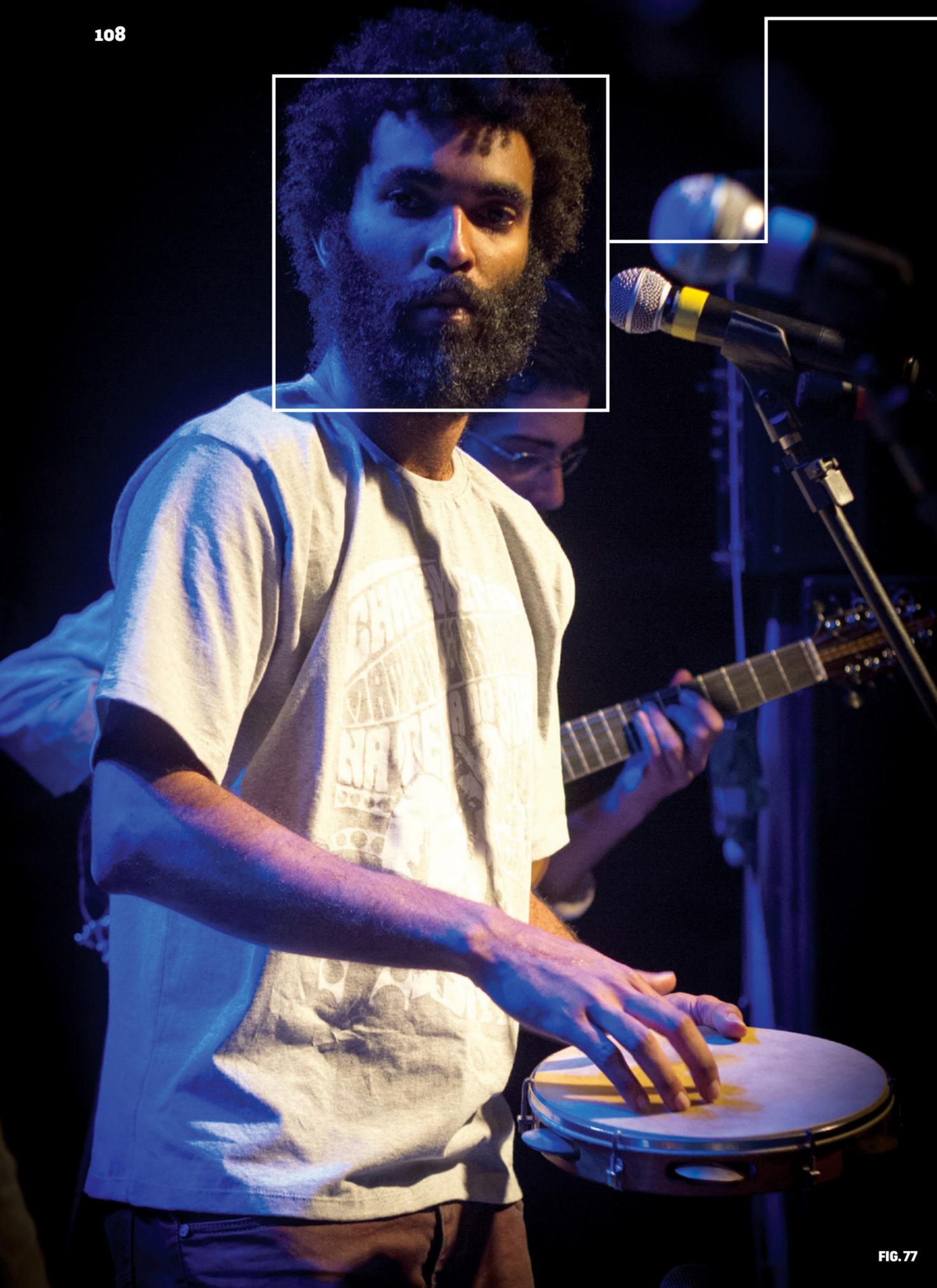


FIG. 77

Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) com o objetivo de simplificar e desburocratizar os processos de prestação de contas e o repasse de recursos para as organizações da sociedade civil. A PNCV visa garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural por intermédio do MinC e em parceria com governos estaduais e municipais e com outras instituições, como escolas e universidades.

Conforme o Quadro 2 (ver página 39), a PNCV tornou-se uma das políticas culturais com maior capilaridade e visibilidade do MinC. Presente nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, em cerca de mil municípios, promove os mais diversos segmentos da cultura brasileira. Atualmente, atende a iniciativas dos mais diversos segmentos da cultura: a) cultura de base comunitária, com ampla incidência no segmento da juventude; b) pontos de cultura indígenas, quilombolas e de matriz africana; c) produção cultural urbana; d) cultura popular; e) formação e educação; f) diversos tipos de linguagem artística e cultural. Desde 2004, foram implementados 4.500 Pontos de Cultura em todo o país. Até 2020, a SCDC pretende fomentar mais 10.500, para atingir a meta prevista no Plano Nacional de Cultura, de 15.000 pontos em funcionamento. Trata-se de uma referência de política cultural, tendo sido adotada em vários países da América, como Argentina, Chile, Peru, Colômbia e Costa Rica.

Diante das conquistas que culminaram na promulgação da Lei Cultura Viva, bem como do que foi discutido na audiência pública, percebe-se que a participação

social manifesta-se, na prática, em iniciativas que instauram espaços de diálogo caracterizados pela lógica de partilha de poder e pela instauração de uma relação de corresponsabilidade. Estado e sociedade civil passam a ser copartícipes de um processo conjunto no qual os cidadãos podem expressar demandas e necessidades, formular propostas e sugerir aprimoramentos, debater com outros pontos de vista etc.

De acordo com Moroni e Ciconello (2005, p.X), “trata-se de uma verdadeira educação republicana para o exercício da cidadania, que amplia um espaço público real, em que a construção dialogada do interesse público passa a ser o objetivo de todos os homens e mulheres. Por isso, participar também é disputar sentido e significados”.

O grande desafio consiste em transformar essa relação de corresponsabilidade entre Estado e sociedade civil em algo que, como aponta Beto Cury (2009, p.91), seja “perene e não se submeta à maior ou menor sensibilidade social dos governantes sobre o tema” já que a atuação corresponsável “confere maior legitimidade às decisões e aos programas do governo federal, possibilitando que as propostas da sociedade civil acabem sendo incorporadas às políticas públicas”.

A inclusão social dos agentes culturais na discussão, na formulação e no acompanhamento das políticas públicas é essencial no processo de aprofundamento da democracia brasileira, processo esse que exige que a democracia representativa seja complementada pela democracia participativa ou direta.

Nesse contexto de mudanças proporcionadas pela participação social, destaca-se a importância da autodeclaração. Entre as potencialidades dessa conquista, a autodeclaração legitima o reconhecimento dos Pontos de Cultura pelos coletivos que os formam e inverte

a lógica eminentemente tecnocrática, que poderia se perenizar na condução das políticas culturais. Assim, dá-se mais um passo para a compreensão de que os saberes e fazeres estão arraigados no costume e no cotidiano das relações sociais.

QUADRO 3

Avanços do Programa Cultura Viva com a implementação da Lei Cultura Viva e da Política Nacional de Cultura Viva

OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA
• Garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais;
• Estimular o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas da cultura;
• Promover uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil;
• Consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais;
• Garantir o respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica;
• Estimular iniciativas culturais já existentes, por meio de apoio e fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
• Promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
• Potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade, e ampliar instrumentos de educação com educação;
• Estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados disponibilizados para a ação cultural.
O QUE MUDA COM A NOVA LEI CULTURA VIVA?
Principais mudanças regulamentadas pela Instrução Normativa (IN) n. 1, de 7 de abril de 2014, publicada no <i>Diário Oficial da União</i> em 8 de abril de 2014:
1. Uma das mudanças diz respeito ao novo instrumento jurídico: o Termo de Compromisso Cultural (TCC). Ele substitui os convênios no repasse dos recursos para as entidades culturais, superando o modelo inadequado para a realidade da cultura no Brasil. Os convênios permanecem apenas para as parcerias entre o governo federal e os estados e municípios, a fim de implantação de Redes de Pontos de Cultura.
2. A IN traz um capítulo sobre formas de apoio e fomento. Com esse capítulo, ficam regulamentados, além do Termo de Compromisso Cultural (TCC), os prêmios e bolsas. Sendo assim, a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) contará com diversas formas de apoio e fomento: fomento a projetos culturais de Pontos e Pontões de Cultura juridicamente constituídos, por meio da celebração de TCC; premiação de projetos, iniciativas, atividades ou ações de Pontos de Cultura, de pessoas físicas, entidades e coletivos culturais; e concessão de bolsas a pessoas físicas, visando ao desenvolvimento de atividades culturais.

CONTINUA

QUADRO 3

Avanços do Programa Cultura Viva com a implementação da Lei Cultura Viva e da Política Nacional de Cultura Viva

O QUE MUDA COM A NOVA LEI CULTURA VIVA?
3. A IN atualizou os valores a serem repassados aos Pontos e Pontões de Cultura, com base na correção de valores conforme o Índice de Preços ao Consumidor do IBGE. No caso de Pontos de Cultura, o valor total do repasse será de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e o valor da parcela anual de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Para os Pontões de Cultura, o valor total de até R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) e o valor da parcela anual de até R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).
4. O Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, estabelecido como o instrumento de reconhecimento, mapeamento e certificação simplificada da Política Nacional de Cultura Viva, oferecerá ferramentas de interação e comunicação, possibilitando o reconhecimento por parte do MinC e a autodeclaração como Ponto ou Pontão de Cultura por parte das entidades e coletivos culturais.
5. No que se refere às instituições públicas de ensino, a IN traz uma mudança significativa: a possibilidade dessas instituições (federais, estaduais ou municipais) serem certificadas como Pontões de Cultura através do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, mas sem o repasse de recursos através de TCC. Ou seja, essas instituições não poderão concorrer a editais de Pontões de Cultura, mas poderão ser reconhecidas pelo trabalho que realizam como parte da Política Nacional de Cultura Viva. A IN segue as regras de parcerias do governo, em que o MinC, os entes federados parceiros, os Pontos e Pontões de Cultura poderão estabelecer parceria e intercâmbio com instituições públicas e privadas, em especial com escolas e instituições da rede de educação básica, do ensino fundamental, médio e superior, do ensino técnico e com entidades de pesquisa e extensão.
6. A alteração nos Planos de Trabalho: era um dos problemas cruciais enfrentados pelos Pontos e Pontões de Cultura entre 2004 e 2014. A IN flexibiliza esse aspecto e prevê que os remanejamentos do valor aprovado, de até 30% (trinta por cento) para Pontos, e de até 15% (quinze por cento) para Pontões, podem ser realizados sem autorização prévia, desde que sejam justificados no Relatório de Execução do Objeto e que não alterem o objeto da proposta nem a natureza de despesa ora programada. Já para os remanejamentos que envolvam valor superior às porcentagens descritas, o Ponto/Pontão de Cultura deverá solicitar previamente o remanejamento com no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência ao órgão concedente.
7. As despesas com internet, transporte, aluguel, telefone, água e energia elétrica, desde que diretamente vinculadas e necessárias para a execução do objeto do projeto, passam a ser consideradas custos diretos. Antes da regulamentação da PNCV, essas despesas eram limitadas a 15% do valor previsto no plano de trabalho e eram consideradas como custos indiretos.
8. A IN traz inovação e simplificação significativa ao uso de rendimentos e saldos remanescentes oriundos de aplicação financeira, prevendo que poderão ser aplicados na ampliação de metas do objeto da parceria.

CONTINUA

QUADRO 3

Avanços do Programa Cultura Viva com a implementação da Lei Cultura Viva e da Política Nacional de Cultura Viva

O QUE MUDA COM A NOVA LEI CULTURA VIVA?

9. A prestação de contas será simplificada. Com base no § 2º do art. 8º da Lei n. 13.018/2014, os procedimentos de prestação de contas deverão ser simplificados e essencialmente fundamentados nos resultados. A prestação de contas simplificada pode demonstrar a boa e regular aplicação dos recursos, com o envio dos seguintes documentos: relatório de execução do objeto, relação de pagamentos e extrato bancário da conta específica do projeto.
10. A devolução de recursos, em caso de não cumprimento de etapas previstas nos planos de trabalho, é uma das questões mais preocupantes para os Pontos de Cultura. Nesse sentido, a proposta avança ao prever a possibilidade de o ressarcimento ocorrer por meio da realização de atividades culturais, e não pela devolução de recursos financeiros.

CONCLUSÃO

Fonte: Adaptado de Brasil (2015b).

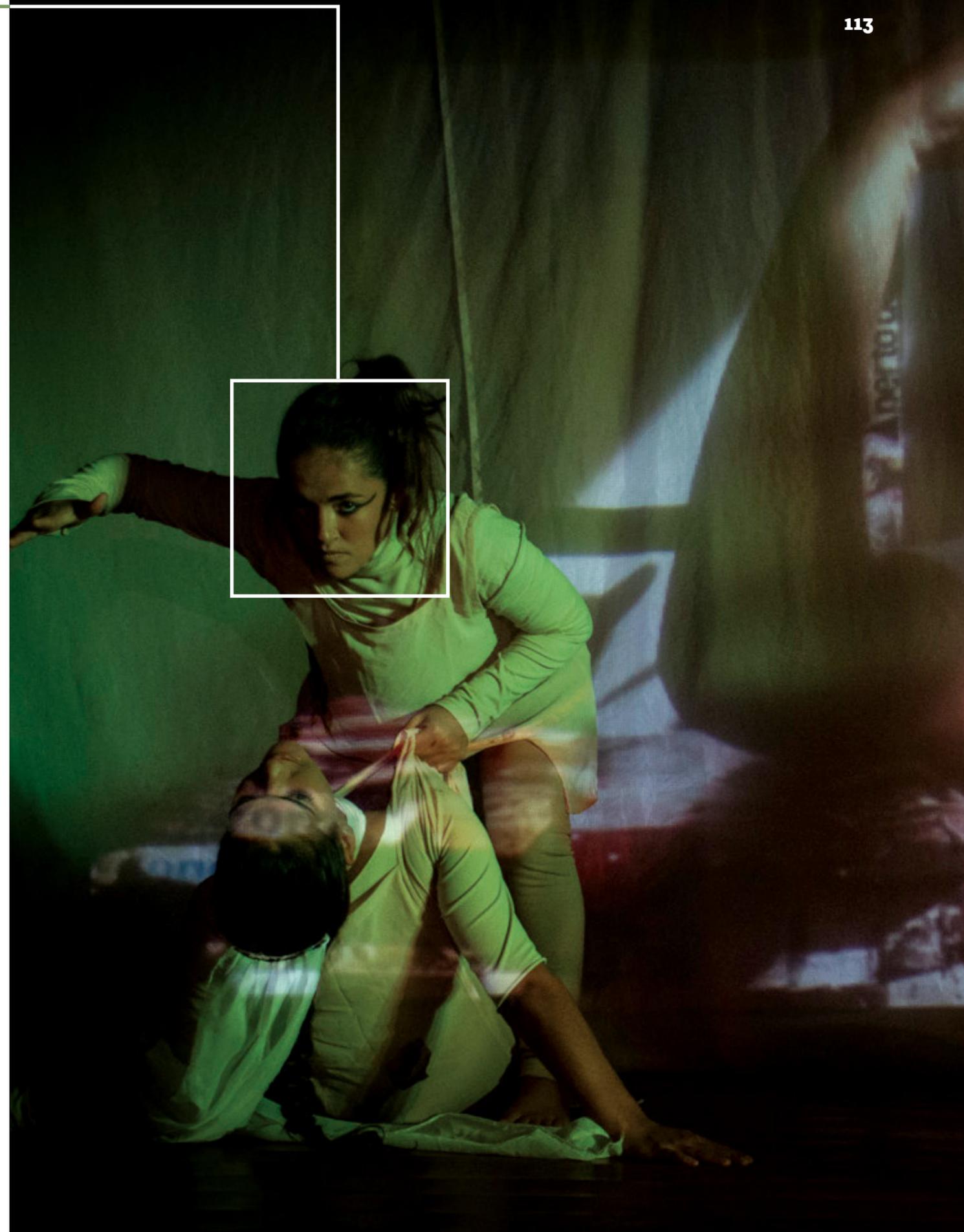
A Reunião da CNPdc: os grupos de trabalho

Considerando a definição de reunião como “espaços comuns de participação não institucionalizada nos quais organizações da sociedade civil, sindicatos, movimentos sociais, empresários, entre outros, estabelecem um diálogo presencial com representantes do poder público sobre determinada agenda” (BRASIL, 2013a), serão tecidas reflexões sobre o conteúdo debatido na Reunião da CNPdc.

Sobre a Comissão, trata-se de órgão colegiado responsável por acompanhar as demandas do Fórum Nacional de Pontos de Cultura, ou seja, um grupo autônomo articulado em todo o país por meio da Rede Nacional dos Pontos de Cultura que tem como função ser uma instância de representação político-cultural da sociedade

na elaboração de políticas públicas. Tendo essa caracterização no horizonte, elencam-se, a seguir, os principais temas referentes à atuação desse grupo no espaço constitucional de participação social, que permite a interação com grupos específicos, a apresentação de demandas, a proposição de negociações, a troca de informações, além de outros processos.

Entre os dias 29 de julho e 1º de agosto de 2015, realizou-se a Reunião da CNPdc. As atividades da CNPdc em meio à programação do XV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros promoveram uma importante aproximação entre o poder público federal – representado pelos servidores das secretarias do MinC – e os povos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais do Brasil e do mundo. Para a própria Comissão,



SOULFUL FEELINGS



representou uma experimentação viva do trabalho de seu colegiado, conforme vem ocorrendo, de forma descentralizada, em vários Pontos de Cultura do país desde o primeiro encontro, em 2009.

O trabalho da CNPdc se deu pela metodologia de grupos temáticos, que, no caso, compuseram os espaços de participação social definidos por Grupos de Trabalhos (GTs).²¹ Buscou-se uma composição não paritária, mesclando representantes governamentais com uma maioria de representantes da sociedade, membros da CNPdc e da Rede Nacional dos Pontos de Cultura. De modo geral, as reuniões contemplaram falas expositivas sobre os temas dos GTs, abrindo, em seguida, a palavra para a plenária. O debate foi subsidiado por depoimentos referentes aos Pontos

de Cultura representados, para, por fim, elaborarem-se os encaminhamentos.

Os relatos iniciais demonstraram-se relevantes, pois orientaram o eixo das reuniões, suscitando discussões acerca de temas centrais, tais como: 1) necessidade de formação de um comitê gestor do Cultura Viva e urgência da normatização dos GTs, assim como da própria CNPdc; 2) necessidade de maior articulação entre estados e MinC para, por exemplo, organizar um fórum com todos os trezentos membros da CNPdc – registra-se que essa tentativa tem por volta de dois anos; 3) urgência da realização dos fóruns estaduais e da liberação dos recursos dos saldos de rendimentos dos convênios; 4) criação de comitê técnico de políticas de cultura para áreas rurais; 5) ga-

²¹ Os cinco GTs são: I) Educação, Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual; II) Povos Tradicionais e Povos Periféricos, Comunidades e Territórios; III) Patrimônio, Memória e Museologia Social; IV) Linguagens Artísticas; V) Infraestrutura e Economia da Cultura.



FIG. 80

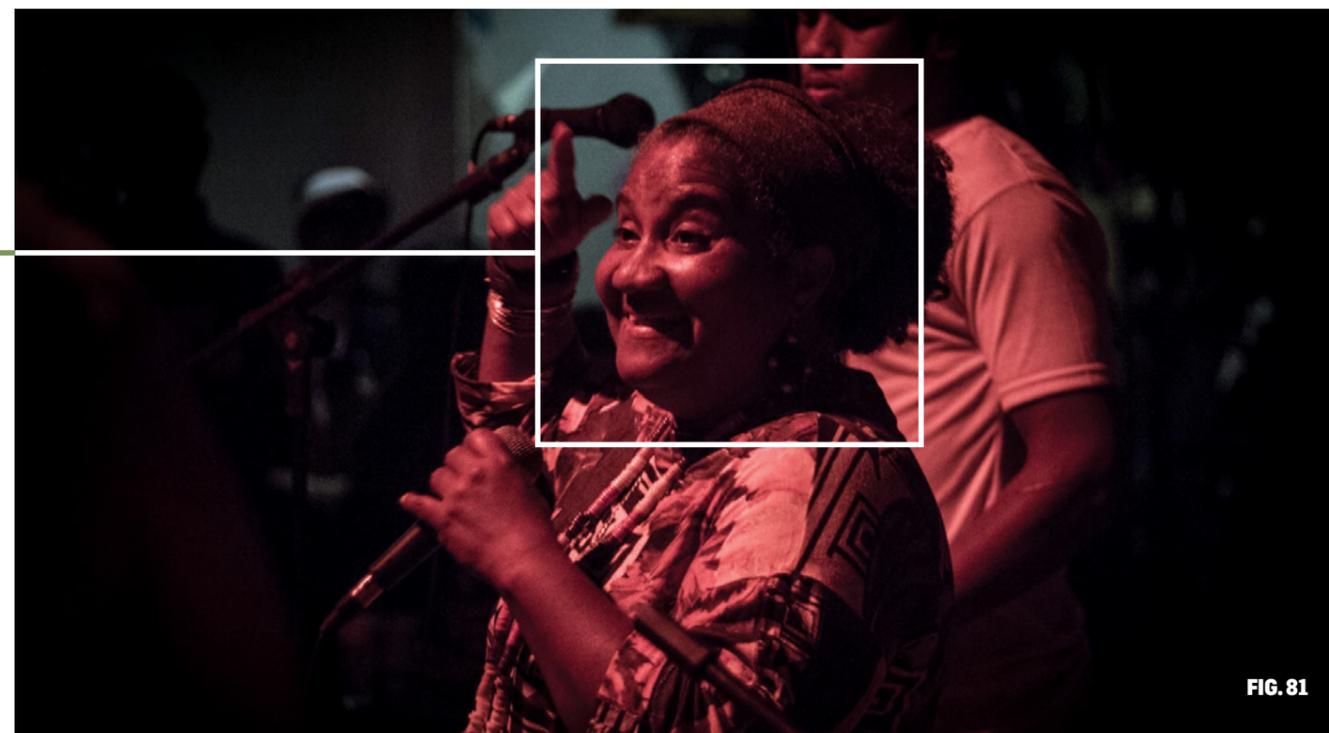


FIG. 81

rantia da inserção em novos espaços políticos, como a participação da CNPdc no Programa IberCultura Viva.²²

Analisou-se que alguns problemas referentes à desarticulação, que parecem permear as experiências de muitos Pontos, devem-se ao fato de que existem estados que não dialogam com o Programa Cultura Viva. A saída apontada pela maioria dos participantes da Reunião foi formar e capacitar as regionais do MinC, constituindo um elo do Programa nos estados. Em suma, almeja-se uma consultoria específica para a gestão em rede. Afinal, conforme muitos depoimentos, o próprio Programa provoca a geração de políticas públicas numa lógica de rede e apresenta grandes proximidades com as propostas da economia solidária. Observou-se,

assim, a proposição de uma formação para gestores públicos estaduais e municipais que vise ao acompanhamento e ao aconselhamento dos Pontos de Cultura para os trâmites burocráticos, tais como: contratações, uso dos recursos e rendimentos e prestação de contas. Mencionou-se ainda a importância de aprimorar a articulação com as secretarias do MinC.

A necessidade de esclarecer e atualizar os gestores e os ponteiros sobre as conquistas e as novas condições do Programa Cultura Viva, após a aprovação da Lei Cultura Viva, também foi uma das demandas identificadas, para a qual foram propostos: 1) a confecção e a impressão de um folheto explicativo sobre a Lei Cultura Viva e a PNCV; 2) a capacitação contínua para

²² Programa de cooperação técnica e financeira voltado para o fortalecimento das culturas de base comunitária dos países ibero-americanos, cujo site oficial é: <<http://iberkulturaviva.org/>>.

instrumentalizar os gestores a acompanhar e aconselhar os ponteiros nos temas mais complexos, como prestação de contas, planejamento e utilização da verba; 3) a criação de espaços de diálogo para discutir o aprimoramento do relacionamento entre os governos federal, estaduais, municipais e os ponteiros; 4) a composição de agenda de apoio e divulgação com a SCDC contendo as datas dos encontros das teias, dos fóruns, dos processos de formação sobre o Cultura Viva.

Quanto às conquistas da Lei Cultura Viva, o ponteiro Catatau (2015) enfatizou a importância dos movimentos sociais vinculados ao mundo cultural, que entendem a cultura como força de transformação social,²³ e apontou para os compromissos gerados pela legislação:

Hoje o movimento da cultura é um dos fortes em

²³ Tema do importante documentário *O rosto no espelho*, de Renato Tapajós.



FIG. 82



FIG. 84



FIG. 86



FIG. 83



FIG. 85



FIG. 87

termos de ação, de diálogo, de pauta, de apropriação; o que falta são as redes se conectarem mais. Esperamos que a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura se reúna mais, troque mais informações, e precisamos que os gestores municipais e estaduais passem por capacitação e conheçam melhor o sistema novo. *Há algo que foi conquistado, e que é fruto de muita luta social, de que nós não podemos abrir mão. Nós precisamos estar sempre nos articulando, dialogando, superando alguns conflitos e botando a pauta da cultura no centro da sociedade, para que esta sociedade entenda que ela não vai conseguir dar um passo adiante enquanto ela não entender a cultura como base estruturante de transformação de toda a realidade social.* (CATA-TAU, 2015, grifo nosso).

Houve uma constante que pôde ser observada tanto entre os membros da CNPdc quanto entre os representantes do MinC: todos referiram-se aos avanços da própria Comissão, dos Pontos de Cultura e do Programa. Afinal,

a Lei Cultura Viva²⁴ foi resultado de um intenso processo de escuta e participação social, que envolveu os Pontos de Cultura, parlamentares, gestores estaduais e municipais, universidades e órgãos de controle. As experiências vividas e compartilhadas nessa reunião, estruturadas para o diálogo e repletas de uma escuta atenta às demandas, ocorreram com a ressalva de que é preciso reconhecer e manter as conquistas e não perder o foco, centrado na autonomia dos Pontos de Cultura e na parceria com o governo. O depoimento seguinte de um integrante da CNPdc demonstra parte desses posicionamentos políticos durante a reunião:

Precisamos pensar no enfrentamento da onda conservadora que ataca, em especial, a diversidade do Programa Cultura Viva, assim como construir uma pauta central para traduzir o conjunto do movimento Cultura Viva. Temos que ter as mãos dos que participam e decidem, ou seja, queremos tomar decisão, queremos que a comissão seja institucionalizada com rubrica específica para isso, consolidando não só a nossa participação mas garantindo que nossas questões tenham consequência, decidindo uma política pública, acompanhando a construção das leis Cultura Viva com estados e municípios,

24 Os Pontos e Pontões de Cultura agora têm sua lei própria, a Política Nacional de Cultura Viva. Entre os principais beneficiários e protagonistas do Programa Cultura Viva, estão a juventude e os grupos tradicionais, alcançando a produção cultural que vem das periferias e do interior do Brasil, passando da cultura digital às tradições indígenas.

FIG. 88



propondo a continuação da campanha nacional de GTs nos Pontos e preparando os ponteiros para conduzirem esse processo nos estados e municípios. Também almejamos que a SCDC articule audiências públicas para consolidar esse movimento da Lei Cultura Viva e que a Comissão Nacional, junto com a SCDC, monitore em especial a aplicação do TCC (Termo de Compromisso Cultural). Precisamos do Pontão para garantir a articulação da rede, precisamos garantir a realização dos fóruns estaduais, nacionais e municipais que fortalecem os pontos e nossa rede de economia solidária; precisamos fortalecer a rede latino-americana etc. Por fim, quero compartilhar que na cultura digital temos a contribuição das digitais para o cadastro da CNPdc; os GTs temáticos e os Pontos de Cultura estão reconstruindo a questão digital da CNPdc. Tem uma articulação com o MinC para integração de plataformas digitais com protocolos federados e ainda as políticas de fomento e desenvolvimento do software livre de forma mais ampla e do hardware.²⁵

Esse e outros depoimentos criaram, paulatinamente, espaços de diálogos profícuos para que representantes dos estados²⁶ que estão passando por dificuldades em seus Pontos de Cultura pudessem se pronunciar e debater livremente essas dificuldades e para que os demais participantes tratassem da importância de outras demandas experimentadas na vida cotidiana dos Pontos de Cultura. Nesse sentido, apontaram-se: 1) a necessidade de elaborar

25 Depoimento realizado durante a reunião da CNPdc, em julho de 2015, na Vila de São Jorge.

26 Sergipe, Rio Grande do Sul, Paraíba e Paraná.

editais de incentivo e prêmios específicos para as manifestações tradicionais e populares presentes nos Pontos de Cultura, evitando a lógica de grandes festivais; 2) a necessidade de realizar um mapeamento, lançado pelo MinC, identificando os Pontos de Cultura do país, assim como as bibliotecas públicas municipais e comunitárias do país, por meio da área Livro e Leitura; 3) a importância de promover acessibilidade nos sites governamentais; 4) a urgência de parecer técnico do MinC sobre o uso dos rendimentos para a liberação imediata dos recursos; 5) a relevância da criação de mecanismos de aperfeiçoamento acerca dos trâmites referentes à autodeclaração, aos cadastros e ao reconhecimento dos Pontos, dos fóruns e da CNPdc.



FIG. 89



Entre essas reivindicações, foi destacado como extremamente necessário mapear os Pontos de Cultura do país e organizar um banco de dados com a história de cada um deles – uma *rede viva* –, um portal para que todos tenham acesso, contato e maiores possibilidades de articulação entre si. Atualmente, já existem duas ferramentas que podem contribuir com a construção do portal Rede Viva, a saber: a plataforma do Mapa Cultura Viva e a do Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura (ver Quadro 4).

Nesse sentido, cumpre retomar a reivindicação dos dois novos instrumentos

de gestão da política, conquistada em 2014 com a Lei Cultura Viva: a auto-declaração dos Pontos de Cultura, por meio do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural (TCC). A auto-declaração dos Pontos permitirá o reconhecimento, o mapeamento e a certificação de entidades e coletivos culturais que queiram se tornar Pontos de Cultura. Já o TCC será um novo instrumento de parceria entre a Administração Pública e os Pontos, que receberão recursos de um modo mais simplificado e adequado à realidade dos agentes culturais.

QUADRO 4

O Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura

SOBRE O CADASTRO

Instituído pela Lei Cultura Viva, o Cadastro Nacional será a ferramenta que permitirá a auto-declaração por parte das entidades e coletivos culturais. Assim, grupos e espaços culturais já atuantes em suas comunidades poderão se auto-declarar Pontos de Cultura – com consequente reconhecimento por parte do Estado.

Para quem já é Ponto de Cultura, o sistema será uma forma de manter os dados atualizados, acompanhar a execução de planos de trabalho e enviar informações sobre atividades desenvolvidas, além de se manter informado a respeito de encontros, editais, apoios e articulações. De forma geral, o cadastro permitirá o mapeamento de informações essenciais da rede e possibilitará, ainda, trocas de serviços, recursos e estrutura, de modo a fomentar a economia viva e solidária.

O Cadastro será a mais nova ferramenta da Rede Cultura Viva, que busca integrar de forma convergente as dimensões da Gestão da Informação, das Tecnologias, da Participação e da Comunicação, formando um conjunto de Políticas Digitais.

Fonte: Brasil (2015c).

Entre os desdobramentos da Reunião, verifica-se que a metodologia da condução de suas atividades potencializou o reconhecimento das especificidades dos processos em torno da cultura.

Lê, jongueira, ponteira de Campinas e representante da CNPdc, participante do GT de Patrimônio Imaterial, destacou a perspectiva de que os Pontos de Cultura são detentores de um saber que deve ser compartilhado com os outros: “Tenho certeza absoluta de que uma cultura ancestral, seja de matriz africana, indígena ou outras, transforma o presente ao te provocar a olhar para trás”. Ela disse reconhecer, nas interações entre os participantes, toda uma potência de conexão e de somatório de forças e recomendou que a sabedoria da convivência, baseada na generosidade, no comprometimento e no respeito à alteridade, é o caminho mais fecundo a ser trilhado:

Olhando com generosidade, com carinho, com os limites que cada um tem, a gente se potencializa pra fazer o avanço. Vejo este momento como de muito comprometimento. Estamos num processo concreto aqui na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, em que temos representantes de uma grande diversidade da população brasileira, num encontro que nunca antes tivemos nos últimos 10 anos. Aqui, nós não nos matamos por migalhas. Tentamos pensar estrategicamente o que

cada um consegue fazer pra ser bom pro todo. Vejo uma postura de uma Comissão que reconhece o movimento do outro de maneira concreta, arregança as mangas e diz: vamos trabalhar. Estou muito animada e com muita energia, apesar de saber que os desafios são grandes. Por mais que a gente consiga reunir este belo coletivo, tem sempre um outro coletivo, poderoso, que tem horror de que as coisas mudem e que vai tentar criar todas as dificuldades para que esse processo em curso tenha problemas ou não se concretize. Mas o processo está em curso e acredito muito nessa “concretividade” das coisas reais e palpáveis. Já temos um Ministério da Cultura que tem toda uma pactuação com os coletivos de Pontos de Cultura, e estes querem que o MinC faça o melhor para nosso país como um todo. Quando a gente tem isso, a gente já tem muitos passos dados. (LÊ, 2015, grifo nosso)

De modo similar a outros discursos já citados, notam-se nesse depoimento, por um lado, a animação e o entusiasmo diante dos avanços concretos da participação social na elaboração de políticas públicas culturais no país e, por outro, a apreensão diante da possibilidade de retrocesso e de desestruturação dessas construções duramente edificadas. Nessa polifonia participativa, manifesta-se também uma angústia diante do futuro, que pode ser assim compreendida: o que serão das conquistas da cultura na perspectiva de outros cenários políticos e de outros representantes eleitos?



HARMONIA



ALEGRIA





FIG. 94



TEMÁTICAS DE ENFRENTAMENTO: PONTOS DE CULTURA EM DEFESA DA SOCIOBIODIVERSIDADE

A Chapada dos Veadeiros, localizada ao norte do estado de Goiás, a 240 km de Brasília, corresponde a uma área de 21.337,541 km² e abriga uma população estimada em 60.658 habitantes (IBGE, 2006). Integram a Chapada oito municípios goianos: Alto Paraíso, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre, Nova Roma, São João D'Aliança e Teresina de Goiás. Em 1961, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi reconhecido como uma reserva ecológica repleta de cachoeiras, canyons, minas de cristal, riquíssima flora e fauna. São diversas formações vegetais, centenas de nascentes e cursos d'água, rochas com mais de um bilhão de anos, além de paisagens de rara beleza, com feições que se alteram ao longo do ano.

O Parque é gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da

Biodiversidade (ICMBio), autarquia criada para gerir as unidades de conservação federais. Em 2001, foi declarado como Patrimônio Mundial Natural pela Unesco. O reconhecimento do valor da herança natural e cultural que integra a Chapada dos Veadeiros é importante e louvável, pois estabelece a responsabilidade coletiva de defendê-la diante da degradação ambiental e da ação antrópica ostensiva. De acordo com Santos (2002), as áreas de patrimônio natural da humanidade definem a dimensão da consciência planetária em relação à cultura preservacionista:

Trata-se de lutas transnacionais pela proteção e desmercadorização de recursos, entidades, artefatos, ambientes considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária. Pertencem ao patrimônio comum da humanidade, em geral, as lutas ambientais,

as lutas pela preservação da Amazônia, da Antártida, da biodiversidade ou dos fundos marinhos e ainda as lutas pela preservação do espaço exterior. (SANTOS, 2002, p. 70).

Em 2015, o XV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, ao eleger a sociobiodiversidade¹ como temática, criou um canal de interlocução com essa dimensão humanitária, chamando atenção para a região norte de Goiás. Durante o Encontro, essa temática foi vastamente explorada em diversas atividades. Os debates trataram da lida com a diversidade de espécies, intrínsecas a cada bioma, associando-as à diversidade sociocultural, representada pelos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e por inúmeras outras comunidades tradicionais, com suas mais diferentes formas de manejo e cultivo das riquezas naturais. Como afirma o geógrafo Aziz Ab'Sáber (2005, p. 9–10),

a paisagem é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, além de patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (...) Mais do que

simples espaços territoriais, os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis, ou deveriam ser responsáveis. Desde os mais altos escalões do governo e da administração até o mais simples cidadão, todos têm uma parcela de responsabilidade permanente, no sentido da utilização não-predatória dessa herança única que é a paisagem.

Segundo o geógrafo, o imenso território chamado de chapadões com cerrado recobre cerca de 1,7 milhão km² do território nacional, sendo que a devastação ambiental por ações antrópicas já havia atingido, em 2000, algo entre 65% e 70% dessa área. As causas da disseminação dessa destruição da natureza estão, segundo Viveiros de Castro, Ailton Krenak, Eliane Brum, Davi Kopenawa² e tantos outros ecoativistas, no modelo desenvolvimentista, predatório e perdulário, que procura impor um projeto de modernização calcado no estresse dos bens de produção, cujos efeitos colaterais são, principalmente: 1) o desmatamento; 2) a degradação da cobertura vegetal; 3) o esgotamento dos solos; 4) o secamento dos mananciais; 5) a violação dos direitos humanos das populações nativas, entre outros.

¹ No Brasil, segundo levantamento do Ministério do Meio Ambiente, as comunidades tradicionais somam cerca de 5,2 milhões de pessoas, diretamente ligadas à agricultura familiar. “O Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNBSB) foi criado pelo Governo Federal para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais.” (BRASIL, 2016b).

² Para saber mais, recomendamos: *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2014); *Há mundo por vir?*, de Viveiros de Castro e Deborah Danowski (2014); as reportagens de Eliane Brum, reunidas em livros como *O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real* (2008); e o livro de entrevistas e depoimentos de Ailton Krenak organizado por Sérgio Cohn (2015)..

Diante desse cenário preocupante, o Encontro deixa sua contribuição ao salientar a importância da ecologia e da sustentabilidade para o século XXI, especialmente ao abordar a interação dessa temática com a cultura e as comunidades tradicionais. Uma boa explicação para o conceito de *comunidade sustentável* encontra-se na obra de Fritjof Capra (2003, p.19), teórico que contribuiu para pensar a conexão entre o local e o global:

À medida que nosso novo século se desdobra, um dos nossos maiores desafios é o de construir e manter comunidades sustentáveis. O conceito de sustentabilidade foi introduzido na década de 1980 por Lester Brown, fundador do Worldwatch Institute (<http://www.worldwatch.org/>), que definiu comunidade sustentável como aquela que é capaz de satisfazer às próprias necessidades sem reduzir as oportunidades das gerações futuras.

A preservação da sociobiodiversidade, portanto, é uma tarefa importante e premente de nosso tempo, já que a

continuidade da vida humana no planeta só pode se dar num contexto de respeito e de responsabilidade ética diante da fauna e da flora, dos recursos hídricos e da diversidade cultural. Para tanto, é urgente que toda forma de diversidade – humana e natural – seja resguardada da violência e da intolerância, dos genocídios e da exploração, do extrativismo abusivo, das contaminações tóxicas e da devastação da natureza.

O enfrentamento da questão ambiental na contemporaneidade não se sustentará desvincilhado da reflexão acerca do desenvolvimento tecnológico e científico. No entanto, seria uma perspectiva estreita considerar que se trata de um problema que demanda apenas a mobilização das Ciências da Natureza, sem o compromisso com o debate sociocultural que enseja mudanças de paradigmas.

Outra contribuição essencial da abordagem desse tema durante o Encontro está em trazer a noção conexa de que se trata de um *problema cultural*.

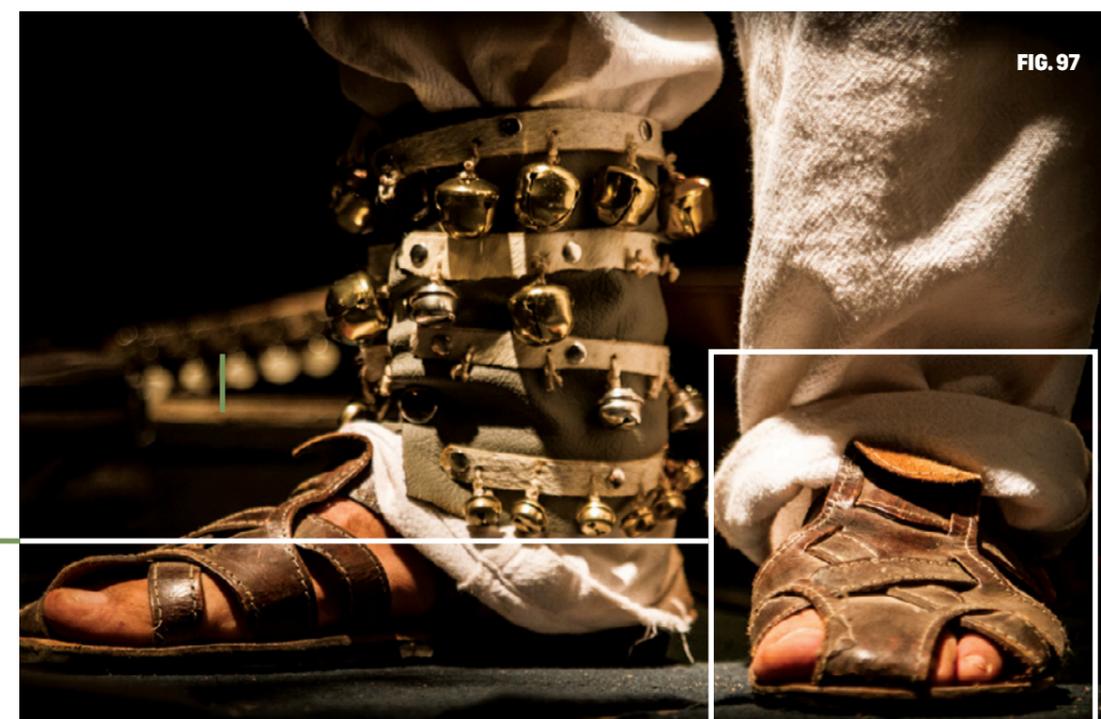


FIG. 97



FIG. 98

Analisa-se, nesse sentido, que a construção de uma nova comunidade exige também uma nova mentalidade, com valores que se distanciem da lógica do consumo. Portanto, foi intencional expor no evento essa íntima interconexão entre a crise ambiental e a cultura *ecocida*, que se tornou hegemônica.

As práticas econômicas e políticas de uma nação, as escolhas da matriz energética e os modelos de desenvolvimento e progresso não são meras questões técnicas a serem decididas e executadas por especialistas ou gestores tecnocráticos. Afinal, todas essas práticas estão baseadas em ideias, valores, concepções de mundo e ideologias constitutivos da nossa forma de sociedade.

As vozes que se manifestaram nas etapas da Reunião da CNPDC e durante

o Encontro entoaram um mesmo coro polifônico em defesa da natureza e da diversidade cultural, do respeito às diversas formas de viver, ser e saber, da comunhão de inúmeras formas de alteridade e da centralidade da cultura como eixo do desenvolvimento social, ético, comunitário e sustentável, enfim, da *sociobiodiversidade*.

A Política Nacional de Cultura Viva e o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros

Desde 2001, a Vila de São Jorge sedia anualmente o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros,

que comemorou, em 2015, 15 anos de existência. Já consolidado como um dos mais importantes eventos do gênero no Brasil, o Encontro celebra e promove a interação entre formas de manifestações culturais: estima-se que já tenha atingido um público de 100.000 pessoas, diretamente.

Neste livro, compreende-se esse evento como um espaço social aglutinador de experiências de participação social e do diálogo acerca das atuais políticas públicas culturais brasileiras. Desse modo, observa-se uma relação intrínseca entre a Política Nacional de Cultura Viva e os ideais e vivências propiciados pelo Encontro.

Durante duas semanas, a Vila de São Jorge vive um período de intenso intercâmbio cultural. São diversos en-

contros que constituem o Encontro, como é denominado. Nesse período, o pequeno vilarejo recebe um considerável fluxo de visitantes, que comparecem a fim de celebrar a diversidade das manifestações culturais, a efervescência artística e a troca de ideias, em debates e rodas de prosa. O evento valoriza, celebra e estimula a interculturalidade entre os povos indígenas, as comunidades quilombolas, os povos de variadas matrizes afro-brasileiras, os representantes das mais diversas manifestações da cultura popular brasileira e, também, representantes de outros países que compartilham suas artes, fé, músicas, danças e costumes.

Trata-se de um espetáculo ancestral, local, global, fluido, híbrido e multiétnico que propicia o debate de políticas públicas voltadas para a área da Cultura

e fortalece atividades que valorizam o patrimônio imaterial e incentivam a luta por melhores formas de fazer política social. Considerando o fato de que cada comunidade apresenta sua história político-estética, o Encontro favorece o diálogo com o poder público e a articulação das comunidades entre si. Boa parte das populações tradicionais ainda sofre com a falta de estrutura física e tecnológica, a falta de habitação, a desigualdade social, a discriminação étnico-racial e a exploração da mão de obra. Em suma, a luta pela manutenção, pela preservação e pelo avanço das políticas públicas culturais está totalmente entremeada com a defesa dos direitos humanos, sociais e

econômicos, juvenis, indígenas e quilombolas, territoriais e habitacionais, entre outros.

As comunidades da região da Chapada dos Veadeiros têm em comum o esforço pela sustentação da vitalidade de suas tradições culturais e festas populares. Das manifestações culturais mais proeminentes, podemos citar: 1) a Catira e a Curraleira, executadas pelos foliões de São João d'Aliança; 2) a Sussa, dançada pelos Calungas do Vão do Moleque e do Vão das Almas; 3) o Lundu e o Batuque, representados pelo grupo A Caçada da Rainha, de Colinas do Sul; 4) o Congo, encenado pela comunidade de Niquelândia/GO. Esses são alguns dos exemplos mais

emblemáticos das expressões artísticas que se apresentam anualmente no evento.

O Encontro, além de fomentar a integração das expressões culturais da região da Chapada dos Veadeiros, promove o intercâmbio delas com expressões similares de outros estados, dentre as quais destacamos: da Santa Rosa dos Pretos, do Maranhão; do povo Kayapó, do Pará; do povo Krahô, do Tocantins; das Ganhadeiras de Itapuã e da Zambiapunga, da Bahia; do Maracatu Leão Coroado, de Pernambuco; de Violas de Cocho, de Mato Grosso.

Apoiar a existência cultural, ancestral e epistêmica desses grupos representa um meio de potencializar a organização ética e política dos povos tradicionais e dos movimentos artísticos, uma vez que se abre a possibilidade de diálogo e de apropriação de recursos e tecnologias sociais, fundamentais para a continuidade de seus processos históricos. Durante os Encontros, portanto, ressaltam-se as seguintes características de mobilização: 1) valorização das interações interculturais para trocas de informações, experiências, realizações, conhecimentos e ideias; 2) hibridismo cultural; 3) consolidação, formação, manutenção e ampliação da rede entre os Pontos de Cultura, os grupos artísticos e as comunidades; 4) promoção, por meio das redes digitais e da internet, de iniciativas e produtos midiáticos que escapam ao interesse das mídias de massa.

Em suas primeiras edições, o evento propiciou aos participantes o contato



FIG. 99

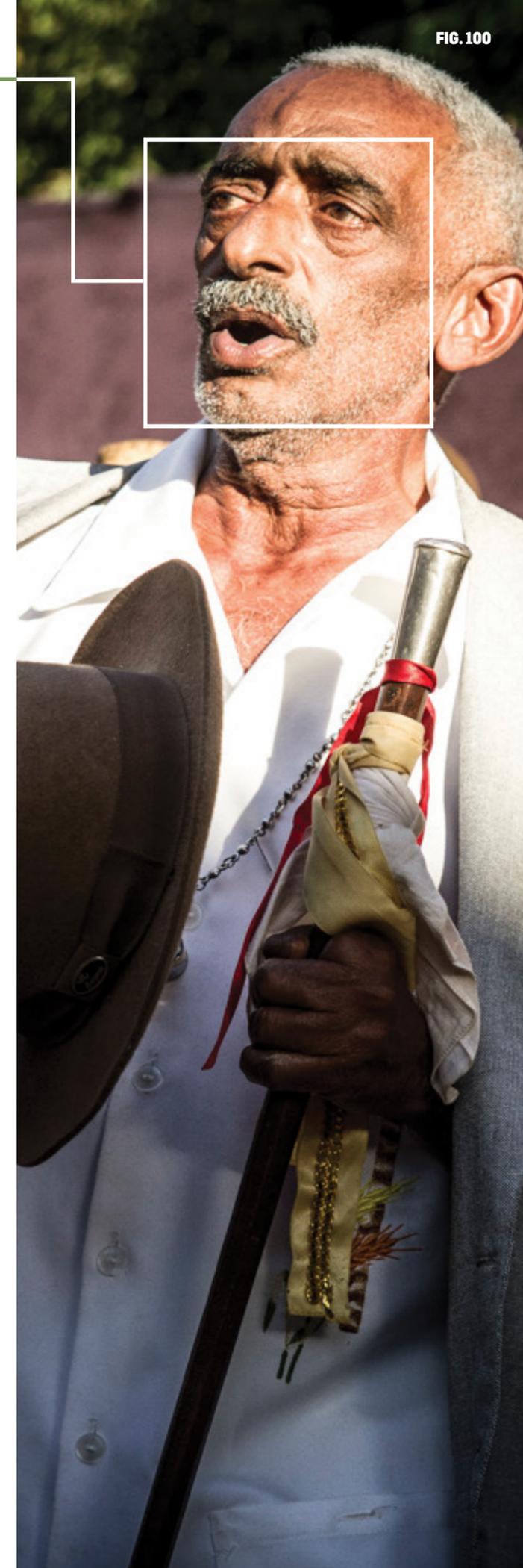


FIG. 100

com diversas apresentações artísticas locais, bem como nacionais com mérito estético de reconhecimento internacional, desde que ligadas à experiência das culturas populares e tradicionais. Artistas como Naná Vasconcelos, Hermeto Pascoal, Siba, Roberto Corrêa, Marlui Miranda, Cordel do Fogo Encantado e Lenine são alguns exemplos. Os espaços interativos do Encontro têm possibilitado o compartilhamento de saberes e práticas, músicas e danças, costumes e tradições. Estimulam-se os laços e as trocas entre povos de variadas matrizes culturais. Somam-se visitantes nacionais e estrangeiros, pesquisadores e acadêmicos, artistas e *performers*, enfim, representantes das mais diversas manifestações da cultura do Brasil e de outros países.

Além das apresentações de música, dança e teatro, da exibição de documentários, da contação de histórias, entre muitas outras atividades, o Encontro conta com uma extensa e variada programação, que inclui rodas de prosa, conferências, seminários, reuniões, conselhos. Dessa forma, mantém espaços formativos e abarca espaços participativos já instituídos e constituídos na sociedade brasileira, como a Reunião da CNPdc. Trata-se, portanto, de modelo propício às articulações e mobilizações políticas para a área da Cultura e ao desenvolvimento da cidadania participativa.

No site oficial do evento (www.encontrodeculturas.com.br/2015), revelam-se seus valores e ideais norteadores: por exemplo, percebe-se a utilização



FIG. 101



FIG. 102

do ciberespaço para uma tomada de posição contra a PEC 215/2000.³ Assim, o Encontro posiciona sua voz junto ao coro de 150 lideranças Yanomami que assinaram, em 2015, uma carta de repúdio a essa PEC:

Não queremos que o Congresso Nacional assuma a responsabilidade da demarcação das Terras Indígenas. Sabemos que vão demarcar áreas pequenas para que os ruralistas fazendeiros derrubem, plantem, criem gados e se enriqueçam. Nossas terras não estão à venda, não são negociáveis,

não podem ser reduzidas. (ASSOCIAÇÃO KURIKAMA YANOMAMI, 2015).

A mobilização contra a PEC 215 marca as redes sociais do Encontro, que se utilizou do Facebook para, por meio do ciberativismo, manifestar seu posicionamento político-ideológico. É o caso, em outro exemplo, da *convocação* coletiva a uma ciberação⁴ contra essa proposta de emenda à Constituição. Na busca pela celebração e pela promoção das trocas entre diversas culturas, de modo aberto e tolerante, sempre na

³ Proposta de Emenda Constitucional que transfere do Executivo para o Legislativo a decisão final com relação à demarcação de terras indígenas.

⁴ Similar àquela que, tempos atrás, transformou os avatares e assinaturas digitais de dezenas de milhares de usuários brasileiros que se manifestaram em solidariedade ao povo Guarani Kaiowá, situado no Mato Grosso Do Sul.



FIG.103

contramão de atitudes racistas e autoritárias, estão os valores-pilares do Encontro. Lado a lado com a valorização da diversidade cultural, formula-se um protesto contra práticas e políticas que violem os direitos dos povos tradicionais e conduzam ao seu etnocídio.⁵

Dessa forma, o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, de acordo com Juliano Basso (2015), “colaborou e colabora para a formatação de novas políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais”. Para ele, um dos ideais norteadores do evento consiste no fomento ao intercâmbio e ao convívio entre os povos, num desfile da diversidade cultural e da participação social.

Um vídeo que procura registrar um pouco da efervescência política e cultural que toma conta do Encontro é o documentário *Cada terra tem um uso, cada roda tem um fuso* (2009), em que se assiste à seguinte declaração do artista Dércio Marques:

Cada povo tem uma inteligência, uma pulsação, uma forma de entender o mundo, uma perspicácia, um ingrediente, para mexer com as coisas. Todas essas comunidades que se apresentam aqui no Encontro de Culturas Tradicionais ensinam uma coisa bonita: você amar a sua própria fonte. Essa possibilidade é incrível e especial: o de não ser apresentado como uma relíquia folclórica (isso não!), mas sim como ser humano. (CADA TERRA..., 2009).

A celebração da diversidade cultural é uma maneira de confirmar, aprimorar e perpetuar as conquistas. Permite a criação de uma rede viva, criativa, sustentável e propícia à construção de novos modos de ser, saber e viver. Nessa direção, o Programa Cultura Viva parte da premissa de que a cultura é o meio mais profícuo para o desenvolvimento de práticas que estimulem a transformação do indivíduo em sujeito histórico, libertando-o para lutar contra as desigualdades sociais por meio da alteração de sua realidade objetiva. Esse modelo de gestão – alicerçado nos conceitos de empoderamento, autonomia e protagonismo – foi apropriado pelos agentes culturais que integraram os encontros do Encontro.

Tais encontros são como laboratórios de trocas interculturais que têm, entre suas metas, potencializar o diálogo democrático e a participação social das comunidades tradicionais na configuração dos destinos coletivos e *glocais* de uma nação:

Podemos considerar como evidente que toda relação intercultural saudável implica o respeito ao outro e o desejo de compreendê-lo por aquilo que ele é, e não através do filtro do nosso próprio condicionamento. As culturas são como rios, como disse o antropólogo Marshall Sahlins, pois não se pode mergulhar duas vezes nas mesmas águas, porque elas estão sempre mudando. E quanto maior for o grau de partilha, mais democrática,

⁵ O fenômeno do etnocídio é analisado pelo antropólogo Pierre Clastres, em *Arqueologia da violência* (2014).

POTENCIALIDAD DE





criativa e tolerante será nossa sociedade. Nesse sentido, é normal que, num dado momento do seu desenvolvimento, uma sociedade seja levada a abandonar ou a modificar esta ou aquela forma tradicional de sua cultura, na medida em que esta não responde mais às aspirações antes cultivadas. Não fazer esta modificação seria levar a cultura à esclerose e ao imobilismo. (FERREIRA, 2013a, p. 476).

Dada essa necessidade de atender às aspirações da sociedade, não é plausível conceber as políticas públicas de Estado como algo imposto de fora para dentro, tampouco induzir os povos a ideais de preservação fixa e imutável. Afinal, as concepções epistemológicas e metodológicas dessas intencionalidades levam à aniquilação da história e do sujeito. Não se trata, pois, de, por meio de um discurso em prol da salvaguarda da diversidade, querer “por culturas no freezer”, numa expressão de Gilberto Gil (2013e, p.294), notório defensor da “proteção e promoção da diversidade cultural, através da qual o diferencial dos povos se manifesta”:

Durante a minha vida, trago comigo uma preferência pelo mutável, pelo diverso e até pelo paradoxo. Aprecio o gosto estranho e provocador de juntar conceitos que pareciam estar destinados a ficar eternamente separados. Como parabólica e camará. Gosto de ver o mundo ecoando como uma cabaça de berimbau. Gosto de juntar diferenças. [...] Sempre pensei cultura como obra aberta, como um software de código aberto. As trocas com o que é dos outros, a antropofagia cultural constante,



FIG. 106

fazem parte das vitalidades das culturas, e as possibilidades de trocas livres devem ser preservadas contra qualquer tentativa de imposição. [...] *Como artista e cidadão do mundo, vejo na cultura o espaço para o encontro de países, credos, etnias, sexualidades e valores, na cacofonia de suas diferenças, no antagonismo de suas incompatibilidades, na generosidade de um lugar comum, algo que nunca existiu, mas sempre foi sonhado por aqueles que deixam seu olhar se perder no horizonte... O primado do econômico nas relações sociais reduz a cultura a mera mercadoria. Num mundo marcado pela imensa assimetria de poder, o livre mercado cultural por si só tende a criar uma rua de mão única... O importante é haver um verdadeiro diálogo, uma verdadeira abertura.* Para produtos, sim, mas também para pessoas e para ideias. Todas as pessoas e todas as ideias. (GIL, 2013d, p.287-290, grifo nosso)

No Brasil, a população indígena é estimada em 896,9 mil pessoas, pertencentes a cerca de 305 etnias, que falam 274 idiomas (ÍNDIOS..., 1999). Esses números tornam explícito que o leque de diversidade cultural dos índios no Brasil é amplo, uma polifonia de incontáveis vozes que o substantivo “índio” não apreende, por ser demasiado abstrato e generalizante. Nessa mesma linha de raciocínio, podemos compreender a singularidade das lutas em seus territórios ao se considerar a assimetria relativa às questões regionais.

No Encontro, há espaço para as mais diversas manifestações da cultura popular, sobretudo nacionais. Em vez de considerar as culturas tradicionais como “reliquias folclóricas”, interessa-se em apreender as culturas vivas,

próximas às suas fontes ancestrais, mas também repletas de futuro. Ao explorar a dialética brasileira entre vanguarda e tradição, Avritzer (2009, p.17) esclarece:

a tradição é aquilo que Paulinho da Viola diz claramente à sua maneira, não é aquilo que está no passado, mas é aquilo que forma, é um grande rio que está presente, que nos atualiza o passado e recolhe do passado formas vivas. Tradição é distinguir o que está morto do que está vivo e atualizar, a partir da contemporaneidade, aquilo que é importante para nos constituirmos e darmos respostas aos problemas do nosso tempo. Essa é uma ideia de tradição que não se coloca frontalmente contra a de inovação e vanguarda. Pelo contrário, quanto mais a vanguarda se alimenta da tradição, mais ela obtém materiais para experimentar. Desde o movimento dos mo-

dernistas de 1922, introduziu-se essa gramática de maneira muito forte no Brasil, não contrapondo tradição e vanguarda, mas trabalhando exatamente com a ideia de uma reposição da tradição por meio do livre direito de experimentação estética.

Não há oposição entre tradição e invenção de acordo com a concepção de mundo que afirma a possibilidade de que uma cultura seja, a um só tempo, enraizada e inovadora. A defesa das culturas tradicionais, portanto, não se confunde com a busca por conservá-las de forma imutável e intacta. Não se trata de preservar um “sobrevivente” do passado, mas sim de estimular a vitalidade criativa de uma tradição-vanguardista, que retoma no

passado suas fontes vivas para melhor inventar seu futuro.

A afirmação desse modelo de tradição cultural é necessária perante o risco de extinção das culturas tradicionais nas zonas de contato entre elas e as culturas consideradas modernas – zonas essas frequentemente conflituosas, como aponta Mary Louise Pratt (1992). Para a autora, as zonas de contato são

espaços sociais em que culturas distintas se encontram, chocam entre si e se envolvem umas com as outras muitas vezes em relações de dominação e subordinação altamente assimétricas – como o colonialismo, a escravatura e as sequelas que sobrevivem hoje pelo mundo afora. (PRATT, 1992, p. 4).

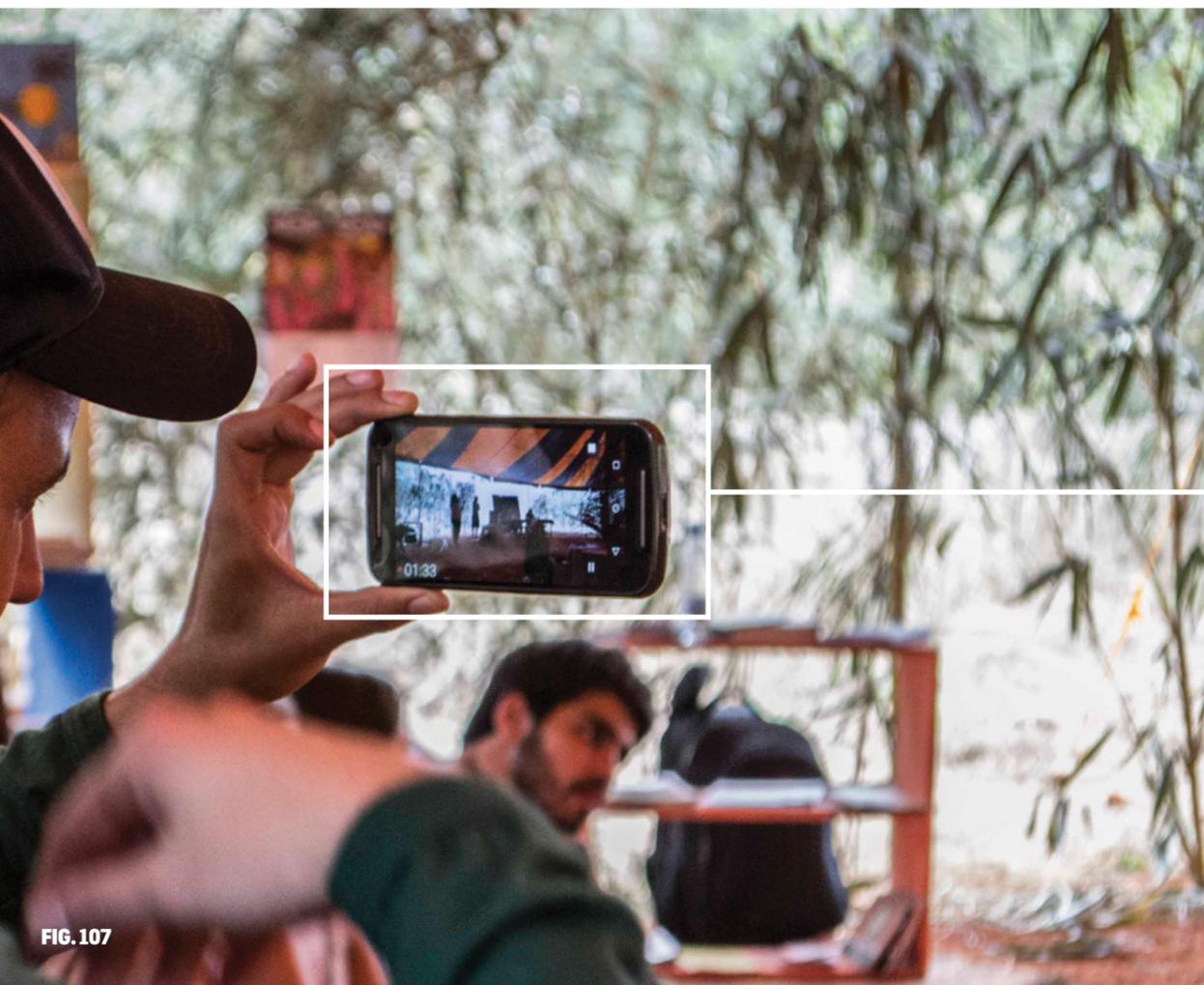


FIG. 107

Há muita consonância entre as perspectivas do Encontro de Culturas Tradicionais e as do Programa Cultura Viva. O poder público e as comunidades locais devem interagir como copartícipes de um processo de incentivo à produção cultural e à salvaguarda de nosso patrimônio imaterial. O discurso oficial que perpassa a trajetória desse programa argumenta que a participação social das comunidades deve somar-se a um Estado atuante, que escute as demandas da população e estimule a diversidade das expressões culturais por todo o território e em toda forma manifesta:

O Estado não deve deixar de agir. Não deve optar pela omissão. Não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado. É claro que as leis e os mecanismos de incentivos fiscais são da maior importância. Mas o mercado não é tudo. Não será nunca. Sabemos muito bem que, em matéria de cultura, assim como em saúde e educação, é preciso examinar e corrigir distorções inerentes à lógica do mercado – que é sempre regida, em última análise, pela lei do mais forte. Sabemos que é preciso, em muitos casos, ir além do imediatismo, da visão de curto alcance, da estreiteza, das insuficiências e mesmo da ignorância dos agentes mercadológicos. Sabemos que é preciso suprir as nossas grandes e fundamentais carências. *O Ministério da Cultura não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito*



FIG. 108



específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas também no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de “do-in” antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo, porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta (GIL, 2013c, p. 229–234, grifo nosso).

Nota-se, portanto, o ímpeto inovador na construção de políticas públicas culturais no Brasil a partir de 2003, modificando a lógica das decisões de gabinete e decretos unilaterais, buscando sustentação no diálogo intensificado entre o Estado e os cidadãos. Nesse sentido, para que não seja meramente uma abstração sem respaldos concretos, a cidadania envolve necessariamente a participação direta da sociedade na determinação dos rumos coletivos, sobretudo os da cultura brasileira. Esta só afirmará sua plena diversidade fluindo na contramão daquilo que Boaventura Santos (2014) chama de “lógicas monoculturais”. Para o sociólogo, essa lógica produz um

vastíssimo conjunto de populações, formas de ser, de viver e de saber desclassificados por ser considerados, consoante os casos, ignorantes, inferiores, particulares, exóticos, perigosos, residuais ou improdutivos (SANTOS, 2014, p. 85).

Dessa sorte, não restam dúvidas de que encontros, reuniões, audiências e outros espaços de participação social contribuem para o intercâmbio humano, a interação criativa, a troca de saberes, fazeres, formas de expressão e de celebração. O desafio, no entanto, é compreender em que medida esse processo de relação e interconexão fortalece as comunidades. Afinal, é como se dá o fato de que “temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2002, p. 75).

A tentativa de imposição de uma “monocultura” deve ser confrontada com um ideário contra-hegemônico que reafirme que a cultura vive e pulsa na diversidade, na abertura à alteridade, à alternativa, à alternância, ao altruísmo. Na lógica da interação, e não da competição, da interatividade, e não da subjugação, ressalta-se o valor da intersubjetividade dialogante na pluricultura polifônica brasileira.

Além das atividades específicas, estruturou-se no evento também a importância de acolher e potencializar temas anuais para o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros. A 15ª edição do Encontro elegeu como tema central a sociobiodiversidade.



De acordo com os organizadores, esse é um tema novo

termo novo, que trata das inúmeras formas de lidar com a diversidade de espécies, intrínsecas a cada bioma, e associá-las à diversidade sociocultural representada pelos povos indígenas e por inúmeras comunidades tradicionais, fios condutores das diferentes formas de manejo e cultivo dessas riquezas naturais.(CASA DE CULTURA CA-VALEIRO DE SÃO JORGE, 2015).

Longe de uma concepção estagnada, que marca a ideia de folclore, por exemplo, as múltiplas culturas tradicionais que coexistem no território brasileiro são as próprias vozes constitutivas da polifonia pluricultural. Situação em que tradição e vanguarda podem – e devem – experimentar o júbilo do encontro e da mescla, contribuindo, assim, para a consolidação da participação cidadã na democracia e na preservação da sociobiodiversidade.



FIG. 111

Considerações finais

M

últiplos encontros ocorreram nos espaços de convivência e diálogo aqui relatados, tendo como norte a participação social e como horizonte a consolidação da democracia participativa. A audiência pública com o ministro da Cultura e outros representantes do MinC, a Reunião da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e o XV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros propiciaram intensos debates, trocas, reivindicações, articulações e formas de empoderamento. Nessas atividades, manifestou-se de fato uma *cultura viva* que vibra a diversidade de 4.500 Pontos de Cultura no território brasileiro. Como salientou Turino (2010, p. 43):

O Programa Cultura Viva envolve esta dimensão intangível da vida: é o povo em movimento; e o Ponto de Cultura, a autonomia e o protagonismo sociocultural deste povo. [...] O processo de transformação que o Ponto de Cultura desencadeia envolve: respeito e valorização das pessoas da própria comunidade, novas formas de pactuação entre Estado e sociedade, fortalecimento da autonomia, conexão em rede, intensificação da troca de saberes e fazeres, liberação de sonhos e energias criativas. Os valores que o Ponto de Cultura agrega vão além do monetário.

Por meio de uma retrospectiva histórico-social do processo de constituição do Programa Cultura Viva (2005),

da Lei Cultura Viva e do Plano Nacional Cultura Viva (2014), e de diferentes perspectivas de atuação dos Pontos de Cultura, este livro discutiu a participação social em torno da CNPdc, e seus desdobramentos em três espaços participativos em que as discussões sobre políticas públicas culturais e práticas de participação social se aglutinaram em 2015: 1) na audiência pública com o ministro; 2) na Reunião da CNPdc organizada por GTs; 3) no XV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros.

Com a noção de polifonia participativa, ressalta-se que a cultura brasileira não pode ser pensada como homogênea, mas sim como múltipla e diversa em dinamismo sem fim, na qual várias vozes manifestam-se, somam-se, entrelaçam-se na constituição do complexo *corpo cultural* que forma o Brasil.

As inovações que o MinC instaurou a partir de 2003 promoveram uma expansão de horizontes em relação ao conceito de cultura, que foi alargado para incluir, além da dimensão econômica, as dimensões simbólicas e cidadã da vida cultural de cada sujeito e comunidade.

Foi significativo, portanto, que a reunião da CNPdc acontecesse diante de agentes culturais, poder público e comunidades tradicionais, num contexto de diálogo polifônico com foco na luta pelo incremento da



participação social na elaboração das políticas públicas culturais brasileiras. Com o mesmo teor, ocorreu a audiência pública anterior a essa reunião.

Em linhas gerais, o MinC passou por um processo de reestruturação conceitual na gestão Gilberto Gil, conforme analisou Ariel Nunes (2012). Nesse sentido, os Pontos de Cultura se apropriaram dos modelos existentes, recombina-ram-nos e estão reinventando novos paradigmas para as políticas públicas culturais brasileiras:

Além da reestruturação administrativa, podemos afirmar que o Ministério passou por uma reestruturação conceitual. Quando Gil (2003) afirma em seu discurso de posse “que é preciso intervir, não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para fazer uma espécie de *do-in antropológico*”, compreendemos que o Ministério propõe um novo paradigma para política pública cultural. O Programa Cultura Viva mostra que as políticas culturais recentes estão mais direcionadas às localidades

e às suas manifestações culturais, distanciando-se de uma visão padronizada de cultura. Ao compararmos o Programa Cultura Viva com o histórico das políticas culturais brasileiras, observamos que seu principal aspecto inovador é a integração de segmentos da sociedade civil brasileira que até então não participavam das políticas públicas culturais. Sob os princípios de *autonomia, protagonismo e empoderamento* o Programa propunha a inclusão de novos atores sociais. Surgia um novo paradigma nas políticas públicas culturais ao mesmo tempo que se revelava uma complexa relação entre Estado e sociedade civil (NUNES, 2012, p. 41, grifos do autor).

O Encontro de Culturas Tradicionais é um exemplo concreto desse experimento de convívio intercultural fecundo, atravessado tanto pelo enraizamento na ancestralidade quanto pela disponibilidade para inventar um futuro por meio das atuais tecnologias de ponta. A dialética entre tradição e invenção torna os Pontos de Cultura espaços de salvaguarda do passado, mas também de confecção do porvir.

Os depoimentos dos representantes da CNPdc, tanto na reunião quanto na audiência, assim como a síntese apresentada na “Carta de São Jorge”, trataram de ressaltar a celebração da pulsante diversidade brasileira como algo que permeia os espaços interativos da área da Cultura, potencializando a luta por uma política pública cultural de grande envergadura.

Preconiza-se, assim, uma política cultural que seja transversal ao conjunto de secretarias que compõem o MinC e aos demais setores da vida em sociedade, como educação, economia, saúde e meio ambiente. Diferentes participantes caracterizaram o Programa Cultura Viva como uma política que empodera, enraiza, reconecta e projeta outros futuros possíveis. Os depoimentos de ponteiros e ponteiros simbolizam os impactos dessa política e a experiência de reconhecimento por parte do Estado:

A placa do MinC na frente da nossa sede, não reconhece apenas nosso território, mas nossa história passada e luta atual; ou ainda, [...] sempre desejei viver da minha sabedoria; [...] De repente o que eu faço no meu quintal tem valor e importância para a nação (informação verbal).¹

A demanda por criação de estratégias de fortalecimento da articulação entre os Pontos de Cultura emergiu nos diferentes espaços de participação social aqui abordados. Nesse sentido, é preciso efetivar uma estrutura permanente de conexão em rede no território nacional. Essa demanda surge da necessidade de formar uma relação sistêmica e complexa entre os Pontos, a fim de que eles se conheçam, conectem-se, acessem suas respectivas histórias, conquistas, transpondo desafios coletivamente.

¹ Depoimento realizado durante a Reunião da CNPdc, na Vila de São Jorge, em julho de 2015.



Recomendações

P

rioritariamente, recomenda-se o desenvolvimento de plataformas virtuais que agreguem os bancos de dados já existentes em um único portal, denominado Rede Viva. Essa medida emerge como uma experiência em busca da sustentabilidade, da autogestão, do empoderamento e da participação social, preconizados por parte da Rede Nacional dos Pontos de Cultura. Trata-se, objetivamente, de:

1. Realizar o mapeamento mais detalhado dos 4.500 Pontos de Cultura do país (*quais são, quem são, onde estão, o que fazem, como fazem?*), ampliando o banco de dados do governo;
2. Otimizar essas informações em um portal cultural online com interface e autonomia dos usuários;
3. Confeccionar um folheto explicativo (o que é a *Lei Cultura Viva?*) e informativo para habilitar os próprios gestores e ponteiros sobre as mudanças no Programa Cultura Viva com a implementação da PNCV;
4. Capacitar continuamente os gestores estaduais e municipais com o objetivo de acompanhá-los e instrumentalizá-los quanto ao uso de recursos, à prestação de contas e à elaboração de planejamento na área da Cultura;
5. Garantir condições efetivas de sustentabilidade para os Pontos de Cultura;
6. Fortalecer e expandir os espaços de participação social para ponteiros e ponteiros, sobretudo em âmbito municipal e estadual;
7. Primar pela articulação entre as políticas empreendidas entre os órgãos federados (União, estados e municípios);
8. Incentivar a criação e a manutenção de plataformas livres e abertas;
9. Fortalecer a Rede Afro no contexto da Política Nacional de Cultura Viva;
10. Dar suporte ao planejamento necessário para a consolidação da cultura como eixo estratégico para o desenvolvimento social, considerando-se as avaliações do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (BRASIL, 2014).

Além desses objetivos, propõe-se a criação de plano de trabalho entre o Instituto Federal de Goiás (IFG) e o MinC afim de, como desdobramento, se elabore um plano de capacitação para acompanhamento e formulação dos planos de cultura nos municípios onde o Instituto atua, bem como para o aperfeiçoamento das respectivas políticas culturais. O plano contaria com aspectos formativos, contudísticos e práticos voltados para gestores e agentes de cultura, além de assessoria na área da Cultura. Trata-se de uma metodologia que vimos desenvolvendo em parceria com outros órgãos e que pode colaborar para a efetividade das ações.





Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

ASSOCIAÇÃO KURIKAMA YANOMAMI. *Ofício n. 3/2015, de 26 de outubro de 2015*. Assunto: Posicionamento da Kurikama sobre o Projeto de Emenda Constitucional PEC 215. Bicho-Açu, 2015. Disponível: <<http://bit.ly/IPQjqim>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

AVRITZER, Leonardo (Org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009.

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura Souza (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BRASIL. Decreto n.5520, de 24 de agosto de 2005. Institui o Sistema Federal de Cultura (SFC) e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) do Ministério da Cultura. Brasília, 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm>. Acesso em: 29 dez. 2015.

_____. *Cultura Viva: programa nacional de cultura, educação e cidadania*. Brasília: Ministério da Cultura, 2005b.

_____. *Oficinas do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

_____. *Estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

_____. *Decreto n.7.743, de 31 de maio de 2012*. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Cultura. Brasília, 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7743.htm>. Acesso em: 29 dez. 2015.

_____. *Metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 2012b.

_____. Ministério do Planejamento. *Participação social e controle social: conceitos e orientações*. Brasília: Secretaria de Gestão Pública, 2013a.

_____. Ministério do Planejamento. *Programa GesPública: participação e controle social – instrumentos jurídicos e mecanismos institucionais*. Brasília: Secretaria de Gestão Pública, 2013b.

_____. Lei n.13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva. Brasília, 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm>. Acesso em: 29 dez. 2015.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. *Marco de referência da educação popular para políticas públicas*. Brasília, 2014b. Disponível em: <http://confinteabrilmais6.mec.gov.br/images/documentos/marco_de_referencia_da_educacao_popular.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. Ministério da Cultura. *Pontos de Cultura*. Brasília, 2015a. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultural1>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

_____. Ministério da Cultura. *Cultura Viva*. Brasília, 2015b.

BRASIL. Ministério da Cultura. *MinC finaliza primeira versão do Cadastro Nacional de Pontos de Cultura*. Brasília, 2015c. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-des-taques/-/asset_publisher/QiKX3xIRgiTn/content/minc-finaliza-primeira-versao-do-cadastro-nacional-de-pontos-de-cultura/10883>. Acesso em: 17 mar. 2016.

_____. Ministério da Cultura. *Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural*. 2016a. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/sefac-secretaria-de-educacao-e-formacao-artistica-e-cultural>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Socio-biodiversidade*. 2016b. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/socio-biodiversidade>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

BRUM, Eliane. *O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real*. São Paulo: Globo, 2008.

CANEVACCI, Massimo. *Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais*. Trad. Roberta Barni. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

CAPRA, Fritjof. *Alfabetização ecológica: desafio para a educação no século XXI*. In: TRIGUEIRO, André. Meio ambiente no século XXI. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p.19–33.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil*. Brasília: Unesco: Educarte, 2008.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Dossiê Cultura Popular. *Revista Estudos Avançados da USP*, n.23, v.9, jan./abr. 1995.

_____. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CNPDC (Comissão Nacional dos Pontos de Cultura). *Apresentação geral e objetivos*. 2015a. Disponível: <<http://pontosdecultura.org.br/a-comissao/>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

_____. *Relatório da CNPDC em São Jorge – 29/07 a 02/08*. Brasília, 2015b. Disponível em: <<http://pontosdecultura.org.br/2015/07/>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

COHN, Sérgio (Org.). *Ailton Krenak*. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

CNBB PASTORAL SOCIAL. Plebiscito sobre a Alca: resultados e manifesto. *Centro de Mídia Independente*, 18 set. 2002. Disponível em: <<https://midia independente.org/pt/red/2002/09/36431.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

CURY, Beto. Os muitos desafios da política nacional de juventude. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, Juca. Lançamento da campanha de valorização da cultura dos povos indígenas e da 2ª edição do Prêmio Culturas Indígenas Chicão Xucurú. In: ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Mauricio. *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003–2010*. Rio de Janeiro: Versal, 2013a.

FERREIRA, Juca. Solenidade de transmissão de cargo. In: ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Mauricio. *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003–2010*. Rio de Janeiro: Versal, 2013b.

FERREIRA, Máira Soares. *A rima na escola, o verso na história*. São Paulo: Boitempo, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001a.

_____. *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Cortez, 2001b.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GIL, Gilberto. Hegemonia e diversidade cultural. In: ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Mauricio. *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003–2010*. Rio de Janeiro: Versal, 2013a.

GIL, Gilberto. Abertura do Seminário Cultura XXI. In: ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Mauricio. *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003–2010*. Rio de Janeiro: Versal, 2013b.

GIL, Gilberto. Solenidade de transmissão do cargo, Brasília. In: ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Mauricio. *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003–2010*. Rio de Janeiro: Versal, 2013c.

GIL, Gilberto. Palestra no Fórum Universal das Culturas, em Barcelona. In: ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Mauricio. *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003–2010*. Rio de Janeiro: Versal, 2013d.

GIL, Gilberto. Aula Magna na Facamp – Faculdade de Campinas. In: ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Mauricio. *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003–2010*. Rio de Janeiro: Versal, 2013e.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 2012.

GONÇALVES, Cristiane Aparecida. *Relatório analítico sobre a forma de organização, mobilização e articulação, temas e deliberações das três edições do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura ocorrido no evento Teia de 2007, 2008 e 2010*. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

ÍNDIOS no Brasil. Direção: Vincent Carelli. Apresentação: Ailton Krenak. Brasília: TV Escola, 1999. Duração: 2h57min. Série de televisão. Disponível em: <<http://tv escola.mec.gov.br/tve/vidoteca/serie/indios-no-brasil>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.

LUBAMBO, Cátia Wanderley; MIRANDA, Ana Paula. O que há de novo na análise da participação depois de duas décadas? In: AGUIAR, Sylvana Maria Brandão (Org.). *Gestão pública: prática e desafios*. Recife: Bagaço, 2007.

MARTINS, José de Souza. *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MILANI, Carlos R.S. O princípio de participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 2008.

MORONI, José Antônio; CICONELLO, Alexandre. *Participação social no governo Lula: avançamos? Cadernos da Abong*, 2005.

NUNES, Ariel. *Por um “do-in antropológico”*: Pontos de Cultura e os novos paradigmas nas políticas públicas culturais. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. *Contra a falácia da crise institucional: conferências nacionais de políticas públicas e o impacto (positivo) sobre o Congresso*. Revista Inteligência, p.98–105, 2010.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1992.

SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2014.

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. 2.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

Entrevistas

CATATAU. *Catatau*: entrevista [jul. 2015]. São Jorge: Encontro das Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, 2015. Entrevista concedida à Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.

FATINHA. *Fatinha*: entrevista [jul. 2015]. São Jorge: Encontro das Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, 2015. Entrevista concedida à Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.

PEINHA. *Peinha*: entrevista [jul. 2015]. São Jorge: Encontro das Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, 2015. Entrevista con-

UNESCO. Patrimônio Cultural Imaterial (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. 2007. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; DANOWSKI, Deborah. *Há mundo por vir?: ensaios sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2014.

ZIMBRÃO DA SILVA, Adélia Cristina. Políticas públicas culturais e mecanismos de democracia participativa. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6., 2013, Brasília. Anais... Brasília: Consad, 2013. Disponível em: http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/989/1/C6_TP_POL%20C3%8DTICAS%20P%20C3%9ABLICAS%20CULTURALS.pdf. Acesso em: 29 dez. 2015.

cedida à Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.

BASSO, Juliano. *Juliano Basso*: entrevista [jul. 2015]. São Jorge: Encontro das Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, 2015. Entrevista concedida à Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.

LÊ. *Lê*: entrevista [jul. 2015]. São Jorge: Encontro das Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, 2015. Entrevista concedida à Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.

Índice de Imagens

CAPA

Reunião dos representantes dos Pontos de Cultura, durante o festival de Culturas
LEONIL JUNIOR



FIG. 1 5
Pessoa do grupo étnico Kariri Xocó
ALAN OJU

FIG. 2

Roda de prosa na Aldeia Multiétnica sobre saúde indígena
ALAN OJU



FIG. 3 12
Reunião entre representantes dos Pontos de Cultura e do MinC
OLIVER KORNBLIHT

FIG. 4

Mesa Comunidade Tradicionais e Socio-biodiversidade
ALAN OJU



FIG. 5 15
Roda de prosa sobre as ações do MinC e Funai realizada na Aldeia Multiétnica
ALAN OJU

FIG. 6

Roda de conversa dos Pontos de Cultura
LEONIL JUNIOR



FIG. 7 18
Intervenção artística durante a roda de prosa entre representantes do MinC e Pontos de Cultura
LEONIL JUNIOR

FIG. 8

Roda de prosa sobre a educação indígena
ALAN OJU



FIG. 9 21
Representante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura
OLIVER KORNBLIHT

FIG. 10 22
Representante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura
OLIVER KORNBLIHTT



FIG. 12 24
Mesa mulheres quilombolas
ALAN OJU



FIG. 14 28
Depoimento de um Ancião na roda de prosa da Aldeia Multiétnica sobre saúde indígena
ALAN OJU



FIG. 16 31
Roda de diálogos entre representantes de Pontos de Cultura
OLIVER KORNBLIHTT



FIG. 18 33
Conferência sobre Saúde da população indígena
LUCAS MOREIRA VICTOR



FIG. 20 33
Mesa mulheres quilombolas
ALAN OJU



FIG. 11 23
Reunião da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura
OLIVER KORNBLIHTT



FIG. 13 26
Roda de prosa na Aldeia Multiétnica sobre saúde indígena
ALAN OJU



FIG. 15 30
Integrante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura
OLIVER KORNBLIHTT



FIG. 17 32
Conferência sobre Saúde da população indígena
LUCAS MOREIRA VICTOR



FIG. 19 32
Mesa de discussão sobre a situação das mulheres quilombolas
ALAN OJU



FIG. 21 32
Integrante da roda de prosa sobre as ações do Minc
LEONIL JUNIOR

FIG. 22 33
Roda de prosa sobre as políticas adotadas pelo MinC
LEONIL JUNIOR



FIG. 24 36
Integrante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura
OLIVER KORNBLIHTT



FIG. 26 38
Reunião dos Pontos de Cultura
ALAN OJU



FIG. 28 42
Procissão, terno de Moçambique
ALAN OJU



FIG. 30 44
Povo Kraô
LEONIL JUNIOR



FIG. 32 46
Aldeia multiétnica
LEONIL JUNIOR



FIG. 23 34
Participante da roda de prosa sobre as políticas do MinC
LEONIL JUNIOR



FIG. 25 37
Reunião dos Pontos de Cultura
ALAN OJU



FIG. 27 41
Oficina sobre Plantas medicinais com Adelideo Ferreira
ALAN OJU



FIG. 29 43
Grupo Cantiga Divina
ALAN OJU



FIG. 31 45
Recepção de seu Júlio, Terno de Moçambique
ALAN OJU



FIG. 33 49
Espetáculo da Cia. Bayanni
LEONIL JUNIOR

FIG. 34 50
Criança Kariri
Xocó
ALAN OJU



FIG. 36 52
Caçada da
Rainha, de
Colunas do
Sul/GO
ALAN OJU



FIG. 38 56
Os passos
da Aldeia
Multiétnica
LEONIL JUNIOR



FIG. 40 58
Povo Kraô
ALAN OJU



FIG. 42 61
Comissão
Nacional dos
Pontos de
Cultura
OLIVER KORNB�HTT



FIG. 44 64
Apresentação
Xavante no
encerramento
do encontro
de Culturas
Tradicionais
ALAN OJU

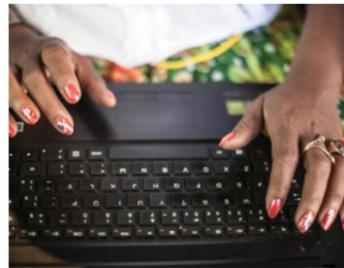


FIG. 35 51
Aldeia
Multiétnica
LEONIL JUNIOR

FIG. 37 54
Terno de
Moçambique
e Congo da
Comunidade
Arturos
ALAN OJU

FIG. 39 57
Reunião da
Comissão
Nacional dos
Pontos de
Cultura
OLIVER KORNB�HTT

FIG. 41 60
Confluência
étnica
LEONIL JUNIOR

FIG. 43 62
Aldeia
Multiétnica
ALAN OJU

FIG. 45 67
Comissão
Nacional dos
Pontos de
Cultura
ALAN OJU

FIG. 46 68
Espetáculo
Opereta
LEONIL JUNIOR

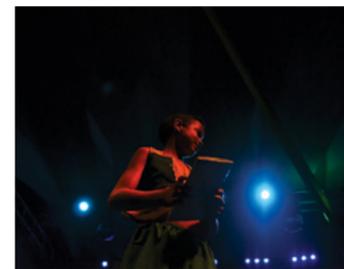


FIG. 48 69
Momento de
fala de um dos
integrantes da
CNPdC
ALAN OJU



FIG. 50 73
Vivencia La
Pifada
ALAN OJU



FIG. 52 76
Encontro da
CNPdC
ALAN OJU



FIG. 54 79
Povo Fulni-ô
ALAN OJU



FIG. 56 82
Encontro dos
Pontos de
Cultura
ALAN OJU



FIG. 47 69
Integrante da
CNPdC
ALAN OJU

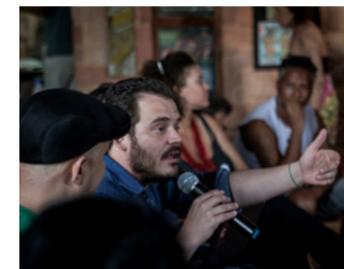


FIG. 49 70
Criança
indígena, Adeia
Multiétnica
LEONIL JUNIOR



FIG. 51 74
Teatro Gene
insanno
ALAN OJU



FIG. 53 77
Participante da
CNPdC
ALAN OJU



FIG. 55 80
Cortejo La
Pifada
ALAN OJU



FIG. 57 83
Aldeia
Multiétnica
ALAN OJU



FIG. 58 84
Congo
Cariacica
ALAN OJU



FIG. 60 88
Apresentação
do projeto
Turma que Faz
ALAN OJU



FIG. 62 90
Oficina de
Sussa
ALAN OJU



FIG. 64 92
Aldeia
Multiétnica
LEONIL JUNIOR



FIG. 66 93
Aldeia
Multiétnica
LEONIL JUNIOR

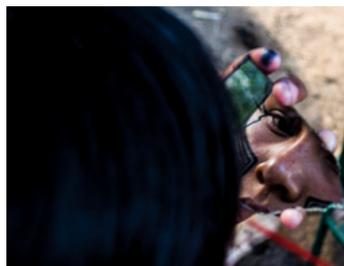


FIG. 68 94
Aldeia
Multiétnica
LEONIL JUNIOR



FIG. 59 87
Catira – Os
Filezeks
ALAN OJU

FIG. 61 89
Aldeia
Multiétnica
LEONIL JUNIOR

FIG. 63 91
Oficina de
Clown
ALAN OJU

FIG. 65 93
Grafismo
indígena
LEONIL JUNIOR

FIG. 67 93
Artesanato
indígena
LEONIL JUNIOR

FIG. 69 95
Cantigas
Divinas
ALAN OJU

FIG. 70 96
Oficina de
Sussa
ALAN OJU



FIG. 72 100
Procissão Terno
de Moçambique
LEONIL JUNIOR



FIG. 74 105
Performance
artística com
garoto Kayapó
LEONIL JUNIOR



FIG. 76 107
Criança Kraô
LEONIL JUNIOR



FIG. 78 113
Teatro Gene
Insanno
ALAN OJU



FIG. 80 116
Criança
indígena
LEONIL JUNIOR



FIG. 71 98
Apresentação
de Jongo
LEONIL JUNIOR

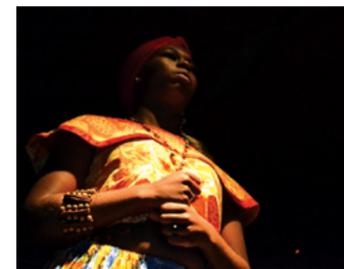


FIG. 73 102
Menino da
comunidade
kariri Xocó
ALAN OJU



FIG. 75 106
Preparação
de farinha de
mandioca,
Aldeia
Multiétnica
LEONIL JUNIOR



FIG. 77 108
Artista do
Encontro
Violado
ALAN OJU



FIG. 79 115
Cia. Bayanni
LEONIL JUNIOR



FIG. 81 117
Martinha do
Coco
ALAN OJU



FIG. 82 118
Cia Bayani
LEONIL JUNIOR



FIG. 84 118
Cia Bayani
LEONIL JUNIOR



FIG. 86 118
Passos de catira
LEONIL JUNIOR



FIG. 88 120
Procissão
Kalunga
LEONIL JUNIOR



FIG. 90 123
Aldeia
Multiétnica
LEONIL JUNIOR



FIG. 92 126
Crianças
na Aldeia
Multiétnica
LEONIL JUNIOR

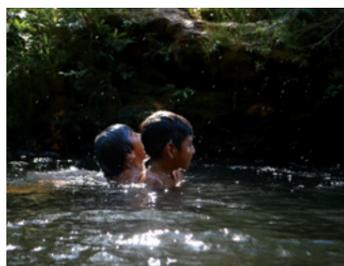


FIG. 83 119
Preparação
farinha de
mandioca
LEONIL JUNIOR



FIG. 85 119
Chá medicinal
LEONIL JUNIOR



FIG. 87 119
Tambores,
Ladinho Pé de
Bode
LEONIL JUNIOR



FIG. 89 121
Forró Chicote
queimando
ALAN OJU



FIG. 91 125
Dona Dainda
- Comunidade
Kalunga
ALAN OJU



FIG. 93 128
Reunião da
Comissão
Nacional dos
Pontos de
Cultura
OLIVER KORNBLIHTT

FIG. 95 131
Aldeia
Multiétnica
ALAN OJU



FIG. 97 133
Apresentação
do grupo
Arreuní
ALAN OJU



FIG. 99 136
Procissão Terno
de Moçambique
ALAN OJU



FIG. 101 138
Aldeia
Multiétnica,
luta indígena,
Aipenkuit
LEONIL JUNIOR



FIG. 103 140
Ritual de
cura - Aldeia
Multiétnica
LEONIL JUNIOR



FIG. 105 144
Vivência
musical na
Casa de Cultura
Cavaleiro de
Jorge
LEONIL JUNIOR



FIG. 94 130
Aldeia
multiétnica
LEONIL JUNIOR



FIG. 96 132
Procissão
Kalunga
LEONIL JUNIOR



FIG. 98 134
Aldeia
Multiétnica
ALAN OJU



FIG. 100 137
Procissão,
Terno de
Moçambique
ALAN OJU



FIG. 102 139
Ancião na
abertura
da Aldeia
Multiétnica
ALAN OJU



FIG. 104 142
Enfeite da
Procissão
do Terno de
Moçambique
ALAN OJU



FIG. 106 146
Artista plástico
Moacir Farias
ALAN OJU



FIG. 107 148
Aldeia
Multiétnica
LEONIL JUNIOR

FIG. 108 149
Procissão,
Terno de
Moçambique
ALAN OJU



FIG. 109 150
Apresentação,
Seu Maia
ALAN OJU

FIG. 110 151
Apresentação
Flomulengo
ALAN OJU



FIG. 111 153
Oficina para o
Edital Culturas
em Rede
LEONIL JUNIOR

FIG. 112 155
Criança Kariri
Xocó brincando
ALAN OJU



FIG. 113 157
Roda de Dança
Afro
ALAN OJU

FIG. 114 159
Reunião da
Comissão
Nacional dos
Pontos de
Cultura
ALAN OJU



FIG. 115 160
Representante
da Comissão
Nacional dos
Pontos de
Cultura
OLIVER KORNBLIHTT

Créditos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

REITOR

Jerônimo Rodrigues da Silva

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Pedro Henrique Pereira de Carvalho

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Ruberley Rodrigues de Souza

DIAGRAMAÇÃO

Janaína Gomes Machado

COORDENADORA DA EDITORA

Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz

REDAÇÃO E PESQUISA

Rafael Moreira do Carmo

Eduardo Carli de Moraes

CONSELHO EDITORIAL

Claudia Azevedo Pereira

Erika Regina Leal de Freitas Bessa

Luciene Lima de Assis Pires

Luiz Marcos Dezaneti

Marcela Ferreira

Marina Kanthack Paccini Razzé

Murilo Ferreira Paranhos

Ruberley Rodrigues de Souza

Simone Silva Machado

Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz

REVISÃO

Andréia Farina de Faria

Maíra Soares Ferreira

Olliver Robson Mariano Rosa

Vinícius Duarte Ferreira

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Sandro Ramos de Lima

Constantino Isidoro Filho

Geraldo Coelho de Oliveira Junior

Flavia Vianna Sgarbi de Castro

Denise Cândido Gonçalves

Vinícius Duarte Ferreira

Renata David de Moraes

Eurípedes Moreira de Melo

Waléria Rodovalho

Laisy Cristina de Oliveira

Fernando Augusto Messias

Impresso em Goiânia, em junho de 2016,
por Impressoart Gráfica e Editora Ltda. para a
Editora IFG.

Tipografia Henny Penny 18/26 (títulos)
Fengardo Neue 13/18 (texto)

Papel Reciclato 90 g/m² (miolo)
Cartão Supremo 300 g/m² (capa)

Tiragem 500 exemplares.



A Política Nacional Cultura Viva (Lei n. 13.018/2014) é a afirmação de que, sem diversidade com base nos direitos humanos, não há cidadania. Essa política é essencial para combater o avanço conservador em marcha e construir uma sociedade emancipada. Chamamos os governos federal, estaduais e municipais a assumirem seu compromisso com a política e o cumprimento das metas do Plano Nacional de Cultura.

Mais do que resistir, convocamos o movimento cultural brasileiro a exercer protagonismo na luta, organizando a sociedade nas redes e nas ruas por mais democracia e mais direitos, unificando esforços de mobilização.

CARTA DE SÃO JORGE
JUL-AGO/2015
CHAPADA DOS VEADEIROS,
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Goiás

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

